



3 1761 06184941 0

CARLOS MALHEIRO DIAS

A
VERDADE
NUA

PQ
9261
D53V47
1911
c. 1
ROBARTS

PORTUGAL BRASILL^{DA}
SOCIEDADE EDITORA

Lisboa



y

2

A VERDADE NUA

Livraria e Moradia
Atenas Place 68
Ad. A. ...
HELLO SOCIETY



CARLOS MALHEIRO DIAS

Da Academia das Ciências de Lisboa
e da Academia Brasileira

A Verdade Nua

2.^a EDIÇÃO REVISTA

PER ORBEM PVLGENS



LISBOA
PORTUGAL-BRASIL LIMITADA
SOCIEDADE EDITORA
58-60 RUA GARRETT — RUA DO OURO, 132-138

RIO DE JANEIRO
COMPANHIA EDITORA AMERICANA
LIVRARIA FRANCISCO ALVES



Reservados todos os direitos de reprodução em Portugal, conforme preceituam as disposições do *Código Civil Português*; no Brasil, nos termos do convénio de 9 de Setembro de 1889 e lei n.º 2.577, de 17 de Janeiro de 1912; nos países convencionados, em harmonia com a convenção de Berne, a que Portugal aderiu por decreto de 17 de Março de 1911.

A verdade nua

... «Então, o monge Gabriel atinge o planalto onde habita a Verdade, distante do mundo e dos homens. Descobre-a ao longe, banhando o corpo formoso em um regato límpido, e avança, deslumbrado. A deusa foge, veloz como o vento e silenciosa como o andar das águas. Fascinado, êle persegue-a. A Verdade deixa-se aproximar pelo único ente humano que fôra tenaz em querer alcançá-la, e o monge suplica: — pois que a Humanidade não quisera chegar até ela, que a Deusa descesse, generosa, para junto dos homens... E ela desce ao vale onde habitam os homens, esplêndida e pura na sua radiosa nudez.»

(Conto filosófico de Luís Weber, interpretado pelo cinematógrafo).

Minha senhora.

Cumpro, com um prazer que nunca se cansa de servi-la e obedecer-lhe, as suas ordens tão amávelmente imperativas. Saber mandar sempre foi um dos mais soberanos dons da espécie mortal.

Justamente eu creio que a decadência dos povos corresponde aos eclipses periódicos dêsse dom magnético, dispensado pela avara Providência aos seus eleitos. Sempre a es-

quiva glória acompanhou, submissa, os que sabem mandar. Por isso eu me submeto contente ao dom divino, quer êle flameje na frente inspirada de um pensador, quer alumie a inspiração vidente do artista, quer scintile como uma fosforescência de alma no espírito de uma mulher, que sabe mandar sorrindo. Um dos encantos perturbadores do conto filosófico de Weber, escrito na maneira sibilina da *Peau de Chagrin*, de Balzac, é a homenagem que nêle se presta à mulher, à sua sensibilidade divinatória, como a mais capaz de venerar a Verdade, sem se escandalizar com a sua nudez.

Sôbre a mulher, desde que a humanidade descobriu a utilidade da Hipocrisia e lhe levantou altares, tem pesado os mais crueis tributos cobrados para o sustento e o esplendor do culto nefando. Os preconceitos sociais, que são a liturgia dessa religião, converteram a mulher em vítima expiatória do rito monstrososo. A sacrificada, sentindo na sua beleza, na carne saturada de ternura e condenada ao doce suplício do amor, a ausência das energias reagentes, amaldiçoou sempre, nas intimidades mais secretas da natureza, essa divindade dos homens: a Hipocrisia que governa o mundo.

A lição, alias inútil, que o cinematógrafo

acaba de dar a alguns milhares de espectadores de uma grande cidade hipócrita como tôdas as cidades, certamente lhe teria proporcionado uma hora de pura emoção espiritual e delicioso alívio. Enquanto as atenções do público eróticamente se concentravam na aparição do corpo nu, de uma alvura de nacar, que ia e vinha, subtil como um fantasma de beleza, através do drama filosófico, a sua inteligência sagaz ter-se ia aplicado extasiadamente em acompanhar a viagem analítica do filósofo através dos círculos dantescos dêsse outro inferno que é a Hipocrisia humana.

Como todo o bom conto filosófico, o de Weber prepara com um prólogo de lenda o descritivo analítico da realidade. Estamos, pois, em plena Idade Média, num convento de frades goliardos, que se banqueteam. No refatório rude, sentados em escanos, em volta da mesa coberta de vitualhas, presidida pelo abade obeso, que esvazia de um trago os picheis de vinho, a comunidade faz honra à ucharia conventual. É, minha senhora, o espectáculo animal da nutrição, que nesses tempos tão bárbaros ainda se não ornamentara com os requintes da hipocrisia elegante dos seus jantares encantadores. Enquanto, porém, a comunidade devora e bebe, à luz

dos brandões acesos, frei Gabriel, macerado de jejuns, corpo onde há mais ideal do que instinto, mais alma do que matéria, entrevê e realiza a imagem da Verdade e com o cinzel esculpe no mármore a deusa nua. Na alma pura do asceta, desprendida e redimida das máculas da Hipocrisia, a nudez — que os homens converteram em indecência — era a suprema candura, símbolo da suprema pureza. Estamos, como vê, de regresso ao paraíso, em plena lenda bíblica: lição eterna e nunca aprendida do Bem e do Mal.

Frei Gabriel decide doar ao povo a obra-prima redentora, cuja contemplação restabelecerá o reinado da Verdade sôbre a terra escurecida de mentira. A doação do inspirado reveste-se de tôdas as pompas de uma solenidade. A realeza, a nobreza, a igreja, a sciência, o trabalho e a miséria estão presentes à cerimonia. É tôda a humanidade representada na magna assemblea.

O monarca e sua consorte, coroados, envoltos na majestade dos macios mantos de herminias, sentam-se no trono, entre a côrte fulgurante. O vento desdobra as insígnias e os balsões reais, franjados de ouro. Tremulam as plumas e resplandecem as pedrarias nos palanques guarnecidos de colgaduras. Em outro estrado, congregam-se os

homens da Lei e da Sciência, os magistrados e os astrólogos, os guardiães da sabedoria humana, como múmiás erectas, de frontes sulcadas pelas vigílias. Depois, amontoam-se os guerreiros, com a viseira dos capacetes descida, as couraças modelando as musculaturas, as mãos possantes descansando no pomo de ferro do gládio lampejante, em atitude de expectativa. E agora a Igreja, com os bispos mitrados, revestidos de pontifical, apoiados aos báculos de ouro guarnecidos de berilos, topázios e ametistas, os tonsorados envergando os hábitos e as freiras em postura mística de adoração. Em seguida a plebe, com os símbolos dos ofícios, e em penúltimo lugar os leprosos e os mândigos, porque o último, na escala descendente que vem do cume ao vértice, pertence à pecadora arrependida... a mais próxima da inocência pelo conhecimento doloroso da Verdade.

Acomodada assim a humanidade, o instante solene, enfim, chega em que o asceta vai desvendar a sublime estátua. Soam as trombetas. A turba move-se, ansiosa. Frei Gabriel afasta os panos que ocultam a imagem nua. Há uma pausa de espanto e logo um clamor, lançado por milhares de bôcas hipócritas, estrondeia. As imprecações atroam

os ares. Os reis, velando o rosto, descem do trono, indignados pelo ultraje ao seu pudor soberano. Os guerreiros brandem os montantes e as lanças, sôfregos de vingar no infame o atentado impúdico. Os sábios condenam com solenes gestos de repúdio. O povo grita, em celeuma, debruça-se sôbre a terra e apanha as pedras para lapidar o salvador dos homens. Os bispos excomungam o réprobo. Os próprios mendigos e os leprosos, sôbre quem a Hipocrisia estende o seu domínio, alvoroçam-se e clamam. Há só uma criança inocente, uma freira cândida e a pecadora arrependida que olham extáticas a imagem amaldiçoada e para a sua nudez estendem os braços com enlevada adoração. Mas já a multidão avança para destruir a estátua da Verdade e o seu autor indigno. Ao mesmo tempo que as espadas e as lanças se embebem no corpo arquejante de frei Gabriel, as pedradas mutilam e desmoram a imagem nua. Por fim, junto ao cadáver do asceta, ficam apenas, como aos pés da cruz, no Calvário, a virgindade inocente da freira e a experiência dolorosa da arrependida.

Este é o prólogo do conto maravilhoso. Séculos passam, que são o breve e invisível traço de união entre a lenda ancestral e a realidade do nosso tempo, submetido ao

mesmo despotismo da Hipocrisia. Cumprindo o fadário das transmigrações, a alma sempre pura do asceta visionário anima agora um pastor evangélico; e é, por outra forma, a legenda da Verdade repudiada pelos homens que se repete. A deusa nua acompanha o catequizador através da espiral humana dos infernos sociais e parece-me bem poupar-lhe, em literatura, o espectáculo que seus olhos contemplam diariamente na realidade. Momentos depois que se apagára no *écran* a sombra bela da Verdade, conduzindo atrás da sua beleza inacessível, para o país das utopias, o visionário idealista, não encontrava eu, numa casa de chá, reunidas, as principais figuras do conto de Weber, as escravas mais representativas da Hipocrisia? Ali estavam, bebendo chá, a virtude hipócrita, a sciência hipócrita, a riqueza hipócrita, a arte hipócrita, fingindo serem mais alguma coisa do que meras e transitórias materializações da Hipocrisia, escravas passivas dos preconceitos e das conveniências, com o olhar sempre aceso de furor desprezível para a Verdade, de que temem medo, que lhes faz bater os dentes de pânico, e cujo espelho simbólico embaciam com o hálito das murmurações.

Hipocrisia! Estratégia da grande guerra da vida, é ela quem move as acções de todos

os sêres; e não apenas na guerra de ciladas e emboscadas movida pelo homem contra o homem na batalha social, a Hipocrisia reina, como soberana. Machiavel reduziu a um aforismo a sciência de governar os povos. A fôrça tem que aliar-se à Hipocrisia para dominar e mover as multidões, como areias convulsionadas por um simum, pois a Verdade é um alimento só inofensivo para as élites. Esta doutrina com os breves parêntesis de idealismo anárquico próprio dos cataclismos revolucionários, tem presidido sempre às locubrações e às acções dos estadistas: autocratas mentais que guiam e movem os povos de olhos vendados, através dos labirintos da História. Agora mesmo, presidindo no seu trono de divindade à catástrofe europeia, está a Hipocrisia incitando o heroísmo, soltando aos ventos saturados do fêdito das carnificinas as invocações do Direito, da Liberdade e da Justiça. De baixo ao alto, desde os paúes onde vivem os infusórios plebeus até aos cumes onde pairam com majestade as águias poderosas, na fé corrompida como no amor profanado, a Hipocrisia governa e brande o scetro dominador.

Como no conto de Weber, penso, minha senhora, que a Verdade só vive, radiosa, intensa e efémera sôbre a terra — e aí mesmo

condenada ao martírio, — no coração virginal da mulher, quando ela, na grande crise do amor e na crédula ignorância dos seus suplícios, se entrega, cuidando ser para sempre, ao homem hipócrita que lhe jura a eternidade de um amor que não passa do fogo fátuo de um desejo: simples fermentação da matéria, como as exalações fosfóricas dos cemitérios.



Crónica elegante

(Carta a um cronista mundano)

Meu distinto amigo.

A sua consulta traz-me enleio e surpresa. Não sou um *expert* em elegâncias. No espólio literário da minha juventude, já desbotada em cabelos brancos, encontra-se, é verdade, um certo número de cronistas ligeiros onde procurei esboçar em meias tintas, com tal ou qual fidelidade, alguns aspectos artísticos da sociedade lisboeta anterior ao ponto final do regicídio, mas eu escrevi *aquilo* com a timidez de um singelo estilo epistolar, sem os vãos de alta psicologia que o meu amável amigo desfere em suas encíclicas mundanas.

A elegância, encarada como estética social, não é um tema frívolo, como muito acertadamente diz o meu juvenil amigo. Sempre também considereei a elegância como um assunto muito sério. A elegância, sôbre que discorrem com tão penetrante filosofia muitos dos

grandes escritores de todos os tempos, desde os poetas de Roma aos finos psicólogos de Paris, desde Petrónio até Mr. de Fouquières, é uma das sínteses mais brilhantes da civilização. Quando se pensa que para produzir a elegância — a verídica e não a falsificada, porque também a elegância tem a sua *camelotte*, — foi necessária a colaboração intensa das belas-artes, do espírito, da cultura, da glória e de tôdas as nobres virtudes e o requinte fisiológico de todos os sentidos, afinados pelo prazer e pela dor, e que ela é a superlativa obra-prima só atingida pelos descendentes do habitante animalesco das cavernas ao têrmo de milenários de aperfeiçoamentos ininterruptos, tem-se a visão deslumbradora do prodígio consumado. A elegância é, devéras, uma coisa séria. Quem pensaria, ao contemplar a atitude de Luciano de Rubempré com que o meu distinto amigo se encostava a uma frisa, durante a récita elegante do Municipal, com um botão de rosa escarlate na botoeira da casaca e o monóculo faiscando, que a sua romântica figura balzaquiana descendo em linha recta, como eu, — ai de nós! — do homem simiesco do plioceno? A elegância é a arte *in anima vili*. O trabalho do escultor, que num bloco tósco de mármore talha e cinzela a plástica harmoniosa

de uma Vénus, está longe de comparar-se ao trabalho da civilização que do corpo peludo da mulher terciária, inunda e poliândrica como um bicho, arrancou o jaspe carnal e a espirituosa graça de uma Pompadour.

Venero na elegância a lição viva da beleza e não pode ser-me senão simpática a devoção que ela desperta em um jóven artista como o meu amigo. Sómente, para escrever sôbre a elegância e os elegantes é necessária uma tão copiosa erudição das boas maneiras — sciência quási cabalística, — e um tal complexo de requisitos de tôda a natureza, que não basta a intuição sagaz do artista para nesse arqui-difícil género literário se atingir a virtuosidade. Assim como para saber nadar é preciso entrar na água, também para escrever sôbre a elegância é imprescindível entrar na sociedade elegante. Vista de fora, a elegância não pode ser suficientemente compreendida, e a mim me quer parecer, sem ofensa para o seu talento, que o meu distinto amigo, tal o formoso pupilo de Vautrin, contempla ainda a elegância como um espectador das galerias. Os infinitamente pequenos da elegância, de uma importância capital, só podem ser devidamente apreciados de perto. Quantas vezes por semana se aproxima o meu amigo, mesmo como *pique*

assiette, dos altares de arte requintada, dessas mesas eucarísticas da elegância, cobertas com toalhas de fina tela de Holanda incrustada de rendas, perfumadas de flores, adornadas de cristais e de pratas, e em volta das quais, com o pretexto de se alimentarem, algumas damas e *gentlemen*, trajados como para uma solenidade, conversam com primor e espírito? Os diálogos que, entre o Madeira e o Sauterne, entre o Chateau-Lafitte e o Chambertin, entre o Roederer e o café se encadeiam nessas cerimónias rituais da elegância, se o meu amigo os ouve e participa dêles, constituem a escola elementar do cronista mundano. O salão, êsse é já a universidade, a escola de altos estudos.

Sem a preocupação de um *magister*, mas apenas percorrendo sôbre o tema palpitante de sua consulta, ousarei — pois que a tanto me anima a sua exorbitante confiança em mim, — definir alguns princípios ou regras, universalmente considerados essenciais à arte de escrever sôbre a elegância.

O cronista elegante como o crítico de arte, não tem simpatias. Observa e descreve. Se o meu jóven amigo é obrigado a submeter, por exemplo, os seus *aperçus* da assistência ao protocolo que rege as biliosas antipatias do director, do gerente e do secretário do seu

jornal, então melhor será abandonar êsse género de literatura, porque não há nada de mais deselegante do que joeirar a sociedade através da peneira dessas mesquinhas represálias de redacção. Tanto equivale a misturar o profano e o sagrado, o *cancan* da rua com o *chuchotement* das salas, a pilhéria do café com a buliçosa ironia da *grande dame*, a malignidade jornalística e o sardónico espirito do homem bem nascido e bem instruído. Há só um caso em que se desculpa — e nem sempre — a lacuna proposital de um nome: quando existe um corte de relações pessoais entre o cronista e a pessoa cuja referência êle suprime por decôro. Fora disso, sendo a missão do cronista elegante a de um historiador de costumes, exige uma autonomia absoluta, uma imparcialidade superior às questiúnculas de cenáculo, e por isso mesmo exercida por quem se torne, pela posição social, invulnerável às pequeninas intrigas e não se considere exposto às considerações que ferem e susceptibilizam os subalternos. Sim, meu amigo, o cronista mundano será tanto mais perfeito quanto mais íntima for a sua comunhão com a sociedade que descreve e na qual precisa de integrar-se.

Geralmente, a noção que o público tem das figuras decorativas que se movem no pri-

meiro plano do proscénio social é uma falsidade que arripia os nervos e revela uma ignorância semelhante à que eu tenho da fauna abissal ou anti-diluviana. Já deve o meu amigo ter ouvido referências à língua maldizente de M.^{me} X.: uma língua viperina que nem os *bonbons fondants* conseguem adoçar... Se, como presumo, tem a fortuna de privar com essa senhora, terá notado que a sua maledicência não passa de uma surpreendente virtuosidade da graça, purificada de tôda a maldade, uma graça que é a metamorfose do sorriso em palavras. É êste, porêm, um ponto delicado em que não convêm insistir. *Doublons vite le cap...*

E agora, com franqueza, muito entre nós: porventura considera que enfileirar nomes distintos, destacados do Gotha da elegância, seja fazer crónica elegante? Para descrever com competência — sem provocar o riso das senhoras e o desdem dos homens, — uma assemblea feminina, é indispensável uma erudição especial, que renunciei de obter por considerá-la muito mais difícil que a trigonometria.

Refiro-me aos descritivos da *toilette*. Êste trabalho laborioso de descrever a indumentária complicada da Eva contemporânea passa por ser uma tarefa de modistas. Nessa afir-

mativa entrevejo apenas a hábil desculpa da ignorância. Como admitir que um grande escritor se não futiliza quando descreve a indumentária retrospectiva e se degrada ao descrever a indumentária do seu tempo? Que influência pode ter a cronologia neste caso? Quando Walter Scott, ou Vitor Hugo, ou Balzac, ou Flaubert, ou Goncourt, ou Herculano, ou Alencar descrevem os vestuários da idade antiga, da idade média, da renascença, dos séculos XVII e XVIII, estes senhores, coroados de louros, não nos parecem ridículos. Por acaso o são Anatole France, Bourget, d'Annunzio, Abel Hermant ou José António José — o Abel Hermant brasileiro — quando descrevem os vestidos das suas heroínas? Que idea nítida quer o meu distinto amigo que façam os seus leitores de uma assistência descrita apenas por uma sucessão monótona de nomes? Mas isso é uma estatística, é uma parte de policia... elegante, é tudo o que quizer, menos a pintura ou sequer o esboço de um quadro que requer colorido e forma, relêvo, movimento e luz.

Tomemos, se me permite, como exemplo, a sua última *nota* sôbre a récita deslumbradora — e capitosa! — do Municipal. A sala estava um resplendor?

É esta uma opinião que cabe à vontade no

cérebro de um microcéfalo, mas insuficiente para um escritor das suas responsabilidades. A simples enumeração da assistência nunca transmitirá a impressão daquela assemblea, onde refulgiam ao desafio tantas jóias de preço e tantos olhos magníficos. Se assim não fôsse, bastaria a leitura da lista dos telefones para que pudessem visionar tôdas as festas do Rio. Certamente, seria exigir muito que, à meia noite, na sala da redacção, entre o colega ocupado em injuriar sórdidamente um ministro e outro colega, que consulta os dicionários, aborvido em explicar o crime passional de Catumby, o meu elegante amigo, de casaca, se dedicasse a inventariar tôdas as lindas *toilettes* que vestiam — não muito! — o pudor e a vaidade das Evas elegantes sentadas nos tronos das frisas. Impossível! Mesmo porque há *toilettes* que são poemas de sêda e reuda e que exigem, para ser descritas, uma página de filigranas de estilo. Mas há detalhes scenográficos — pois que para a miniatura não chega o tempo, — que não devem escapar à análise exercitada de um cronista mundano da sua categoria.

Tanto como eu, o meu amigo terá colhido uma impressão de sedutor encanto com as ornamentais aparições nos camarotes das figurinhas de Watteau e Fragonard, que ti-

nham acabado de dansar no palco o minueto. Eram as visitas gentis que o século XVIII fazia ao século XX. Quando, depois da breve visão da era de Luís XV e de D. João V, que nos proporcionára a dança estilizada, cerimoniosa, cheia de requebros e medidas, verdadeira apoteose coreográfica da cortesia, surgiram nas frisas e camarotes as galantes cabecinhas empoadas, com *aigrettes* e plumas, a sala rosa e ouro do Municipal *viveu* uma das suas horas de mais decorativa beleza. Surpreende-me que não lhe tenham merecido uma graciosa referência sequer os *panniers* côr de cereja da senhorinha Regina Moura — que parecia ter descido de um *porte-biblots*, como um Saxe precioso de Marcolini, — ou a cabecinha heráldica da senhorinha Morales de los Rios, com os longos brincos antigos das avós scintilando desde o lóbulo da orelha até ao ombro moreno. Os detalhes ficam sempre bem numa pintura. Salvador Rosa não os dispensava, ainda mesmo nos panoramas de batalhas.

Uns ressaibos de crítica ou de malícia também avivam o quadro, lhe dão valor e pitoresco, mas para fazer a crítica da elegância é necessária uma tal mestria, uma tão grande segurança de processos, uma tão imponderável subtilidade, que se torna arriscado experi-

mentar êsse *steeplechase*, verdadeira corrida de obstáculos. Tal espécie de crítica tem de usar agulhas embebidas em cocaína. Ai daquele que, por inaptidão, ferir a susceptível derme — e até a epiderme, — da sensitiva vaidade elegante! Entretanto, havia lugar na sua nota para alguns reparos inofensivos, que revelariam intimidade com as grandes enciclopédias. Mal nenhum haveria em perguntar onde tinham ido buscar-se os modelos daqueles imensos tricórnios que figuravam no minueto, e desde quando os jardineiros cantam como professores do Conservatório. O tricórnio de gentil-homem é, no século XVIII, pequeno e só os dos lacaios e soldados atingem aquelas proporções caricaturais. Poderia também notar, dando prova de meticoloso, a ausência do espadim, que fazia parte integrante do vestuário masculino da época para as três nobrezas do sangue, da beca e das armas. Eis mesmo um assunto que lindamente se prestava a uma dissertação do mais palpitante interêsse... como tôdas as coisas inúteis.

Se tem confiança no seu bom gôsto, ainda lhe seria possível ir mais além, ornamentando a sua crônica elegante com alguns pequenos retratos, sóbrios e instantâneos, desenhados em alguns traços de pena como as silhuetas

de Sem; a fidalga cabecinha morena, como de uma *maja* de Goya, de M.^{me} G. T.; a inteligência irradiante da dievolina M.^{elle} L. D.; o perfil de *douairière* juvenil da Nossa Senhora das Pérolas; a agitação de M.^{elle} A. B., *dei bianchi mani*, que, vestida de tafetá *bouton d'or*, o cabelo de oiro armado em *casque d'or*, um dedo de *rouge* na boquinha em coração, parecia preparada para entrar em scena para representar *Le rêve d'un midi d'or* ou recitar *Les mains merveilleuses*, de Verlaine...

Ah! se o meu amigo tivesse querido fazer sem avareza do seu espírito scintilante, em vez da duplicata estilizada da lista dos telefones, uma crónica elegante, para ser lida pelas preciosas com os olhos em alvo, como isso lhe teria sido fácil! Mas só agora reparo que eu principiava a perpetrar, sem a sua competência e sem a sua *verve*, o prospecto presunçoso de uma crónica de falsa elegância... Creio ter-lhe dado da minha insuficiência na matéria provas categóricas e que lhe insuflarão o legítimo orgulho de reconhecer a sua superioridade, inspirando-lhe o arrependimento de haver-se dignado consultar um deselegante compositor de frases que não cultiva o dandismo em literatura.

O antepassado do môço bonito

Sempre considerei insuportável o escritor que molha a pena no tinteiro e começa conjugando todos os verbos do exíguo ou opulento vocabulário na primeira pessoa do singular, afirmando imperturbavelmente as coisas mais inverosímeis. Conforta-me imaginar que o leitor compartilha do meu horror pela frase feita, pelo lugar comum e pela ênfase declamativa, que é a pompa da mediocridade. Esses escritores são, na literatura, o mesmo que os charlatães na medicina: eliminam das leis da vida e da morte a condicionalidade. Teem o vício inveterado de afirmar, num tempo em que o próprio gênio balbucia com freqüência o «talvez». Seriam grandemente prejudiciais se não fôsem irremediavelmente cômicos: como aqueles cômicos autênticos a quem o metafísico Hamlet diligenciava corrigir a ênfase, mostrando-lhes que a arte não consiste em desfigurar a verdade em artifício, mas emprestar ao artifício a fisionomia simples da verdade.

Não é a primeira vez que êsses escritores infalíveis e dogmáticos fulminam com seus anátemas o «môço bonito», explicando-o como um produto de cinismo contemporâneo, da imoralidade de que estão saturadas as cidades modernas, onde se agitam, baralhados, como num recipiente metálico de *cock-tail*, os princípios activos do vício contagioso e a virtude amorfa e passiva. Tive, ontem, a contrariedade de ler mais um dêsses libelos contra o «môço bonito»; e digo *contrariedade* porque esta correspondência a um assunto tão sugestivo, que daria uma tão pitoresca página de literatura, é motivo para aborrecer um cronista de superficialidades, para quem vão gradualmente diminuindo os assuntos que se prestam, sem incorrer no bocejo do leitor, à pirotécnica de alguns paradoxos e à improvização de alguns aforismos.

Desta vez, ainda, o libelista do «môço bonito» comprometeu a estética e a filosofia do assunto. Com o estilo alterado pela iudignação, invocando enfaticamente as virtudes antigas, e olvidando lamentavelmente o fascinador D. Juan, o cruel Lovelace, o requintado Valmont, e todos os outros mil Maquiavelos da libertinagem e da galanteria, mesmo os alegres e populares cavaleiros de Faublas, de Florian e de Casanova, perdendo a oca-

sião excelente de compor algumas frases coloridas e lapidar algumas imagens scintilantes, o campeão da moral persevera no êrro de nos apresentar o «môço bonito» como a síntese da educação actual, o exemplar maléfico de uma juventude que adora no prazer a única divindade: «*un salop qui a de la femme la méprisable idée d'une cochonne*», como lhe chamou uma actriz da última *tournéé* parisiense de arte e de moda, numa tarde em que, à porta de uma das nossas quasi japonesas casas de chá, um terrível D. Juan de dezoito anos lhe segredou um cumprimento que faria corar as odaliscas da rua de São Jorge: do angélico cavaleiro que ainda ali combate, passadas tantas centenas de anos, o dragão invencível do Mal.

Porque essa frase da actriz francesa é um incontido grito de alma de quem mostrou, rebelando-se sob a vergastada do insolente galanteio, ser feita de carne e não de cera, a devemos apreciar como um desabafo que autorizadamente consubstancia o sentimento secreto de milhares de outras mulheres ofendidas?

O exaltado inimigo do «môço bonito» afirma perentóriamente que sim, e logo, com exaltação e ira, conclue:

«Devemos pensar que esta parisiense está

habituada a caminhar sòzinha, respeitada em sua fragilidade e na sua beleza, através dos turbilhões humanos de Paris, intitulada a Babilónia moderna — a frase feita! — para bem se compreender quanto a deve ter indignado a perseguição licenciosa da satiríase carioca, interpretada pelos eróticos moços bem vestidos, mas sem moral, que tôdas as tardes, pontuais como Aquiles em dia de batalha, se postam nos passeios da Avenida para experimentarem a vária sensibilidade da mulher honesta à afronta e a vária gradação do rubor segundo a textura das epidermes.

«Onde está a mulher do Rio, da medíocre beleza, — continua o moralista — que não tenha sofrido, ao atravessar uma rua, o vexame das sollicitações ou das apreciações indecorosas do «môço bonito»? Onde está a mulher, criança, môça, espôsa ou viúva, que não tenha sido ofendida por esta juventude donjuanesca, que enxameia o Rio com a ociosidade libidinosa e cujo passa-tempo favorito consiste em despir as mulheres com o olhar insolente e em difamá-las com a língua caluniadora?»

Nesta altura, o nosso Béranger incipiente lembra-se de que existe a polícia e investe contra a instituição policial, sem perder o entono retórico de um Catão: «Um espectá-

culo tão repulsivo e imoral é urgente que termine. Se a polícia não pode refrear o atentado público à virtude e ao recato das mulheres, de bom aviso será restituir aos pais, aos irmãos e aos maridos o direito legal de reprimir os desmandos da satiríase carioca.»

Eu concordo — não posso aqui fugir à insuportável primeira pessoa do singular, — em que os galanteios que uma mulher bonita se expõe a ouvir, descendo a Avenida, não serão todos do melhor quilate. Reconheço que a mocidade faria melhor em sonhar e planejar nobres e quiméricos empreendimentos do que em poluir o pensamento e desinquietar o sossêgo sexual de inôças quási inocentes. Seria muito menos prosaico e muito mais inofensivo que cada estudante, em vez de procurar imitar o licencioso herói do tratado de política amorosa, chamado *Liaisons dangereuses*, procurasse imitar, por exemplo, o visionário D. João de Áustria, o vencedor de Lepanto, que, enviado à Flandres por Filipe II para recolher o exército espanhol, projectou, em uma hora de alucinação cavalheiresca, desembarcar nas costas da Inglaterra, libertar a cativa Maria Stuart, casar com ela, restaurar a religião católica e coroar-se rei de Inglaterra: *film* heróico e magnífico, aprovado pelo Papa, e que só à insensibilidade

glacial de Filipe II devemos não ter sido projectado no *écran* da História.

O meu propósito não é, porêem, aconselhar, acusar ou defender o «môço bonito» — três diversas maneiras de perder o tempo, — mas apenas a de apresentar-lhes, com a retórica indispensável à invocação dos fantasmas, o antepassado do «môço bonito»: o scéptico e atrevido sedutor do século XVIII, aliviando a nossa época da responsabilidade de haver dado à luz o primeiro exemplar da juventude iconoclasta, licenciosa e insolente.

Tenho a honra de apresentar-lhes o magistrado D. José Pinto de Moraes Bacelar, ouvidor da vila do Príncipe, na capitania de Minas Gerais: vinte e sete anos, fidalgo, bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, admirador de Voltaire e dos enciclopedistas, ateu com elegância, conquistador com imperitância, acreditando tão pouco no amor como em Deus. Se me dão licença, apresento-o no palco de uma das suas memoráveis façanhas: na igreja paroquial de Santo António, durante uma solenidade religiosa.

Todo o povo, na nave iluminada pelos lustres, está prostrado em frente do altar-mor, onde se acha exposta na custódia de ouro, com o tabernáculo aberto, a divina hóstia. Ele só está de pé, com a mão esquerda ne-

gligentemente pousada na guarda do espadim, na mão direita um botão de rosa, o tricórnio debaixo do braço, a capa negra de magistrado traçada na cinta. A coroar a elegância do vulto sombrio, trajado como o Scarpia da *Tosca*, a peruca branca, encanudada nas fontes, atada atrás com o laço de sêda preta. É Lovelace, redivivo, no tempo de Rousseau e do marquês de Barbacena, com o sorriso sardónico e a altivez de um Lucifer galante. O cício das rezas enche o templo nos intervalos breves em que esmorecem as vozes melodiosas do órgão. O olhar do Ouvidor procura entre as cabeças inclinadas a senhorinha que, momentos antes, viu descer da cadeirinha ou da liteira à porta do templo. Afectadamente, indiferente ao escândalo, pesquisa com a luueta, no altar-mor, a onda movediça das plumas e mantilhas, para descobrir a linda desconhecida, e caminha, com a altivez de uma potestade, através da casa de Deus, ao encontro da donzela.

Em vão, os seus olhos coruscantes diligenciam magnetizá-la, desviando-a das orações que a absorvem. A donzela continua inclinada sôbre o livro de missa, mergulhada nesse místico êxtase que é para as mulheres como uma voluptuosidade perfumada de in-

censo. Então, impaciente, em um impulso de orgulho irritado, atira ao regaço da donzela o botão de rosa e fica erecto e arrogante, numa atitude soberana de desafio, com um rito de desdem nos finos lábios unidos, a mão, coberta pela renda do punho, pousada nas guardas do espadim. O escândalo é imenso. Todos os olhares voltam-se para o galanteador insolente e sacrílego. A solenidade do local domina, entretanto, as indignações. Felisberto Caldeira, o opulento contratador de diamantes, a cuja família a donzela pertence, a custo sofreia a cólera provocada pelo insulto.

No govêrno do sr. Wenceslau Braz, o incidente teria terminado grosseiramente, a murro e a bengaladas, e no dia seguinte os jornais affectos ao Ouvidor diriam que êle se portára como um gentil-homem, e os jornais simpáticos ao Contratador afirmariam que Felisberto Caldeira calcára aos pés o soberbo magistrado. No tempo do antepassado do «môço bonito», as coisas passaram-se de maneira diferente.

Finda a solenidade, no adro da igreja, depois de trocadas meias palavras ásperas, o Contratador arrancou do estoque, o Ouvidor desembainhou o espadim, e precipitaram-se um contra o outro, brandindo as lâminas

nuas, quando o vigário e os acólitos, revestindo ainda os paramentos sagrados, precedidos pelo juiz da confraria, que hasteava a bandeira do Espírito Santo, saíram ao encontro dos contendores, exortando-os a que não profanassem com uma scena de sangue o limiar do templo. As armas homicidas inclinaram-se perante a imprevista aparição. Os amigos dos dois adversários intervieram, afastando os contendores; e sem perder a compostura, embainhando o estoque e compondo com feminina vaidade as rendas finas e amarfanhadas dos bofes, o ímpio Ouvidor de Vila do Príncipe — o «môço bonito» do século XVIII, — fitava de longe, com uma gula libertina, a donzelinha devota...

Não, senhores moralistas, o «môço bonito» não é «um produto do cinismo contemporâneo, da imoralidade de que são saturadas as cidades modernas», etc., etc.

Para os raros apenas...

«Paris é, mesmo durante este período doloroso da guerra, uma terra de extraordinário exotismo. Que de curiosidades e que de fantasias!

Ontem, à noite, com dois amigos, visitámos um cinema clandestino, para os *raros apenas*, como se diria nos bons tempos literários do decadismo e do simbolismo, muito antes do futurismo. Mas o animatógrafo que vimos é um mixto de *missa negra* e de *missa côr de rosa*. Isto é, para contentar os discípulos do satanismo de Karl Huysmans e os discípulos do snobismo mórbido de Óscar Wilde.

Nesse *cinema*... para os *raros apenas*, de um esteticismo refinado, vimos uma condessa russa autêntica, duas *girls* do Olímpia, um senador estrangeiro... e nenhum francês.

Convêm notar que o animatógrafo salânico só funciona das 11 horas da noite em diante. E no fundo de um jardim aristocrático do mais luxuoso bairro de Paris.»

(De uma *Carta de Paris*, do sr. Xavier de Carvalho.)

O Rio terá, de futuro, os historiadores do seu progresso, como já teve os historiadores da sua infância heróica e do seu letargo colonial. Para facilitar a tarefa erudita dêsses Goncourt do porvir, os cronistas já hoje lhes preparam a herança de uma documentação.

copiosa. Nela encontram-se todos os materiais necessários à edificação literária dos evocadores do Rio actual, e numa tal abundância que permitirá a um Oliveira Lima no ano de 2222, designar, sem êrro, a côr do vestido de M.^{me} de Figueiredo e a flor da lapela do sr. Humberto Gotuso, na primeira récita de Guitry, no teatro Municipal, quando presidia aos destinos políticos da República o austero varão, sr. Wenceslau Braz.

Que leitura atraente seria para nós essa obra fenomenal, em que um douto brasileiro do século XXIII nos descreverá, com a mesma retórica transfiguradora com que Walter Scott descreveu os bardos, os cavaleiros e as castelãs da Idade Média! Eu creio que as metamorfoses na ordem dos sentimentos, dos conhecimentos e dos aspectos sociais serão no século XXIII, em relação ao nosso tempo elementar — se bem que já semi-fantástico, — muitíssimo mais consideráveis do que eram os aspectos medievais em relação à época do romancista do *Ivanhoé*. Não é possível garantir que no ano de 2222 já se não agite, com a mesma turbulência, sobre o nosso planeta, a mísera e altiva espécie humana, mas é absolutamente verosímil a desconfiança, por exemplo, de que a êsse tempo as indústrias criadas pela imaginação dos titânicos

pigmeus hajam devorado todo o carvão da terra, e que as florestas estejam totalmente convertidas em bibliotecas. De que matéria será composto o volume em que, no ano 2222, o historiador carioca descreverá a Avenida Rio Branco, ainda com os fundos dos palácios defrontando as ribanceiras vermelhas e abruptas do morro do Castelo, a City Improvements infestando de miasmas pestilentos a Avenida Beira-Mar, por onde passeavam, às tardes, nos seus automóveis rudimentares, movidos a gasolina, as elegantes vestidas segundo a moda decretada pela fantasia semi-asiática e delirante dos Paquin e dos Poiret? E terá, ao menos, successo, essa obra formidável de evocação histórica, em que se comentará — não sem controvérsias nas academias — o *Pall Mall*, de José António José, como hoje se comentam Herodoto e Juvenal?

Presumo que essa obra considerável, que converterá em grave assunto erudito as mais pueris frivolidades actuais, alcançará um ruído successo e que as freqüentadoras da Lallet ali serão descritas com mais verosimilhança por êsse subtil analista do que o foram pelos seus distraídos contemporâneos.

E é para êle, à distância formidável de três séculos, que descrevo, num dia de sol

chamejante, êste artigo fútil, no terceiro ano trágico da grande guerra, quando o Dr. Eduardo França nos explica porque o Brasil é uma nacionalidade «aeroplânica» (quanto vai ser apreciado no ano 2222 êste expressivo qualificativo!), e depois de haver-me instruído com a leitura da «Carta de Paris», em que o meu útil amigo Xavier de Carvalho, cavaleiro da Legião de Honra, excita as curiosidades mórbidas com um anúncio de um cinema clandestino, funcionando altas horas da noite no resguardo de um jardim aristocrático, e onde uma condessa russa, duas *girls* do Olímpia e um senador estrangeiro se deleitam com «um mixto de missa negra e de missa côr de rosa» dedicadas aos discípulos do satanismo hiperbólico do convertido Huysmans e do snobismo vesânico do caluniado Óscar Wilde.

Foi o meu amigo X. . . , da «esquadra» do príncipe de Rodenbourg, que me deu a ler a crónica picante, emquanto esperávamos pelo almôço no branco *hall* elítico do Hotel Central, decorado no gôsto vienense, e que é, emfim, no ano dezaseis do século xx, o primeiro hotel sem baratas e onde é possível encontrar em pequeninos aposentos, edificados por um Gulliver architecto para bonequinhas de Nuremberg, um ambiente de confôrto civilizado.

Sem reclame para o *cordón-bleu* de M.^{me} Marta Niederberger, a sua salada de camarão, *sauce remoulade*, é excelente, e devo fazer justiça ao bom paladar dos estetas elegantes que se acostumaram a ir almoçar ou jantar, ao som das *czardas* e das valsas boêmias do quinteto Pickmann, na sala marfim e ouro do hotel da praia do Flamengo.

Emquanto eu prestava atenção à salada de camarão e a um *beret* de veludo negro, o meu amigo prodigalizava-se em comentários sobre a surpresa injustificada e o escândalo desrazoável com que fôra lida no Rio a crónica do correspondente de Paris.

— Certamente, — dizia-me êle, — interceptando-me a contemplação do *beret* de veludo negro, — pode parecer estranhável às almas cândidas, pois parece que ainda há quem goze uma tal bemaventurança sobre a terra, que no Paris convertido, no Paris expurgado de todos os pecados de Montmartre, — que era uma espécie de armazéns de Louvre do vício, — enquanto os heróicos e rebarbativos *poilus* avançam no Somme e reconquistam os baluartes de Verdun, exista oculto nos arvoredos de um jardim *soi-disant* aristocrático um cinema clandestino, onde algumas desequilibradas e alguns clientes desiludidos de Brown-Sequard, vão procurar, alta noite, ex-

citantes cérebro-espinais. Francamente, você acha isso surpreendente?

— Não, eu não achava surpreendente se não a salada de camarão.

O meu elegante amigo, que voltou imensamente filosófico do acampamento dos Afonsos, prosseguiu :

— A guerra, colocando o homem em face da morte e constringendo-o a jogar com ela a cabra-cega, está-nos sendo falsamente apresentada como uma purificadora. Sem dúvida, ela é a terrível seleccionadora da espécie e faz emergir das profundidades inconscientes do pensativo animal que é o homem a coragem e a bravura. Incontestavelmente, ela é a escola suprema do sacrifício, mas seria difamar a espécie humana pretender que o heroísmo só adorna com azas rutilantes o guerreiro, transformando-o em um arcanjo, como seria insensato pretender negar que a familiaridade com a morte arremessa o homem para os mais desvairados delírios da crueldade e da sexualidade. Quantos heróis não há que foram monstros repelentes e quanto é difícil, fora da crise mística da cavalaria, encontrar um grande guerreiro, desde Attila a Napoleão, que não tivesse sido um sensualista!

Para admitir uma lei que fizesse correspon-

der uma maior moralidade social aos períodos de guerra, haveria de considerar-se como inexistente o exemplo ininterrupto da História, que nos oferece o espectáculo das sociedades as mais licenciosas nos tempos da guerra. É exactamente contando com essas reacções eróticas, estimuladas pelo excitamento nervoso diante da ameaça da morte, que os governos organizam a repressão do vício, que em Berlim se fecham os lupanares e que em Paris se cerram as portas das *boites* das *cavernas* e dos *restaurants de nuit* e se suprime a profissão dolorosa da *rodeuse*: êsse pobre morcego da volúpia humana; como se proíbe a venda do absinto, que foi o maior propagandista do anarquismo. É uma simples questão de profilaxia social e de decôro, pois nenhum legislador francês ou alemão supôs possível o extermínio do vício por um simples decreto redigido ao som dos canhões no Marne ou do tropel dos cossacos na Masuria.

Aprovei com um acêno de cabeça aquella eloquência dedutiva, e foi então — e agora torno-me o porta-voz que transmite informações ao historiador do ano de 2222 — que o meu amigo concluiu:

— Onde se viu jámais uma civilização sem o vício? Por acaso o sertão de Minas não é muito mais virtuoso do que o Rio? Mas, como

seria possível edificar esta cidade já esplêndida, fruto do conflito de milhões de desejos impuros, num regime austero? Com que direito se surpreende e escandaliza o carioca pelo facto de existir um cinema clandestino em Paris? Porventura êsse cinema gangrena a França e abre uma brecha por onde a torrente alemã possa atingir o Arco do Triunfo?

Não garanto que o meu amigo tenha razão, mas, positivamente, o cozinheiro de M.^{me} Niederberger tempera com sapiência a *sauce remoulade* da salada de camarões.

Epidemia da dança

Chegou esta terra (Boston) a um verdadeiro furor coreográfico. Parece uma epidemia de dança de S. Vito. Gente de tôdas as idades e de tôdas as condições só pensa em ganhar dinheiro e em tanger. Nos melhores hotéis, tôdas as noites se dança, como nos peores «cabarets» de Paris. «Cocottes» acotovelam-se sôbre o «parquet» com senhoras que se dizem de distinção, e nem a idade as refreia. Matronas de cabelos grisalhos e de formas rechonchudas, ostentando seios fartos como repolhos e braços que mais parecem presuntos, sacolejam-se tanto quanto esbeltas raparigas, e velhos calvos suando com o esforço, não cedem o passo aos atletas universitários. Até nos grandes armazéns se dança. Na casa Shepard, que é um estabelecimento como o «Bon Marché» ou o «Printemps», dança-se diáriamente das quatro às oito, num «restaurant» ou «tea-room» que para isso se preparou. É um meio novo e seguro de atrair a freguesia.

OLIVEIRA LIMA.

Em volta das correspondências que, primeiro da Inglaterra e depois dos Estados Unidos, vem escrevendo há dois anos para o *Estado de S. Paulo* o eminente historiador e antigo diplomata Dr. Oliveira Lima, produziu-se um largo movimento de surpresa e de crítica. Estranhou-se o diapásão calmo — de-

esperadoramente calmo para a nossa exaltação crónica, — dêesses escritos, que revelam um espírito emancipado de quaisquer influências sentimentais, incontaminável às paixões, ansioso de lógica, pertinazmente desejoso de substituir às opiniões circulantes sua opinião própria e dispondo da difícil e escabrosa autonomia mental — não isenta de orgulho, — que conduz raros publicistas de coragem a defrontarem-se com as desconfianças dos leitores e impor-lhes pensamentos e sentimentos diametralmente opostos aos adoptados e professados pelas maiorias.

Desde o início da tragédia europeia, essa antinomia ou discordância de opinião entre o calmo *magister* que se apraz ao nobre recreio do raciocínio e o leitor apaixonado e insubmisso, acentuou-se. O sr. Oliveira Lima, ao contrário da quasi generalidade dos escritores da nossa raça e do nosso temperamento, recusou-se a tomar um partido deliberado pró ou contra qualquer dos grupos das nações em luta, e continuou com serenidade imperturbável a fazer a crítica histórica dos acontecimentos, como distanciado dêles por decénios ou séculos, applicando ao seu estudo os mesmos métodos pacientes e analíticos a que se acostumára com tão brilhante êxito o juvenil pesquisador dos arquivos da Tôrre do

Tombo e depois o amadurecido historiador de D. João VI.

A surpresa só é permitida áqueles que não conhecem na intimidade da sua obra esplêndida e do seu convívio sedutor o insigne homem de letras, pois os artigos de agora consignam a lógica perseverança de antigos processos e de anteriores concepções. Mesmo quando se ergue acima das realidades, o espírito iudagador do sr. Oliveira Lima não perde a visão dos horizontes, não sofre a vertigem cerebral das altitudes, que levam ao devaneio. Êle fica sendo sempre um observador, um visual, um crítico e um filósofo objectivo. O que mais depressa se apreende no seu estilo é o dom — mesmo a preocupação, — do pitoresco. É um historiador de aspectos e de ambientes, mais um cronista emérito do que um historiador carrancudo, quasi um romancista de história, como Carlyle e Oliveira Martins, se bem que diferenciado dêles ambos pela fleugmática calma, pela ausência da scintilação retórica e da capacidade arrebatadora de idealismo que caracterizam os dramaturgos da «Revolução Francesa» e do «Portugal Contemporâneo». O sr. Oliveira Lima é um realista. Seus quadros de história e de costumes lembram os processos de factura dos pintores flamengos pela minuciosidade do de-

talhe. Estruturalmente um sedentário, não poderia exigir-se-lhe o entusiasmo imaginativo e transfigurador dos nervobiliosos. Tem o temperamento do seu físico. Pesquisador laborioso, requintado, metódico, preocupado de verosimilhança, entretém-se em reproduzir com fidelidade e colorido os aspectos sociais e históricos.

É recortado de uma das suas últimas correspondências dos Estados Unidos, datada da universitária Boston (e na qual a sua curiosidade crítica se dispersa pelos assuntos mais transcendentos de jurisprudência, de economia e de política), o pequeno quadro pitoresco de humorismo, que como epígrafe serve de tema a esta divagação. De entre as suas cogitações de sociólogo, de economista e de jurista, o colaborador do *Estado de S. Paulo* detém-se por um instante a anotar o furor coreográfico, «verdadeira epidemia da dança de S. Vito», que se apossou da sociedade americana, pletórica de saúde e de dinheiro, de optimismo e de alegria. O pequenino quadro está traçado com a mão exímia de um mestre realista.

O processo flamengo: minuciosidade, colorido, movimento, humorismo. . . Falta-lhe apenas a moldura. É um Teniers do século xx, que pinta com tinta de escrever, como

Saint-Simon. Mas, por que êsse tom de surpresa, que envolve o quadro como uma atmosfera? A epidemia coreográfica não é universal? O sr. Oliveira Lima chegava de Londres aos Estados Unidos, e em Londres, em plena guerra, a dança e a dansarina continuam reinando em todos os *music-halls*. Basta folhear qualquer número do *Sketch* para ver bailar em quási cada página uma bailarina francesa, inglesa, russa, italiana ou oriental. A guerra, que imunizou a França e a Alemanha contra a infiltração erótica da dança, não pode ainda destronar a coreografia em tôda a face da terra. A tragédia tem sido impotente para destruir a frivolidade. Bellona não assustou Terpsychore. O sr. Oliveira Lima, se descer em um paquete da Royal Mail, do Recife ao Rio, encontrará a mesma epidemia que devasta os corações, os pulmões, a moral (e também os sapatos) em Boston e Nova York. O Parc Royal ainda não inaugurou o salão de chá e tango, como os armazêns Shepard, mas no Assírio, tôdas as noites, à hora do café e do licor, se dansam o tango e o maxixe. Tivemos nesse restaurante da moda uma série de bailes de tôdas as côres do prisma, desde o baile do *reveillon* ao baile da *micarême*, e em todos êles se tangou freneticamente. O sr. embaixador Morgan, querendo

mesmo consagrar o tango, conciliando-o com o protocolo, contratou o Duque e M.^{elle} Gaby (a dos lânguidos olhos verdes e dos meneios voluptuosos) para fazerem as honras de um chá dansante, para o qual o diplomata «encantador» convidára a formosa mocidade elegante, onde tôdas as flores dançam melhor que borboletas. Êste verão, em Petropolis, tangou-se como se o tango fôsse acabar: o que felizmente não acontece, porque no inverno que principia já se começa a organizar em volta do tango e dos seus meneios uma quantidade de reuniões e de festas, como se o tango nunca mais terminasse. O que me surpreende não é que as *girls* e as matronas de Boston dansem no *tea-room* da casa Shepard, e que todos, novos e velhos, dansem o tango nos Estados Unidos, ao som de maviosas orquestras, enquanto a Europa dança a quadrilha trágica da guerra, ao som dos canhoneios. O que me admira é que a alegria humana, depois que Paris deixou temporariamente de reger a orquestra dos prazeres, ainda não tenha inventado outra coisa e continue a dansar espasmódicamente o tango.

Como Paris deve sorrir com desconsôlo e desdêm da pouca fantasia do universo, privado da sua inspiração inesgotável!

Paris soube sempre dansar com variedade

e imaginação. Em pleno Terror, as salas de dança multiplicaram-se e os *incroyables* de Termidor inventaram mesmo — fantasia máxima! — uma dança em homenagem à guilhotina. Não é preciso recorrer ao passado solene da pavana e ao reinado cerimonioso e elegante do minueto para se passar a Paris o certificado que lhe confere as supremas honras coreográficas. O Directório dansou escandalosamente. As sandálias e os coturnos gregos convidavam a dansar. O Império dansou sôbre um vulcão. Depois, com Luís XVIII, com Carlos X, com Luís Filipe, as polcas, as mazurcas e as valsas entonteceram as gerações do romantismo. Dansava-se nos palácios e nos *carrefours*. Dansava-se nas madrugadas dos golpes de Estado. Veio, depois, o último Napoleão, o filho da Rainha Hortênciã. A prosperidade gerára a alegria de viver. Offenbach faz dansar os deuses do Olimpo nas suas operetas. Surge o *cancan* e principia a grande orgia, que os canhões prussianos vieram interromper. Com o desabar tempestuoso do Terceiro Império, o *cancan* entrou na fase do declínio. *Tout passe, toute casse, tout lasse* depressa em Paris. Em breve, as últimas cancanistas da dinastia célebre da Glu, as derradeiras heroínas do *grand écarté*, retiraram-se das salas de baile. Paris,

que sempre honrou na dança, não só a arte dos movimentos harmoniosos, mas também a arte dos movimentos excitantes, começou experimentando tôdas as novidades afrodisíacas das dansas exóticas. Vieram, primeiro, os bailes espanhois. De 1890 a 1900, em todos os *music-halls*, em todos os restaurantes nocturnos, em todos os palcos dos pequenos teatros dos *boulevards*, em tôdas as *boites* de Montmartre, se dansaram e cantaram as *habaneras*, as *jotas*, as *malagueñas*, as *muñeras*. Paris travou relações pessoais com as compatriotas morenas da *Carmen*, que os parisienses só quási conheciam na versão franceza da Ópera Cómica. Foi o tempo de glória da «bela» Otero. Os banqueiros atiravam os livros de cheques para debaixo dos sapatos das Mercedes, Pilares, Dolores, Candelarias e Consuelos. Durante anos, Montmartre serviu aos parisienses e aos estrangeiros todo o *salero* voluptuoso das Espanhas. Mas as novidades envelhecem depressa em Paris. Essa ardente sensualidade espanhola começou parecendo demasiado primitiva ao requinte dos *gourmets*. A glória de Otero eclipsou-se antes da sua formosura. Mayol inventou então o processo de viciar inéditamente a cançoneta. O *Moulin-Rouge* e o *Olímpia* principiaram a reduzir as dimensões do *maillot* nas

bailarinas a tal ponto, que as duas extremidades, de redução em redução, se encontram separadas apenas por um pequeno triângulo. Um dia, porém, em pleno sucesso da abolição do *maillot*, um colegial teve a inspiração de aconselhar uma prima inocente a ir ver, aos museus do Luxemburgo e do Louvre, aquilo que a família não a deixava ir ver ao *Olímpia*, e tanto bastou para que todo o Paris das saturnais infinitamente elegantes e infinitamente viciosas da *Abbeye Albert* e do *Monico*, reconhecesse que nada havia de *plus nature que la nature*, e se pusesse a desejar com frenesi um novo manjar digno do seu paladar exigentíssimo. Vieram, então, servidos em todos os recintos públicos e privados do prazer, sucessões de dansas perversas, destinadas a promover o aumento de consumo do champagne e dar trabalho às hetairas da moderna Babilónia. A dansa do ventre, a dansa dos *apaches* tiveram seus dias de celebridade e de glória. Nos palcos, onde sapateavam as bailadeiras de Sevilha e de Granada, com molhos de cravos nos cabelos, apareceram as trigueiras almeas com as contorsões de abdómen, e, logo depois, as heroínas dos *boulevards* exteriores. A dansa dos *apaches*, pela originalidade sinistra e pelo concurso de interpretação que verdadeiros

grandes artistas lhe trouxeram, bateu o *record* do sucesso, sacudindo os nervos mais rebeldes e gastos. Viram-se autênticas esnhoras, em autênticos salões elegantes, dançar a dança luxuriosa e trágica dos criminosos da *banlieu*, que terminava — todos o sabem — pela mímica da decapitação.

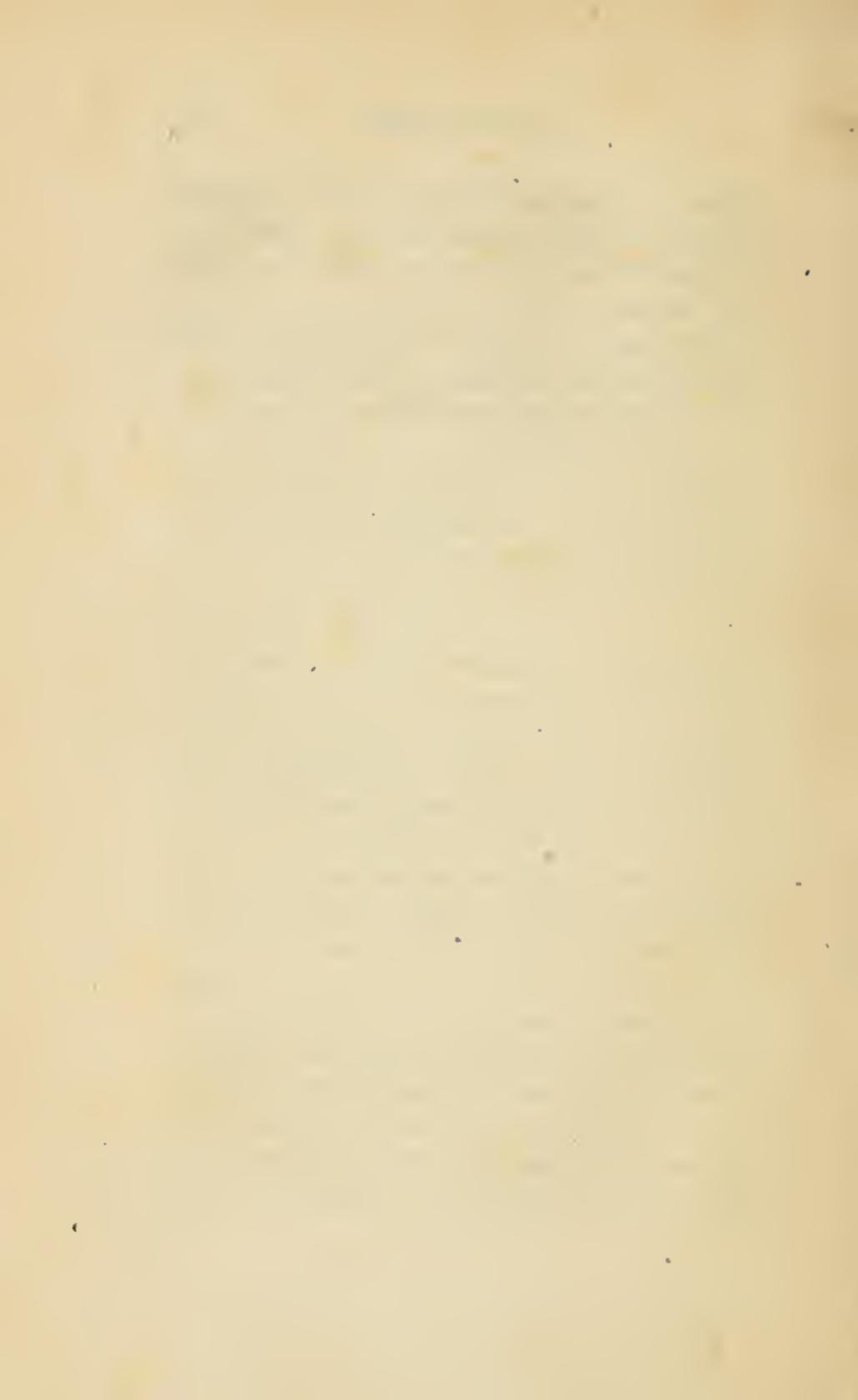
Os americanos, ao assistirem ao regosijo dos parisienses perante as mais inauditas extravagâncias, lembraram-se de lhes oferecer os seus dansarinos negros. Lançou-se o *cake-walk*, lançou-se o *rag-time*. Foi de novo o sucesso, o delírio!

Simultâneamente com esta evolução pervertida e exótica da dança de *cabaret*, uma outra evolução artística da dança operava-se, com a sanção dos estetas e que produziu, desde as fantasmagorias de Loi Fuller às academias harmoniosas de Eleonora Duncan e aos deslumbramentos do baile russo, numa sucessão de maravilhas, verdadeira apoteose do ritmo, da atitude e da plástica humanas.

Em qual das duas correntes devemos incluir o tango? É difícil responder sem ser desprimoroso para com as dansarinas elegantes. O tango realizou o prodígio de harmonizar a inconveniência com a elegância. O tango conquistou o mundo. O Rio, como Bostou, ainda

sofre a obsessão do tango, e o sr. Oliveira Lima vai poder compor um novo quadro pitoresco de costumes descrevendo a tangomania carioca.

Ah! mas se não fôra a guerra, Paris já teria, a estas horas, destronado o tango e o teria substituído por outra dansa... peor!



Experimentemos as mulheres...

Comunicando à Câmara o teor de uma representação em prol do sufrágio feminino, o deputado sr. Maurício de Lacerda — novo Jarnac nos duelos da palavra, — exortou com imprevisto literário e a vivacidade do seu temperamento a que se experimentassem as mulheres, talvez como último recurso depois do retumbante fiasco em que liquidou o despotismo multimilenário do homem.

E por que não?

A Europa está, neste momento, experimentando intensivamente a mulher, senão como legisladora e estadista, pois que a implacável guerra dos sexos, comandada por Mrs. Pankhurst, foi suspensa ante a ferocíssima guerra dos povos, desencadeada pelo *Imperador da Paz*, mas em tôdas as suas capacidades morais, mentais e físicas. Há já quem diga, perante os resultados imprevistos, e por isso prodigiosos, obtidos pela cooperação da mulher na manutenção dos organismos sociais desorganizados e pericli-

tantes, que a guerra criou «uma mulher nova». Não é verdade. Adão só procura diminuir os méritos da sua subalterna companheira. Ao mesmo tempo que a afaga, trata de ocultar o halo que a circunda.

A guerra não criou uma mulher nova. Revelou ao orgulho obtuso do macho o valor social intrínseco da mulher, que êle sempre, mais ou menos, se obstinou em considerar como um simples valor fisiológico e estético.

Cauteloso, cioso dos poderes absolutos herdados do *Pithecanthropos erectus*, o homem procura já arrancar à visionária mamífera os frutos da vitória, e condescende em coroa-la apenas transitóriamente de flores, que não tardarão em fenecer, considerando (com sublime perfídia, digna do profundo e subtil Ulysses), que a mulher dêste momento é uma mulher ocasional e excepcional: a Eva da guerra, criada pela guerra e para a guerra, e que não tardará em degenerar outra vez na Eva bíblica, honesta ou impura, monogâmica ou poligâmica — pormenores que só interessam os costumes e o código,—e cuja única missão na terra sempre foi a de atear os conflitos da concupiscência e propagar a espécie da maneira a mais agradável possível para o semi-divino descendente do Antropoide.

É mais fácil separar a água do vinho do que a hipocrisia da verdade no julgamento das acções humanas, e totalmente inútil seria o meu pedantesco esforço em analisar a obra que desde os tempos imemoriais da idade das cavernas o rei da criação vem realizando para impedir que a mulher ultrapassasse o limiar do gineceu.

Professando uma irreprimível desconfiança pela fatuidade dos escritores que se consideram capazes de profetizar o desenlace das batalhas ou a metamorfose dos regimes políticos, e supõem mover com o bico da pena os destinos humanos, não posso, porém, ocultar que pertenço ao número dos que acreditam no futuro de uma sociedade organizada sob a concepção de igualdade dos sexos: sociedade já fortemente esboçada nos Estados Unidos, onde o enérgico e sadio utilitarismo do homem não impediu, antes facilitou, o incremento das reivindicações de autonomia feminina. Essa evolução social há de fazer-se por intermédio das raças louras e sanguíneas, creio eu, e só será adoptada pelas raças morenas e nervosas por um irresistível fenómeno imitativo, mas com êxito precário, pois que ainda mesmo nos mais excelsos espécimens intelectuais, como o juvenil paladino das sufragistas brasileiras,

o homem de nossa raça professa, se não pratica, as teorias do Sorel do *Rouge et Noir*.

O latino, contra o que, há um século, cantam as vozes canoras dos tribunos e a-pesar-de tôda a filaucia liberal das quatro gerações parlamentares descendentes do parto laborioso e sanguinolento da Revolução Francesa, nunca soube exprimir o poder, no lar ou na vida política, senão sob o critério do absolutismo. Nada há menos democrático do que a República Romana, e nada menos resistente, porque logo cede ao desejo másculo de um César, tal qual aconteceria à República Francesa, que havia de ceder aos apetites de outro César inflamado pela ambição: essa sensualidade casta, que não se consome em espasmos, antes se engrandece, dilata e multiplica com a posse. Só depois do revés de 70 a França dos «Direitos do Homem», que vira os regicidas de 93 incorporados no séquito de um soldado da fortuna, pôde usufruir e consolidar o regime de 21 de Setembro de 1792, pois que a revolução de Fevereiro de 1848 por sua vez produzira uma segunda República condenada a viver apenas cinco anos incompletos e que seria empolgada por um outro César, êste postiço, que não embriagara sequer de marciais glórias as Gálias belicosas.

A democracia contemporânea não é de origem latina. Até recentemente, as Repúblicas latinas foram, sem excepção, à semelhança da faustosa Veneza, Repúblicas aristocráticas, quando no centro e no norte da Europa, no litoral do mar do Norte e no núcleo montanhoso dos Alpes, desde a Idade Média principiaram a constituir-se nacionalidades com a concepção electiva do poder, e quando na própria Inglaterra elegante, dos Stuart, em plena Renascença, foi possível a rígida República puritana de Cromwell, fundada em uma ordem de ideas completamente diversa da idea política latina e através de cujas sugestões se transplantou emfim o velho Senado romano para as nações que haviam herdado a tradição histórica de Roma e que terminaram por adoptar o parlamentarismo inglês depois de lutas civis impiedosas.

Se não fôra o parecer-me insuportavelmente ridículo o tom pedantesco a que obrigam estes assuntos, eu me animaria a espiar pelo buraco da fechadura estas grandes questões sôbre as quais a inesgotável estultícia humana derrama diáriamente tanta palavra oral e escrita.

Renunciando a êsse exercício, simplesmente aproximarei, por mera curiosidade, o exemplo português, ainda recente, das reivindicações

femininas brasileiras, formuladas no documento que o sr. Maurício de Lacerda fêz arquivar na história política do Brasil.

Na última sessão do Senado, em que compareceu antes da partida para o Rio de Janeiro, para onde fôra nomeado ministro, em 1912, o sr. Bernardino Machado defendeu a opinião de que à mulher portuguesa deveria ser concedida a elegebilidade para as corporações administrativas, como ensaio de uma futura e mais ampla ingerência nos negócios públicos, e indicou os assuntos municipais de beneficência como aqueles em que, desde já, melhor poderiam aplicar-se as suas aptidões administrativas e os seus sentimentos humanitários.

Correspondia êsse voto a uma forte corrente de reivindicações expressas pela mulher portuguesa? Redondamente se enganaria quem tal imaginasse. O movimento feminista, em Portugal, achava-se a êsse tempo circunscrito a pouco mais do que à actividade de uma chamada «Liga Republicana das Mulheres Portuguesas», por completo divorciada do sentimento geral do seu sexo e que, reclamando as honras suspeitas de livre pensadora, tinha no seu activo a iniciativa de uma manifestação às campas dos regicidas, até onde essas novas Théroignes de Méri-

court levaram pela mão, cantando hinos, algumas crianças inocentes.

O voto do moralista das «Notas de um Pai» não encontrou no Congresso republicano, por parte dos legisladores, eco de assentimento, se bem que, nos primeiros tempos de regosijo democrático, quando tudo ainda eram esperanças, hinos aos imortais princípios e declarações arrebatadas de amor á Liberdade e ao Progresso, o presidente do governo provisório, apresentando ao mundo a recém-nascida República, incluía no seu *programa de ilusões* o sufrágio universal extensivo às mulheres, tendo podido ver-se a médica D. Carolina Beatriz Angelo votar na primeira eleição das Constituintes, inaugurando assim em Portugal o sufrágio feminino.

Foi êsse um belo dia para a «Liga das Sufragistas Portuguesas», cuja presidente, a escritora D. Ana de Castro Osório, acompanhou até à urna (e pouco tempo depois até ao sepulcro) a venturosa precursora do eleitorado.

Era uma estreia auspiciosa! Mas bem depressa, a essa embriaguez generosa de civilização avançada, sucedeu um conservantismo utilitário e egoísta. Ainda naquela primeira e curta fase de reformas sociais e jurídicas, a

mulher mereceu nas chamadas Leis da Família as atenções dos ditadores. Êles pareciam procurar obter para a República a adesão da poderosa influência feminina, instituindo em cada lar uma padroeira do regime.

Que outro exército, mais do que êsse, seria o inexpugnável defensor das instituições? Uma política tendo a secundá-la as sentinelas vigilantes dos berços, arrostaria sem perigo tôdas as vissitudes. Ter por si o amor é ter por si a vitória. Ter por si as mães é ter por si o futuro. A essa aliada, que se diligenciára captar, logo, porém, a hostilizaram e melindraram, tocando-lhe com mão sacrílega nas suas crenças. Recaiãram então nos regaços as mãos que se estendiam para os legisladores revolucionários; e quando mais tarde o deputado Alexandre Braga apresentava à Câmara o projecto de lei regulando as responsabilidades do homem perante os crimes do amor, os deputados encolheram os ombros e as mulheres, já elucidadas, não ergueram sequer a cabeça, excepção do bando de agitadas saias da Liga, que redigiu mensagens congratulatórias ao D. João Tenório converso, que de sedutor de corações se metamorfoseava em campeão das seduzidas.

Qual a razão que tem até hoje privado a

mulher do direito de voto na quási totalidade dos países que praticam o sufrágio ?

A causa verídica da exclusão quási sistemática da mulher do direito de voto é a sobrevivência da tradição romana, dizem as autoridades e creio que também o Larousse. Muitos são os textos do direito romano que interdizem às mulheres as funções públicas. É certo que, na Idade Média, as mulheres nobres, na ausência ou na falta do marido, exerciam, quando revestidas do apanágio feudal de senhorio, jurisdição política. Algumas, em França, participavam nas eleições para os chamados Estados Gerais. Isso aconteceu só enquanto o direito de soberania se confundiu com o direito de propriedade. Logo que a noção do direito político se reconstituiu sob a influência persistente do direito romano, a jurisdição da mulher cessou por completo. Nenhum escritor dos séculos XVI e XVII pensa — que eu saiba e eu sei pouco menos que nada, — em associar a mulher, sob qualquer forma que seja, ao exercício do poder político.

Nem Locke, nem Rousseau, nem Mably, fazem a menor alusão aos direitos públicos das mulheres; e entretanto, para estes filósofos, a participação no poder constitue um direito natural. O único filósofo do século XVIII que pensou nos direitos políticos da mu-

Iher postergados foi Condorcet. Êle mostra-se surpreendido de que legisladores e filósofos, de comum acôrdo, ao mesmo tempo que votavam o princípio da igualdade dos direitos, privassem tranqüilamente metade do género humano do direito de concorrer para a formação das leis. Apesar da influência que Condorcet exerceu sôbre a obra da Revolução, nem a Assembleia Nacional nem a Convenção concederam às mulheres qualquer participação nos direitos políticos.

Em 1791, uma Olímpia de Gouges endereça uma petição à Assembleia Nacional de Paris, convidando-a a completar a sua obra pela Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. «*A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; deve igualmente ter o direito de subir à tribuna!*» — exclamava a sufragista da Revolução.

Os intérpretes da Igualdade não eram da mesma opinião, e parece que a sufragista falou tanto e demais, que, para não continuarem a ouvi-la, a mandaram guilhotinar em 1793.

«Se houve uma execução justificável — escrevia um contemporâneo, — foi a dessa mulher, porque não há nada que mais irrite do que uma mulher que reclama.»

Hoje, as mulheres reclamam em muito maior número e em outro diapasão. Mas os homens não se enfurecem nem se irritam ao pouto de mandá-las guilhotinar... talvez por falta de guilhotina.

Em companhia do Diabo

Não sei se ao leitor sucede o mesmo, pois estas são coisas sôbre as quais cada um guarda, habitualmente, um prudente silêncio. De longe a longe, sem que faça anunciar-se, o Diabo digna-se visitar-me, senta-se a meu lado ou encosta-se indolentemente à mesa em que leio ou trabalho, e conversa comigo. Êste Diabo, que assim me honra com as suas relações perigosas, não é o Mefistófeles decorativo e romântico de Goethe, nem o pavoroso e felpudo Satanaz do misticismo medieval, mas um Diabo do nosso tempo, admirador de Nietzche, filósofo e scéptico, com um amargo e irónico sorriso que me recorda o de Eça de Queiroz, antes da sua conversão ao idealismo.

Há muito tempo que o Diabo me não visitava. Foi, por isso, com prodigiosa surprêsa que o vi aproximar-se da minha mesa, no *reveillon* do Assírio, estender-me a magra mão glacial, sentar-se e aceitar uma taça de champagne, que teve a amável condescen-

dência de reputar sofrível. Eram duas horas da madrugada e o Assírio estava convertido em uma *tapageuse Abbaie Albert*.

Nunca o tinha visto com um tão perfeito bom humor. Presumo que outras razões de mais transcendente importância do que aquele espectáculo alegre motivavam a sua faiscante satisfação. Talvez a altiva resposta dos aliados à proposta de paz redigida nas forjas do Vulcano alemão. . .

Sorvendo golpes de champagne *frappé*, o Diabo examinava a sala com um sorriso es-pirituoso.

— A alegria dos mortais ao ver que conseguiram transpor com vida o limiar de um novo ano!

— Um novo ano que não passa de uma convenção astronómica...— observou o Diabo, acendendo com o hálito, como um prestidigitador fenomenal, um dos cigarros que, amavelmente e confiado no seu comedimento, eu lhe oferecera.

No recinto reservado às dansas, em frente à tribuna da orquestra, rodopiavam e requebravam-se as hetairas francesas e italianas da Alexandria carioca. Ainda não era carnaval, mas já havia *loups* e máscaras, *travestis* e fantasias, pois que é impossível praticar a alegria no Rio, sem o delírio dionisíaco do

entrudo. De mesa para mesa jogava-se o *ping-pong* com esferas multicores de celuloide, servindo as mãos de *raquettes*.

O aroma excitante do éter, que se volatizava nos ombros e nos colos, molhados pelos jactos frios dos lança-perfumes, misturado ao ácido carbónico inebriante do champagne, propagava uma exaltação contagiosa. O *maquillage* superficial da hipocrisia ia-se desvanecendo. As falsificações laboriosas do preconceito e os complicados artifícios da conveniência distingiam e apagavam-se. Eva, ingénua e voluptuosa, vestida de sêdas e rendas, sentia-se uma rainha coroada pela influente vitória dos instintos desencadeados. Dansava-se, mas não era um baile. Também não era uma orgia. Em redor da arena dos tangos, onde as *allumeuses* se contorciam na gymnástica lúbrica das dansas, como num teatro em que cada mesa, sóbriamente florida de hortências, figura de inacessível camarote, havia senhoras acompanhadas dos maridos e até, procurando bem, algumas *jeunes-filles*.

O dedo esguio do Diabo apontou-as, uma por uma, com infalibilidade.

— O vício foi sempre o espectáculo mais fascinador para a inocência e para a gente honesta. Há milionárias americanas que atra-

vessam o Atlântico em *cabines* de luxo para irem beber uma *Roederer chez Palmyre* ou comer as fastidiosas *grenouilles à la cocotte* no *Capitole*.

Sorri, contrariado, mas não me ocorreu o argumento incisivo e irrespondível, que pudesse opor à casuística diabólica. É assim que, muitas vezes, a razão tímida é vencida pelo êrro audacioso.

Ele continuava discorrendo, balouçando o pé calçado num escarpim de verniz rebrihante.

— Neste cenário assírio, com um pouco de fantasia, pode-se invocar o festim de Baltazar, se bem que as *petites bouchées à la Reine*, o *consomé froid en tasse* e a *dinde au jambon* sejam manjares modestos para um banquete babilónico.

— O meu amigo esquece três mil anos de civilização. Estamos no século xx, da era de Cristo, e não é um Baltazar, mas um Elisiário, que nos dá de cear. . .

Os olhos verdes do Diabo chamejaram.

— Os aspectos variam, mas o homem tem sempre as mesmas vísceras, dentro do mesmo esqueleto, envolvido nos mesmos tecidos musculares. Bastou uma scentelha de pânico para que na Europa civilizada ressurgisse a ferocidade ancestral e que os civilizados se aco-

metessem como bárbaros. No fundo de cada homem está latente a violência. O riso e a alegria são simples artifícios. Só a raiva, a ira e a cólera são verdades no homem, quer êsse homem use um manto de púrpura, como Nero, quer êle se dissimule numa casaca fúnebre. Esta festa encantadora não passa de uma agradável comédia de civilização. Seria tão fácil converter êste divertimento amável dos civilizados numa arena de pugilato e de conflitos, acordando as feras que dormem no fundo dêstes homens distintos e polidos! Não acredita?

Eu sorri, com êsse sorriso falsamente superior, mas sempre pueril, dos que não acreditam.

O Diabo pousou a taça de champagne, cruzou os braços e passou o olhar fosforescente pela sala, desde o turbilhão das dansas até às últimas colunas, a que se encostavam jovens elegantes e sorridentes, com hortências na lapela da casaca.

Então, súbito, um rumor de alteração dominou o sussurro das conversas, logo seguido de um tumulto que suspendeu as vozes dos violinos. Alarmadas, em cada mesa, as senhoras erguiam-se, pálidas, enfiando as mangas dos *manteaux*.

Os pares que dansavam repeliram-se e

desuniram-se, e um novelo de homens precipitou-se, em zig-zagues, pela sala. Punhos fechados erguiam-se e abatiam-se, como catapultas vivas. Contraídos e distendidos, os músculos exerciam em tôda a plenitude a sua função natural. Era a eterna briga dos machos, que desde as eras immemoriais enche com seu tumulto incessante e inextinguível a história monótona da humanidade.

Plácidamente, o Diabo acendeu outro cigarro.

O conflito inicial multiplicava-se em uma série de pugilatos furibundos. Empalidecidos pela cólera, exaltados pelo varonil prazer de bater e de vencer, os contendores resistiam à intervenção dos que tentavam apelar as contendas.

— Ao menos, em atenção às senhoras! — segredei com mal disfarçado aborrecimento ao ouvido do Diabo.

Ele encarou-me com a expressão de um scepticismo altivo, próprio do príncipe do Mal.

— O homem só é verdadeiramente belo quando se bate!

— Talvez, mas sem os vapores do champagne...

— Que importa! As garrafas não se lançam umas contra as outras por conterem cham-

pagne. Em atenção às senhoras? Mas cada mulher exulta de reconhecer no homem a sobrevivência intacta da coragem e da fôrça, dos instintos belicosos que são a garantia e a protecção da sua fraqueza e que os lança à conquista do dinheiro, do poder e da glória! Não é a combatividade que diminue o homem, mas o uso insensato que dela faz. Se o homem soubesse usar útilmente da fôrça, como a mulher sabe utilizar-se da fragilidade, seria formidável. Pregunte, porém, a êsses semi-deuses imperfeitos a razão por que se agrirem e acometem. Não saberão dizê-lo, pois que outra coisa mais não são ainda que os instrumentos passivos dos seus instintos. Que lhes faltava para serem pacíficos e felizes? Tinham a alegria e o prazer. Tudo quanto edificam, os homens destroem por suas próprias mãos e queixam-se, depois, e escrevem livros de filosofia em que se proclamam as vítimas do destino. É impossível passar meia hora agradável entre os homens. Realmente, o *reveillon* estava uma delícia! Que pena os homens serem apenas homens! Eu retiro-me. . .

— Ouça! — exclamei, tentando prender o Diabo pelo braço. Mas a minha mão bateu na mesa. Em frente da cadeira vazia, onde se sentára o Diabo, só havia uma taça vazia.

Sua Alteza Sereníssima a Princesa de Donnersmarck

A ascensão de uma mulher da obscuridade ao fastígio do poder e da glória é sempre assunto atraentíssimo de análises porque nos descobre o jôgo de astúcia, de cálculo, de energia e de obstinação da companheira do homem, a quem geralmente se negam as qualidades morais necessárias à luta extenuante da ambição. A literatura napoleónica das últimas décadas, que passou em revista tôdas as figuras do primeiro plano da epopeia, não esqueceu de examinar à luz projectada pelos documentos a existência da lânguida creoula Josefina, viúva de Beauharnais, guilhotinado pelos inventores da Fraternidade e que, pelo casamento com o paupérrimo general Bonaparte, veio a ser coroada imperatriz de França. Mas Josefina em nada concorreu para êsse desenlace maravilhoso. Como mulher, fêz tudo quanto era possível para comprometer êsse destino deslumbrante. A realeza efémera de Josefina foi

o simples resultado, pode dizer-se automático, da carreira vertiginosamente ascensional do marido, que a recebeu dos braços do libertino Barras e a quem ela atraçou com uma leviandade que seria inverosímil, mesmo numa mulher, se não estivesse na lógica do seu temperamento espasmódico de sultana. O mesmo não sucedeu com outras heroínas da ambição feminina, que se ergueram lentamente da lama e atingiram pelo próprio esforço o zénite das grandezas humanas. Uma dessas mulheres extraordinárias foi a judia Branca Paulina Teresa Lachmann, nascida em Varsóvia na maior humildade e que morreu princesa de Donnersmarck, aliada pelo matrimónio às famílias alemãs de mais altiva estirpe, depois de haver sido com mal dissimulada publicidade uma das mais famosas cortezãs de Paris. A sua carreira lembra a da imperatriz Teodora, que subiu da arena do circo ao sólio bizantino, e a de Lady Hamilton, a adorada de Nelson, que morreu em Trafalgar balbuciando o seu nome lindo e apertando contra o coração o seu retrato sorridente.

Há dias, o telégrafo anunciava-nos ter morrido em Berlim, com 86 anos, o príncipe Guido Henckel von Donnersmarck, amigo particular do imperador e um dos potentados

financeiros da Alemanha. O almanaque Gotha, aberto na página em que está inscrito o seu nome pomposo, informa-nos com obsequiosa erudição que êle teve o título de Alteza Sereníssima, que foi cavaleiro da ordem de S. João, e senhor de vastos domínios na Prússia, na Galícia e na Polónia, tendo casado em segundas núpcias com Catarina de Slep-zow, espôsa divorciada do estadista russo Mouraview, de quem teve dois filhos, herdeiros do seu nome arrogante e da sua fortuna fabulosa.

O almanaque Gotha timbra em ser meticoloso, ao igual do vetusto Nobiliário do Conde D. Pedro, de onde Júlio Dantas extraíu a urdidura de *O que morreu de amor*; e não se dispensa de nos dar alguns esclarecimentos, embora lacónicos, sôbre a primeira consorte do príncipe de Donnersmarck: Branca Lachmann, dizendo-a casada em primeiras núpcias com François Hyacinthe, banqueiro em Moscou, e em segundas núpcias com Albino Francisco de Paiva - casamento anulado pela Santa Sé em 16 de Agosto de 1871.

O nome de Albino Francisco de Paiva, tão inconfundivelmente português, ligado à existência da primeira princesa de Donnersmarck, basta para justificar os motivos que me levaram a aproveitar a morte do opulentíssimo

príncipe alemão, carpido do Rheno ao Vistula, para esboçar a biografia sensacional desta sua consorte.

Quem era Francisco Albino de Paiva, mencionado no Gotha como o segundo possuidor legítimo da fascinadora judia, que passou como um anel por tantas mãos? Francisco de Paiva Araujo, que em Paris usou o título de Marquês de Paiva, era um fidalgo português, da pequena nobreza tumultuariamente improvisada nos intervalos das batalhas e das aventuras políticas por D. Pedro I, do Brasil, e IV de Portugal.

Camilo conheceu-o e descreve-o: «*Em 1845 appareceu Paiva Araujo no Pôrto, curveleando garbosamente no seu cavallo árabe por aquellas sonoras calçadas. Era um galhardo rapaz trigueiro, alto, com um buço preto encaracolado nas guias, elegante, sem as farfalhices coloridas da toilette dos casquilhos seus coevos.*

Assim que prefez a idade legal, Paiva Araujo pediu o seu património palerno à mãe e foi viajar. Recebeu letras no valor de cento e tantos contos. Conheceu então em Baden-Baden a deslumbrante mulher que chegára da exploração dos lords com um pecúlio que permitiu construir um palácio.»

A marquesa de Paiva, futura princesa de

Donnersmarck, que tem a honra de figurar na galeria feminina das *Courtisanes du Monde*, de Arsène Houssaye, e na *Nouvelle Babylonie*, de Eugène Pelletan, valeu a Camilo, ua *Boémia de Espírito*, mais alguns desdenhosos e lanceolados epigramas.

O solitário de S. Miguel de Seide não estava, porê m, nas condições de poder avaliar em tôda a sua grandeza demoníaca de enfeitadora de corações a formosa mulher que morreu princesa e cuja vida aventureosa de domadora de homens êle nem sequer conhecia nos essenciaes detalhes. Essa história vale a pena reconstituí-la, pois que me parece tão instrutivo recapitular a luta de uma mulher pobre e maculada para conquistar, com as únicas armas dos encantos corporais e da inteligência, uma situação ilustre e uma colossal fortuna, como fazer a reconstituição da vida de energia dos multi-milionários americanos, desde a obscuridade da oficina fuliginosa ao palácio rutilante da Quinta Avenida.

Em 1855, no palacete que então ocupava na praça de S. Jorge, em Paris, em frente da casa de Thiers, M.^{me} de Paiva recebia nos seus salões tôda a nobreza das letras e das artes, à espera de poder receber, um dia, a nobreza heráldica, o *triple extrait* do sangue

azul. No número dos seus convivas predilectos figuravam Paul de Saint Victor, Théophile Gauthier, Léon Gozlan, Arsène Hous-saye, Sainte-Beuve, Delacroix e Emile de Girardin.

Quem era e de onde vinha a estonteante mulher que usava e gastava o título e a fortuna do *soi-disant* marquês de Paiva Araujo? Com o orgulho de todos os aventureiros que confiam na sua estrêla, Branca Lachmann, então em todo o esplendor da beleza, não se esquivava a recordar na intimidade as frases do seu romance extraordinário, que merecia ter sido transposto em literatura por Balzac.

Nascida de uma humilde família judaica da Polónia russa, casada em 1836 com um alfaiate (o Gotha diz um banqueiro) de origem francesa, François-Hyacinthe Villoing, estabelecido em Moscou, fugira-lhe, um ano depois, deixando-lhe um filho, e vagueára pela Alemanha à procura do homem do seu destino, que haveria de cobrir de jóias e de sêdas a capitosa estátua carnal do seu corpo, cofre das maiores delícias que podem alcançar os imperfeitos sentidos humanos.

O compositor Henri Herz encontrou-a em Paris, ainda no percurso de miséria da longa trajectória de uma existência que iria termi-

nar, como a dos contos de fadas, na suntuosidade dos palácios e dos castelos. Herz sofreu o sortilégio da fascinadora e arruinou-se por ela, abandonando-a quando já não podia satisfazer-lhe os caprichos insensatos e as prodigalidades de megalomana insaciável, para ir refazer na Califórnia a fortuna perdida.

Pouco depois da partida de Herz — que se separou dela chorando como uma criança e nunca pôde até à hora da morte libertar-se das saudades das suas carícias, — Branca Lachmann caía gravemente doente. Os médicos dão-a como perdida. Ela, porém, desafia a morte e vence-a, arrebatando a uma precoce podridão o corpo formosíssimo. A Teophile Gauthier, que a vai visitar, ela diz: «Não me lamenteis. Eu saberei triunfar e terei o mais belo palácio de Paris!»

A fortuna apareceu-lhe, encarnada numa modista perspicaz, que soube compreender com o instinto infalível da mulher que aquela cliente pobre possuía os poderes irresistíveis de uma subjugadora de homens. Vestiu-a como uma princesa... que ela haveria de ser um dia, e Branca Lachmann parte para Londres, à caça da opulência. Lord Stanléy vê-a num camarote, em Covent-Garden, e apaixona-se fulminante e loucamente por ela.

É no regresso da sua *tournée* amorosa na Inglaterra, que a futura princesa de Donnersmarck encontra nò seu caminho Paiva Araujo. Era, finalmente, o homem de que precisava para subir alguns degráus na escala social e libertar-se da sua condição de simples cortezã.

Sob a exterioridade de um *gentleman* educado em Oxford, correcto e calmo, que não perdia a linha no meio das maiores excentricidades e que se arruinava com uma fidalga impassibilidade, atirando ouro às mancheias aos regaços das mulheres e ao pano verde das mesas de jôgo, Paiva Araujo tinha a impulsividade latina, o ardor meridional, o romantismo da raça. A magnetizadora jogou com êle a terrível partida do desejo e quando o viu subjogado, capaz de dar a vida por um beijo, impôs as condições em que lhe entregaria a fonte viva de prazer do seu corpo embriagador. Essas condições não eram pesadas para um apaixonado. Paiva Araujo casou. Não em Baden-Baden, como parece deduzir-se da leitura de Camilo, mas em Paris, onde viviam ambos na rua Rossini, de onde o casal transferiu residência para o palacete da praça de S. Jorge.

Branca Lachmann era, agora, a marquesa de Paiva, e nos seus salões, abertos aos in-

telectuais e aos estrangeiros, onde ela recebia com uma pompa real os artistas, os diplomatas e os banqueiros, a aranha espreitava a môsca na sua teia de ouro. A môsca, finalmente, appareceu. Era o conde Henckel de Donnersmarck e ainda em vida de Paiva Araujo tem comêço a longa, perseverante, magistral comédia da fascinação. Altivamente, invocando os deveres de espôsa e a situação que o casamento lhe criára, ela rejeita tôdas as dádivas e ateia, ao mesmo tempo, todos os incêndios da paixão. Para tentar esquecê-la, o conde de Henckel regressa à Alemanha. Ela apresenta-se em Berlim. Tudo o que ganhára com as liberalidades amorosas de Lord Stanley estava dissipado. A vida dispendiosa de Paris arruinára Paiva Araujo. Mas ela continua a representar o seu papel, desdenhosa pelo dinheiro, incorruptível às tentações que Donnersmarck multiplicava no desvario de um amor levado ao paroxismo. Na partida decisiva que joga, tudo é contra ela, mesmo a idade, pois que o seu namorado é mais novo do que a terrível desencadeadora de paixões.

Um dia em que êle, exasperado de amor, ameaça partir para a Silésia, a cortezã simula uma crise de nervos, e finge um desmaio de que só acorda nos braços do seu

novo amante, que será um dia o seu marido e que a fará princesa.

Começa, então, para Branca Lachmann a existência de uma favorita real. O seu palácio nos Campos Elyseos é um dos mais belos de Paris. Na sua construção colaboram os mais ilustres architectos e na sua decoração interna os mais célebres pintores e escultores. Dali ella só saíu, depois da guerra, para o seu castello de Nandek, na qualidade de espôsa do governador da Alsácia e Lorena, príncipe de Donnersmarck, que há dias os telegramas de Berlin annunciavam ter morrido aos 86 anos de idade. Ás vezes, nas entrelinhas de um pequeno telegrama podem intercalar-se grandes histórias...

Colóquio com um monstro

(Somho de uma noite de Londres)

Depois das onze da noite, quando despedidas as salas de espectáculos, as actrizes, coristas, bailarinas e comparsas de todos os teatros e *music-halls* do Strand e de Aldwych afluem ao *Palm-court* do Waldorf Hotel para funarem um Teophani, beberem um *grog* ou um *champagne cock-tail* e acenderem os desejos dos seus adoradores. É a hora breve da mais radiosa alegria nocturna, que reúne em volta das innúmeras mesas, sob os *abat-jour* côr de rosa franjados de prata, no cenário do imenso jardim de inverno, as belezas profissionais do palco, tôda a flora humana das *chorus-girls* e das *balled-girls*.

Não sei como, nessa noite, regressando ao hotel, encontrei-me à mesma mesa, tomando whiskey e soda, com o mefistofélico Mr. Steinway: milionário americano, com quem apenas havia até ali trocado alguns monossílabos

de glacial polidez em casuais encontros no *hall* ou no ascensor.

Steinway convidára-me para a sua mesa com uma insistência a que não me foi possível opor uma recusa, e logo a propósito da minha indecisa profissão de homem de letras, iniciára uma conferência sôbre o que êle chamava a «ausência da vontade» nos homens de pensamento.

A nosso lado, cinco bailarinas do Alhambra riam como um quinteto de violinos, repartindo os bolos do chá com um casal de *griffons*, minúsculos, de pêlo arripiado e grandes laços de setim branco no pescoço. Em frente, recostada com uma indolência de sultana no sofá de veludo, uma mulher pálida, com enormes olhos verdes encastoados em olheiras de bistre e as narinas em frémito, ouvia a orquestra que tocava a marcha nupcial de *Lohengrin* e uma voz que lhe cantava em surdina a ária do nocturno desejo.

Steinway prosseguia com a prelecção enfadonha:

— O talento move montanhas, mas quem se utiliza do talento não é, em geral, aquele que o possui, mas os seus parasitas. Ah! que imensa desgraça que é ter talento, quando se não nasce com garras para o defender! Os senhores, homens da pena, são os maio-

res movimentadores da riqueza, e são pobres. Nada de útil se faz com os senhores.

— Nós o sabemos. . . — afirmei.

Êle bateu com as luvas no alabastro da mesa e fitou-me com os olhos claros e frios.

— Que ilusão! Os senhores contentam-se com o orgulho de o reconhecerem, mas são os eternos inocentes, os operários assalariados, que trabalham para a fortuna dos outros. Quando viajei no Egipto e fui ver as Pirâmides, contaram-me que milhares de cativos, sob a acção estimulante do chicote, durante longos anos talharam, transportaram e sobrepueram os blocos de pedra daqueles monumentos monstruosos. Também a legião numerosa dos homens de talento, alimentada com as migalhas da mesa dos poderosos, trabalha nas modernas pirâmides. . .

Parou um momento, talvez para observar o efeito produzido pela comparação, que supunha dever extasiar-me. Depois, enquanto eu lhe examinava as mãos robustas e peludas de animal de presa, mãos em que havia ainda reminiscências de pata, prosseguiu:

— Sei bem que cada jornalista, cada escritor se julga um estimulador de actividades e de energias. Os seus cérebros são os motores da vida moderna. Mas o motor produz para os outros!

— Sim, talvez... — concordei.

— Não tenha dúvidas. Conheço os escritores. Só teem ódios de classe, os infelizes! Devoram-se entre si, como as moreias famintas. Detestam os seus irmãos e afagam os seus opressores. Não sabem ter a ambição fecunda. Ignoram que a ambição é o maior estímulo humano. É com ela que se edifica. Ah! eu conheço os escritores. Durante vinte anos explorei-lhes o talento, a vaidade e a candura. Não há como lidar com idealistas. São dóceis ovelhas de sacrifício. Conduzem-se como crianças. Deixam-se sugar e matar resignadamente por quem os explora. Podemos torturá-los à vontade. A vaidade opera sobre êles como um anastésico infalível. Não há máscara de clorofórmio que valha um elogio. Podeis escalpelá-los vivos. Que imensa desgraça é ter talento! Não olhe para mim com êsses olhos de espanto, como quem contempla um louco. A sua surprêsa irónica é que é loucura. Conheço os escritores... Amontoei cinco milhões de dollars à custa dêles. Fui jornalista sem saber escrever. Fiz a escravatura do talento. Enriqueci. Cometi algumas acções reprováveis. O homem que me deu milhões a ganhar esvaziou o cérebro. Outro — criança estúpida! — deu um tiro na cabeça. Uma cabeça que valia ouro e de que eu ex-

traí, como de uma mina, montes de ouro! Sou um scelerado? Não. Sou apenas um homem com aptidões para ganhar dinheiro. A minha função social é ganhar, seja como for, seja à custa de quem for. Entre os homêns é como entre os animais. Uns nascem para devorar, outros para ser devorados.

— Tudo isso já está dito há muito tempo — observei, enfasiado.

— É a vida! — disse o monstro, como se concluísse uma demonstração.

— É o crime.

Ele cruzou a perna, olhou a meia de sêda e o escarpim de verniz:

— O crime é uma abstracção convencional. Não há crimes. Há conveniências, necessidades, interêsses e uma formidável fatalidade governando o mundo. Os peores crimes não são os que se cometem no espaço fugaz de segundos, como as mortes, mas os que se calculam, preparam e perpetram sem derramar sangue, durante anos. Contra o direito do crime há o direito da defesa. O senhor é um escritor? Defenda o seu talento, explore-o por sua conta. Não despreze o dinheiro. Ganhe dinheiro. O instinto de conservação precisa, hoje em dia, de ser completado pelo instinto de enriquecer. Para existir em posição vertical, sem se descer à classe dos inverte-

brados e deslizar como um reptil ao nível dos pés dos vencedores, cada criatura precisa de certa quantidade de dinheiro. Por essa porção indispensável de dinheiro tem de sacrificar-se tudo, mesmo a honra. A honra é uma inutilidade para os pobres. Primeiro, é preciso conquistar dinheiro para viver. Depois, podemos gastá-lo com a honra, com o amor, com o vício. Porque me encara assim? Porque não bebe o seu whiskey e soda? Que idea faz de mim?

Respondi :

— A de um bandido.

O monstro sorriu.

— Quando se tem cinco milhões de dollars, não se é um bandido. Se eu agitar o meu livro de cheques, tôdas estas mulheres, flores de carne com pele de setim — e o seu dedo, onde faiscava um brilhante de rajah, apontava-as, — se precipitarão sôbre mim. Tudo está em que eu tenha fôrças e appetites para as gozar...

— E os remorsos?

— Sim, mas remorsos inteligentes. Durmo tranqüilamente. Tenho um estômago de ferro e músculos de aço. O remorso dramático, com insónias e indigestões, é uma covardia. É, como a lágrima, a maior inutilidade da natureza. O senhor pode dizer-me para que serve

a lágrima? No organismo humano há dois erros absurdos: o apêndice e as glândulas lacrimais. O meu remorso é uma forma do altruismo: induz-me a precaver os incautos contra os monstros da minha espécie. Por isso lhe ofereci whiskey e soda. Por isso lhe fiz estas confidências. Por isso lhe digo estas coisas sentenciosas e úteis. Por isso ando à volta do senhor desde que, no quadro dos hóspedes, li, por baixo do seu nome, a sua profissão de homem de letras. Pela maneira como olha as coristas do Tivoli e do Gaiety deduzo que não é rico. O olhar do homem rico não consulta a mulher. Chama-a. O senhor é um homem pobre e pródigo. Ganhe dinheiro. Defenda o seu talento.

Depois, mudando súbitamente de tom, e estendendo-me na mão fechada qualquer coisa:

— Aqui tem um presente.

Era um maço de notas do Banco de Inglaterra? Ruborizado pela ofensa, olhei.

Era um revólver niquelado, com cabo de marfim. Repeli-o.

— Aceitai-o. É possível que preciseis dê-lo um dia.

Sacudi a cabeça com alvoroço, indignado.

— Não? Em todo o caso, guardai-o. Não custa nada. Se algum dia entrar na vossa vida

um homem como eu, um lobo disposto a devorar-vos, não espereis que vos enterre os dentes nas carótidas. Pensais que sou um doído? Não me considerais um benemérito? Ah! compreendo porque não me dais atenção: estais olhando aquela harpia loura, com um *manteau* de herminias. Quantos lares arruinados não representarão aquelas pérolas! Quantas lágrimas de mães e espôsas não estarão ali cristalizadas! Já negocieei em jóias. Sei avaliar o preço dessas belas perversidades da natureza. Naquele pescoço grego há mil guinéus em pérolas. Vêde o traço cruel, libertino e sanguinário daquela boquinha em flecha. É um vampiro. Não vos deixeis hipnotizar. Não é mulher que vos convenha. . . Tomai cuidado com o revólver. Está carregado.

Então, com heroísmo, sorri.

Era simplesmente um maíaco, um Hamlet dos negócios, que filosofava com os desconhecidos nos *halls* dos hotéis, como o taciturno príncipe da Dinamarca filosofava nos cemitérios com o seu amigo Horácio. Levantei-me. A orquestra tocava a sinfonia japonesa da *Madame Butterfly*. Na mesa próxima, as actrizes do Alhambra tinham acendido cigarros de Theophani, cuja ténue nuvem azul nos envolvia. Em frente, quasi deitada

no sofá de veludo *liberty*, com a cabeça de ouro fôsko amparada em almofadas vermelhas, a deusa dos luminosos olhos verdes sorria, acariciada pela voz amorosa que lhe falava baixinho, enquanto as suas mãos finas, chamejantes de jóias, brancas como marfins, dansavam nos joelhos, sôbre a capa de setim preto, ao som da fantasia japonesa, por cuja trama musical assobiavam estridentemente os flautins.

... E eu olhava e sorria, e foi então que acordei, estendido na *chaise-longue* de cretone do meu quarto, ao lado do fogão aceso.

— *Good night, sir.*

O criado, que tinha entrado, pousou sôbre a mesa os jornais de Paris e desapareceu na sombra carmezim do corredor.

Esfreguei os olhos, caminhei até à janela, afastei as amplas cortinas de tule, saí à varanda florida do Waldorf Hotel, onde os loureiros aparados em pirâmide elevavam as rocas de folhagem escura entre as imensas colunas dóricas da fachada.

Uma brisa glacial impelia apressadamente as nuvens nos altos espaços negros, onde latejavam os lumes dos astros remotos.

Sob êsse céu ennevoado e soturno, o estrondoso ruído da cidade gigante declinava num quási silêncio, que só a passagem de

algum *buss*, taxi ou *handsome-cabe*, em Aldwich e no Strand, interrompia com trepidações sonoras e instantâneas, logo amortecidas nos paralelepípedos de madeira. Tinham-se apagado as últimas luzes no *bar* do Gaiety Theatre, em cuja cúpula de ardósia negra a estátua dourada da Alegria, com as azas erguidas, parecia ir desprender-se e voar.

Do outro lado da rua, a luz viva dos candieiros iluminava os cartazes afixados em volta do vasto recinto destinado à edificação do Palácio das Artes e Indústrias Francesas e que anunciavam os grandes sucessos do Garrik, do Drury Lane e do Alhambra. Para lá dos tapamentos forrados de *affiches* de côres estridentes, alumizados pelos fusos incandescentes dos bicos Auer, uma ténue neblina reduzia a visão nocturna do Strand e de Fleet Street a uma grande mancha compacta de onde emergiam na obscuridade os vultos monumentais dos edifícios: a tórre de S. Clemente e o King's College no primeiro plano, e para a esquerda, ao longe, entre as sombras densas da City, a cúpula gigantesca de S. Paulo.

Uma chuva miúda, como a nuvem húmida de um pulverizador, começou de repente caindo. Quási simultâneamente, nos relójos da vizinhança os martelos de ferro batiam nos

sonoros sinos de bronze a meia noite: a hora dos duendes.

O meu colóquio com um monstro, no *palm-court* do Waldorf, fôra apenas o sonho de uma noite de Londres.

No entêrro do General Buonaparte

«Nascido em outra época, Bonaparte nunca chegaria a Napoleão.»

(Do discurso académico do sr. Lauro Müller).

«Se não tivesse havido a Revolução, o mundo não teria conhecido Bonaparte.»

TAINÉ.

Reinando em França S. M. Cristianíssima o Rei Luís XVIII, por uma frigidíssima manhã ennevoada do mês de Março de 1833, um pequeno cortejo fúnebre atravessava a praça Luís XV, a caminho do Père Lachaise.

Os transeuntes, que se descobriam à passagem do féretro, podiam presumir da alta patente militar do morto pela qualidade das pessoas, quási tôdas em uniforme, que acompanhavam o entêrro.

A ausência de uma escolta deixava, porém, calcular que êsse morto — coronel ou general — não pertencia ao exército activo.

O esquife de ébano transportava ao cemitério o cadáver do general reformado Napoleão Buonaparte, de origem corsa, filho do

advogado Carlos Maria Buonaparte, antigo conspirador, que lutára com Paoli pela independência da Corsega e acabára fazendo a côrte a Marbeuf, representante de Luís XV, com a mira em obter do monarca magnânimo, em retribuição do seu apaziguamento, dignidades e cargos para a família irrequieta e ambiciosa. Tendo nascido em Ajacio, em 1769, o general Napoleão morrera aos 64 anos de um cirro no fígado, deixando viúva a senhora Desirée Clary Buonaparte, mãe de três filhos, todos oficiais do exército: César, capitão na Guarda; Aníbal, tenente de Dragões, e Alexandre, comandante de uma bateria de costa, em Dunkerque.

O acompanhamento era pequeno, quasi modesto se não fôssem os galões dos uniformes, que imprimiam espectacularidade ao cortejo.

Buonaparte tinha poucas relações em Paris. Depois de cursar a Escola Superior Militar, de onde saíra em 1774, destacado para La Fère com o pòsto de tenente de artilharia, pedira baixa das fileiras em 1783 e transferira-se para os Estados Unidos, onde o general marquês de La Fayette lhe obteve uma patente. Só muito mais tarde, depois do malôgro da segunda tentativa revolucionária, que o prestígio do incorruptível Turgot con-

seguira debelar, tinha regressado a França, mal visto na côrte pelas suas opiniões republicanas e conservado a distância, no comando subalterno de guarnições de província, como um elemento subversivo que convinha manter afastado de Paris, onde eram já demais os irrequietos.

Meia dúzia de oficiais superiores, antigos camaradas do morto, ostentando condecorações no *plastron* das fardas, pessoas da família Buonaparte e alguns poucos amigos em traje civil, acompanhavam ao cemitério o cadáver do protegido de La Fayette. Ao todo, eram onze as carruagens que seguiam o féretro, incluindo a do sacerdote.

O cortejo fúnebre immobilizára-se por momentos, para deixar passar um piquete de cavalaria, que ia render a guarda nos palácios do Louvre e das Tulherias. Foi então que, de uma das berlindas, um homem corpulento, debruçando-se na portinhola, acenou para outro homem, pequeno e magro, que se abrigava da chuva no portal do Ministério da Marinha.

— Sr. Thiers, posso deixá-lo em sua casa, de caminho.

O homem magro e friorento, abrindo o chapéu de chuva, saiu do portal e aproximou-se da berlinda. O cocheiro saltou da

bolea, abriu a portinhola, e o sr. Thiers, fechando o inenso guarda-chuva verde, subiu ao estribo e entrou, resfolegando e dizendo com forte pronúncia marsehesa:

— Sr. Balzac, a isto se chama, desde Plató, um encontro providencial.

O escritor Balzac, a quem a publicação, quatro anos antes, da escandalosa «Fisiologia do Casamento», dera uma ruidosa e universal celebridade, apertou a mão magra do jurisconsulto e historiador, e o cortejo prosseguiu na marcha lenta através da grande praça onde a estátua eqüestre de Luís XV estampava na neblina a sua mancha de bronze.

— Quem é o morto que faz levantar tão cedo um romancista? — indagou o historiador Thiers, desenrolando do pescoço o *cache-nez* de lã.

Balzac meneou a cabeça de gigante, onde já se agitavam os turbilhões da «Comédia Humana», apoiou as mãos robustas de criador no castão de ouro da grossa bengala de malaca, e respondeu:

— O general Buonaparte.

Êsse nome italiano não causou impressão no erudito Thiers, que se limitou a dizer:

— Li alguma coisa nos jornais. Um curso...

Gravemente, sacudindo a cabeça leonina,

o romancista Balzac acrescentou ao necrológio conciso do historiador:

—Um génio!

Thiers, acostumado aos excessos dos homens de imaginação, sorriu com incredulidade.

Balzac viu o sorriso sardónico perpassar numa subtil crispação pelos lábios finos do jurisconsulto Thiers, e prosseguiu, depois de uma pausa:

—Um homem de notáveis capacidades, que teria precisado de uma guerra, de uma revolução ou de outra época para se revelar!

Thiers voltou a sorrir.

—Vamos ter, então, um romance sôbre o general Buonaparte?

—Impossível! A figura é grande de mais para caber na acção de um romance. Seria como colocar a estátua de Luís XIV, da coluna Vandôme, sôbre a *coiffeuse* de Madame de Montespan. O general Buonaparte não era uma figura de romance.

—Ah! — exclamou Thiers com um inalterável sorriso de ironia.

—Era uma figura que exigia os ambientes grandiosos da História.

—Sómente, faltou-lhe o principal: a história! — observou o historiador.

— Sim; faltou-lhe a acção. O destino, que fêz o gigante, não soube aproveitá-lo. Esse homem, atrás de cujo cadáver, por esta manhã de neblina, vamos os dois conversando, podia bem ter-lhe fornecido matéria, sr. Thiers, para uma biografia em doze volumes, e apenas nos dá assunto para uma fantástica divagação de alguns minutos... Seria uma bela obra, e que poderia chamar-se, por exemplo, «História do Consulado e do Império» por Luís Adolfo Thiers! Mas a natureza, que gerou aquela fôrça, parece ter tido receio de utilizá-la! Quantos génios como aquele, descrevem a sua órbita na obscuridade! Já lhe aconteceu pensar que Dante não teria podido revelar-nos o génio se não soubesse ler e escrever? Não foi, porém, a sciência vulgar da leitura e da escrita que acendeu as luzes inspiradoras das visões da «Divina Comédia». Se não tivesse aprendido música, como haveria podido Beethoven revelar-nos a sua inspiração sublime? Mas entre tantos milhões de homens que sabem e souberam música, nenhum a compôs como Beethoven. Mais infeliz, Buonaparte foi um estrategista estupendo sem batalhas onde pudesse aplicar a sua estratégia; um estadista, maior que Richelieu e Mazarino, mas que nunca governou um Estado!

Thiers espiou pela portinhola, tossiu e disse:

— Sr. Balzac, são então os despojos de um César que temos a honra de acompanhar ao cemitério?

Balzac acenou afirmativamente com a cabeça.

— De um César malogrado. Conheci o general Buonaparte em Tours. Da primeira vez que o vi, logo a sua efígie romana me impressionou. Parecia um sobrevivente da Roma imperial. Á sua encanecida cabeça cesárea iria bem a corôa de louros. O seu físico parecia solicitar o manto de púrpura e o gládio. Encontrei-o, depois, diversas vezes. A princípio, conversámos sôbre literatura. Devo-lhe o que há de melhor no meu estudo sôbre Catarina de Medicis. Escutava-o discorrer sôbre a grande luta travada entre o princípio dogmático da soberania, encarnação da autoridade, e o livre exame da Reforma, que, no decorrer dos tempos, iria subverter a concepção do direito divino em que se apoiava a onnipotência artificial da realeza. A sua análise iluminava os recantos mais sombrios da História. Nunca experimentei tanto prazer em ouvir falar um homem. O general Buonaparte tinha a eloquência italiana aliada à clara sobriedade francesa. Entre os seus remotos antepassados havia um Jacopo Buonaparte, his-

torizador toscano, autor de uma narrativa do saque e tomada de Roma pelo condestável de Bourbon e um Niccolo Buonaparte, escritor florentino, autor da comédia *La Vedova*. Era um homem ilustrado e clarividente. A literatura deleitava-o. Na juventude, compusera um «Diálogo sôbre o Amor», umas «Reflexões sôbre o estado natural», inspiradas em Rousseau, e concorreu à Academia de Lyon com uma daquelas teses morais que estavam em moda no período que precedeu a primeira Revolução...

— Não é magnífico para um homem de génio! — comentou Thiers com uma inflexão cáustica.

— É medíocre, reconheço-o! — afirmou Balzac, apoiando o queixo sôbre o castão de ouro da bengala. — O seu talento discursivo acomodava-se mal a êsses géneros literários. Era um homem que não tinha nascido para fazer a fortuna de um editor, mas sim para fazer a grandeza de um império. Devia ser formidável na redacção das ordens do dia de batalha, nas proclamações, nos manifestos e nas alocuções às tropas! Tinha um estilo impregnado de sóbria majestade, o tom imperativo, a cadência arrebatadora. Atrás daquele homem os exércitos deveriam sentir-se capazes de atacar o próprio Inferno e de escalar

o Himalaia... Só mais tarde conversámos sobre política. Foi por ocasião da morte do rei Luís XVI. Seu irmão Luciano, que estava connosco, lastimava que não tivesse podido vingar o movimento revolucionário de 1789 e que uma República enérgica e entusiástica não houvesse substituído uma monarquia decrépita. O general, que passeava pela sala, com a mão enfiada entre dois botões do uniforme, interrompeu a nossa conversa e principiou a falar, em curtas frases, que pareciam ralâmpagos iluminando os enigmas da História. Ouvi, então, a voz surpreendente de um novo César, general, estadista, legislador e diplomata. Êle dizia que a vitória da Revolução teria deflagrado uma guerra europeia contra a França, haveria ateadado a guerra civil, degenerado em um terror ideólogo e estéril, e decaído num regime anárquico e corrupto, a menos que um ditador providencial, prestigiado pela vitória, não conseguisse restaurar a unidade da França e ressuscitar-lhe os instintos militares, reconduzindo-a, na plenitude do vigor e do heroísmo, à missão histórica de deter o passo ao imperialismo britânico, opondo-lhe o imperialismo francês... Tristemente, prosseguindo o lento caminhar de leão na jaula, afirmava que só uma grande guerra em que a França pudesse

coalizar a Europa contra a Inglaterra, haveria impedido, talvez, a constituição do onnipotente império britânico e evitado que a França declinasse da sua categoria de Sol para a de um simples planeta, iluminado pela luz das glórias passadas. . . Teria sido preciso expulsar a Inglaterra de Gibraltar, que era uma das portas da Europa, e que a França dominasse o ponto de intercessão dos três continentes, cuja posse constituía a chave do mundo. Teria sido necessário que a França retalhasse a Alemanha em pequenos ducados e reinos, para impedir que entre o Reno e o Danúbio se gerasse um novo império agressivo, revivescência do império de Carlos V. . . Luciano e eu escutávamo-lo, atônitos e reverentes, e êle falava sempre, delineando planos de reformas e de campanhas, indicando os pontos vulneráveis da Europa, traçando os limites do grande Império latino, cuja capital seria Paris. . . Teria sido, porêm, necessário, para realizar o sonho histórico da hegemonia francesa, que a Monarquia houvesse disposto de um guerreiro genial ou que a República tivesse criado, em lugar de democratas ideólogos, um César. . .

— E êsse César? . . . — perguntou Thiers, dominado pelo arrebatamento do romancista.

— Teria sido êle! Mas a França não soube

adivinhá-lo. Muitas vezes as nações ignoram a existência dos homens que poderiam salvá-las! Mas entramos, justamente, na sua rua, e vou dar ordem ao cocheiro para parar.

— É inútil, — disse Thiers. — Se me dá licença, acompanharei ao cemitério os despojos do general Buonaparte.

Balzac apertou a mão do historiador:

— Será uma honra para a família Buonaparte, sr. Thiers.

Lentamente, o cortejo fúnebre prosseguia a caminho do Père Lachaise, debaixo da chuva que recomeçava a cair.

A avó da Brasileira

A única conferência literária que realizei com sofrível sucesso foi uma conferência que eu sonhei, depois de um espectáculo de caridade no Municipal, onde um poeta meu amigo obtivera um êxito estrondoso falando sôbre a «Influência da agulha na civilização antiga e moderna».

Tendo adormecido com a leitura dos «Diálogos das Grandezas do Brasil», encontrei-me, inesperadamente, de casaca, no vasto palco de um teatro, ao lado de uma pequena mesa, sôbre a qual uma invisível mão previdente colocára uma garrafa com água, e diante de um auditório quási exclusivamente feminino. Pelo resplendor húmido dos olhos que me fitavam e pela formosura dos rostos em que fulguravam êsses olhos luminosos, verifiquei que estava no Rio de Janeiro. A minha perturbação não me deixava distinguir em qual dos teatros. Atrás de mim erguia-se, suspensa de cordas, a pomposa architectura de lona de um salão de mármore e porfiro, em que

tinha a vaga idea de haver visto dansar o bailado das Horas, da *Gioconda*; e esta circunstância mais concorria para agravar — sem que eu saiba dizer porque — a minha confusão.

Acompanhado pelo silencioso ritmo das respirações em que arfavam os peitos, aureolado pela luz convergente de milhares de pupilas scintilantes, eu falava da «Avó da Brasileira». Depois do exórdio, em que afirmára resolutamente, com a intrepidez peculiar aos oradores, que o adorno e o vestuário da mulher ilustravam o caminho da Civilização, acusei de ingratidão a Brasileira por deixar no olvido as suas avós, quando ela possuía, tanto como a europeia, uma ascendência ilustre e ornamental, onde havia heroínas, musas inspiradoras de poetas, a «frança» do século xvii, a «faceira» e a «sécia» do século xviii, a «maravilhosa» do Império, as beldades melindrosas do tempo dos *panniers*, do cabelo empoadado e das *mouches*, as dansarinas da cerimoniosa pavana e do galante minuete. Podia supor-se, à primeira vista, perante a ausência quási total nos museus de quaisquer relíquias documentárias do passado, que a obra-prima de beleza e senhoril *donaire* que é a Brasileira do século xx constitue uma improvisação, e não existe na carioca, na

baiana, na pernambucana ou na mineira, como na parisiense, o instinto hereditário da graça e da elegância, acumulado e aperfeiçoado através das gerações, quando em verdade a formosa Brasileira de 1918 usufrue a fortuna de beleza que lhe legaram as avós, desde as espôsas hierárquicas dos donatários, vestidas de túrgidos veludos negros como as donas castelhanas de Velasquez, e as convidadas buliçosas, empoadas, dos saraus dos vice-reis e dos serenins dos capitães-mores, até às fidalgas das três côrtes do largo do Paço, de Botafogo e de S. Cristóvão, vestidas por *madame* Josephine, modista de suas majestades e altezas, e penteadas por *monsieur* Catilino, cabeleireiro da côrte, estabelecido na rua do Ouvidor.

A história da Brasileira está por fazer e eu dizia todo o meu espanto de que os escritores, os historiadores, os cronistas mundanos e os poetas ainda não tivessem erigido o templo à Deusa, escrevendo a história maravilhosa da excelsa civilizadora, que no curto espaço de quatro séculos substituíra a silvestre Paraguassu pela requintada espectadora de Brulé e dos bailados russos, ornada por Paquin e Poiret; e que já na remota era em que o Brasil ainda parecia uma selva de feras (principalmente humanas) tinha sido a

Bela, ao lado da Fera, realizando o conto de fadas de Perrault.

O que faltára aos nobres vultos senhoriais, trajados segundo a solene e sombria pragmática do Escorial; às «franças» decorativas e sumptuosas; às empoadas figurinhas de graça e de beleza, carminadas e mosqueadas de sinais, irmãs americanas dos modelos de Nattier, de Latour e de Greuse -- tinham sido os retratistas, os miniaturistas, os cronistas galantes, que as immortalizassem na tela e no livro, no esmalte e no madrigal. Com o seu luxo, a ostentadora imitação da metrópole, o ornamental pitoresco, a galanteria efervescente no calor do trópico e as riquezas das suas minas de ouro e de diamantes, o Brasil colonial não possuía os pintores da elegância, émulos dos artistas palacianos da Europa, que fixassem na tela as feições cativantes da mortal Divindade.

A Brasileira do xvii e xviii séculos só encontrára, com abundância, os ríspidos jesuítas para murmurarem mal dela e os poetastros de salão, os dansarinos de minuete, os pintalegretes de cadogan empoado para as cantarem em versos execráveis, à moda da Arcádia, fantasiadas de pastoras. Apenas Marília se salvára porque tivera em Gonzaga um digno e patético Dirceu.

A penúria lamentável da iconografia da Brasileira representa uma das mais sensíveis e injustas lacunas da documentação histórica do Brasil. Os artistas franceses da Academia de Belas Artes haviam chegado, infelizmente, tarde de mais para salvar do esquecimento as contemporâneas dos donatários, dos vice-reis e dos capitães-mores. Apenas, na posse de algumas raras famílias patricias da Baía e de Pernambuco, subsistem um ou outro retrato medíocre, onde se entrevêm as feições das elegantes de S. Salvador e de Olinda, que dansaram ao som do cravo e da flauta nos salões dos governadores e nos solares dos magnates lusitanos e batavos de maior hierarquia. . .

Tão profundos são os abismos que medeiam entre a realização e o sonho, que não é sem penoso esfôrço que reconstituo em suas frias linhas gerais, despidas dos ornatos esplêndidos dos detalhes, a minha imaginária conferência, com que tanto se parece êste esbôço como o esqueleto da mortal maravilha humana que serviu de modelo à divina Vénus, de Milo, se pareceria com a estátua do museu do Louvre. . .

A exaltação cerebral do sonho comunicá-ra-me o dom fugaz da eloquência para reconstituir pela palavra, numa série veloz de qua-

droso cinematográficos, as visões picturais da antepassada da Brasileira. Mas a eloquência, que era apenas sonho, como o melhor da vida, esvaíu-se...

Lembro-me de que principiei por fundear nas águas verdes e agitadas de Pernambuco, junto aos recifes, a armada feudal do donatário, o heróico D. Duarte Coelho Pereira, recebida com as aclamações de júbilo dos reinos aventureiros e o espanto deslumbrado dos índios, que enchiam a praia, agitando as lanças e os arcos, ou se dirigiam em pirogas para as naus e caravelas da frota. Na proa da capitânia, à sombra da grande vela que palpitava à viração, ostentando o signo de Cristo pintado de púrpura na lona, junto ao vulto majestoso do herói da Ásia, coloquei a espôsa do donatário, contemplando a terra nova e inóspita com o sereno olhar do dever. Um vestido de veludo preto, com as mangas golpeadas de setim branco, moldava-lhe a figura patrícia. Pela solene gravidade da postura e pela expressão de orgulho do pálido semblante — em que subsistiam os vestígios da longa viagem tormentosa, — dir-se ia que ela possuía a plena consciência do acto extraordinário que a sua presença ali representava, como a primeira grande dona que comparecia no misterioso continente recém-nas-

cido para a civilização e que vinha inaugurar com o réu austero sacrifício a dinastia da Brasileira... Descrevi D. Brites de Albuquerque, na hora do desembarque, cavalgando, ao lado do donatário, um dos palafreiros trazidos nas naus, montada sobre a sela recoberta de tapeçarias do Oriente, o pé na estribeira de ouro, o olhar azul admirando com um enlêvo misturado de terror as florestas e as serranias longínquas...

Era depois, por uma manhã ardente de Março, de céu faiscante, a chegada à Baía do governador geral Tomé de Souza, recebido pelo Caramurú e pelos sobreviventes da expedição do malogrado D. Franciscó Pereira Coutinho; o ancorar das alterosas naus, de proas ornamentadas como altares, de auriflâmulas esvoaçando na guinda dos mastros, sobre o complicado arvoredado recoberto pela superfície arquejante e alvinitente do velame, pintado de imagens sacras e de cruces. Nos castelos da proa e nas profundezas soturnas das cobertas daquelas naus, que salvavam à terra com as peças de bronze de ambos os costados, tinham viajado, durante quási três meses, expostas ao naufrágio e aos ataques dos piratas, as iniciadoras da raça, as longínquas fundadoras da família e da beleza brasileira. Debruçadas na amurada, elas pres-

crutavam a terra nova, emplunada de palmeiras graciosas. Os índios boquiabertos contemplavam as sumptuosas mulheres brancas, cobertas de veludo genovês ou florentino, a cabeça loucada pelo mantéu de renda, emergindo da corola branca e rígida da gorgeira...

Outras chegavam, por idênticas manhãs de sol, nas frotas temerárias, para cumprir no mundo a missão procriadora da raça, a obra de vida e de civilização. E as cidades nasciam onde desembarcava a fundadora do lar, a edificadora de nações. Para ela, os homens construía a casa e para a sua fé a igreja. Para defendê-la, a valentia exaltava-se em heroísmo. Para adorná-la, a cobiça aureolava-se de audácia. A terra virgem começava trazendo à Deusa os tributos dos seus tesouros recônditos. Os aventureiros convertiam-se em paladinos. As «bandeiras» iam em demanda das esmeraldas... O meu cinema oral projectava na imaginação do auditório outros quadros históricos de que a mulher era sempre a heroína decorativa e formosa: o torneio organizado por Maurício de Nassau em Olinda, com os palanques, em frente à liça, repletos de damas que aplaudiam as proezas dos cavaleiros e os coroavam de flores com êsse entusiasmo com que a mulher sempre

assiste às provas da fôrça e da coragem; um baile do conde de Assumar, em Villa Rica, em que se estadeava a pompa de um Versailles colonial; um banquete na casa solarenga de Guilherme Pompeu, capitão-mor da Parahyba, que fôra buscar pela fôrça das armas, às minas de Potosi, a prata das suas baixelas; as festividades religiosas da posse do primeiro bispo de Mariana; o desembarque espectacular da côrte de D. Maria I na Baía...

E assim, colocando-as em seus ambientes históricos, desde o período bárbaro da aventura e da conquista, em que as cidades nascentes viviam num estrépito contínuo de armas, no alvoroço heroico das expedições e dos assaltos, até ao luxo estonteador das cidades do ouro e dos diamantes, ao Rio de Janeiro de D. João VI, com os saraus do paço, os espectáculos, as solenidades da côrte, fizera passar em revista, como num «film» colorido, as modas e as mulheres: os verdugadins espanhois da côrte silente dos Filipes, oprimida por uma etiqueta rígida e um ceremonial de tragédia histórica; o hieratismo solene dos vestidos de terciopelo negro, os espartilhos de ferro, as golinhas de linho engomado e encanudado à Maria Stuart; as modas do século majestoso de Luís XIV e

D. João V, com os longos bustos à italiana, os corpetes de brocado prolongados em bico, os decotes abertos, a ampliação tufada do «donaire», os bambolins túrgidos de sêda de Lyon, os penteados cobertos de polvilho de França; e, enfim, descendo o século XVIII, para a Revolução, e entrando pelo século XIX para a Independência, a procissão galante, perfumada, carminada das «franças» e das «sécias», as figuras clássicas dos leques de Watteau e das porcelanas de Saxe e de Sévres, com os «panniers» de sêdas leves, bordadas a ouro e matiz, os «talons rouges», as cabecinhas empenachadas de rosiclères. . .

Aqui se apagam as reminiscências do meu sonho, e a minha memória fica às escuras, como uma sala de teatro depois do espectáculo. Só vagamente me recordo de outros quadros, breves como relâmpagos, em que a Brasileira da Regência e do Segundo Império continuava exercendo a tríplice realeza do encanto, da graça e da beleza: as cerimónias da coroação imperial e do casamento, o beija-mão de S. Cristóvam, os bailes do Casino e de Petropolis, as récitas de gala no Lírico. . .

Mas como seria possível fixar, mesmo numa conferência composta na exaltação eloquente dos sonhos, a Apologia da Brasileira, desen-

volvida em quatro séculos de heroísmo, de formosura e de graça, através dos quais ela se conservou, desde as austeras donatárias até às espectadoras do Municipal, a excelsa Civilizadora de um mundo novo ?



O milionário e o aventureiro

«No fundo, cada milionário é um aventureiro vulgar, que enriqueceu.

«No fundo de cada aventureiro, por sua vez, encontra-se um plebeu sem escrúpulos...»

(De um jornal.)

A coragem de afirmar asneiras é uma das características da improvisação jornalística. É por isso que mesmo o mais inexperiente dos livreiros editores se recusaria a editar em quaisquer condições noventa e oito por cento da matéria a que o jornal dá ampla e impune vulgarização. Os dois períodos que transcrevi demonstram esta proposição e podiam servir de tema a uma monografia analítica sôbre o milionário, que exorbitaria dos limites de um artigo legível.

A humildade de nascimento representa, incontestavelmente, um estímulo poderosíssimo na psicologia complexa do ambicioso. Abstraindo das dinastias de banqueiros, como a dos Rothschild, modeladas no exemplo his-

tórico dos Medicis, a quási totalidade dos multi-milionários americanos teem uma ascendência obscura de operários agrícolas, mineiros, mecânicos ou metalúrgicos. Eram inertes fôrças anónimas que se transformaram em activas fôrças sociais. Quási todos começaram na oficina, lidaram no tear da fábrica, na galeria da mina ou na forja da fundição. O desenvolvimento progressivo, incessante, avassalador dessas energias, servidas por cérebros maravilhosamente dispostos para a compreensão utilitária da vida, é um dos fenómenos mais dignos de atrair as atenções dos sociólogos e dos psicólogos.

A superioridade da raça israelita nos meios da alta finança e dos negócios, essa parece ser a resultante de uma multi-secular especialização. Em vastos períodos históricos, como o da Idade Média, em que tôdas as fôrças activas do cristianismo estavam concentradas no misticismo e no heroísmo, na religião e na guerra, era o judeu quem geria as finanças dos Estados, e foi êle quem fundou os alicerces da prosperidade comercial da Renascença. Quási todos os príncipes belicosos da cristandade confiavam a administração da fazenda e a guarda do erário a êsses especialistas da riqueza. Esta vocação milenária não degenerou. Subsiste em nossos dias. Mas raramente

se encontra o sangue judaico nos exemplares triunfantes do «self made man» americano, que, sem os preparativos do atavismo, romperam no «stadio» tumultuoso, à frente das multidões ofegantes, conquistando os primeiros lugares na corrida da Fortuna.

O traço de união entre o pequeno Carnegie, limando a porca de um parafuso na oficina, e o velho Carnegie edificando bibliotecas e universidades com a liberalidade magnânima de um Macenas, é uma obra formidável de perseverança, de sagacidade e dêsse tão nobre instinto de elevação, de domínio e de progresso, que falta a tantos espíritos superiores e que representa a fôrça impulsiva do homem de acção, que o arroja para o emocionante «steeple-chase» dos milhões.

Seria arriscado afirmar que é nos organismos plebeus que se acha concentrado em mais potente proporção êste instinto de «struggle for life», mas é facilmente compreensível que o homem obscuro, quando animado por essa fôrça impulsiva e ascensional da ambição, dela use com mais ardente avidez do que o homem já inquinado pelas decepções provocadas pela incontinência nos prazeres artificiais da opulência e que já tenha nascido com o ressaibo amargo e a predisposição mórbida

para o scepticismo, que é, por excelência, a moléstia das aristocracias.

Há uma considerável percentagem de homens diplomados saídos da burguesia, no rol das grandes fortunas contemporâneas. O nosso tempo é a era da técnica.

O industrialismo, utilizando em prodigiosa escala a mecânica e a química, adquiriu uma base científica, atraindo para a esfera dos negócios os homens instruídos na cultura politécnica. Mas, quando mesmo os milionários imergem da plebe, há sempre nesses imponentes «parvenus» uma qualquer coisa que os impede de ser confundidos com o aventureiro. Êsses Napoleões do negócio, ainda quando provindos, como Carnegie, Culinan, Rockefeller e Schwab, das mais humildes classes, teem uma nobreza instintiva que explica a sua vitória fenomenal. Na vida dêsses formidáveis campeões do dollar e da libra não se registra uma acção baixa ou sórdida. Êsses grandes ambiciosos lutaram sempre ao ar livre, em plena arena, o combate lial, atlético e implacável, de que saíram vencedores. Há nêles flagrantes pontos de contacto e de afinidade com as «élites», que são a quinta essência da civilização. Quási se pode afirmar que venceram porque possuíam as capacidades e as vocações peculiares às castas

dirigentes e influentes. Quiseram enérgicamente ter milhões por que êsses milhões eram necessários à expressão e realização integrais da sua individualidade. Quando era um simples aprendiz de fábrica, Carnegie não ambicionava vir a ser, apenas, um contra-mestre ou um chefe de oficina, mas um gigantesco filantropo. Êle realizou o seu destino colossal, como outros realizam os seus destinos modestos. Em circunstância alguma da vida, John Rockefeller poderia conformar-se a ser um amanuense de secretaria ou o gerente perfumado de um jornal de intimidação e de «chantage». Estes conquistadores de milhões possuíam, innata, a vocação da fortuna, como Napoleão possuía a vocação da autoridade.

Quási sem tempo para requintarem o gôsto e ilustrarem a inteligência, quási todos suprem, surpreendentemente, pelo instinto, o que, em geral, só se obtem nas classes de «élite» pela sobreposição da cultura. Amam e veneram as artes; cobrem de notas de banco as telas dos grandes pintores, e assim como planearam os negócios colossais dos trigos, do petróleo, do aço, das carnes congeladas, assim delineam e executam, com proporções grandiosas, as obras filantrópicas. As suas acções tem a mesma imponên-

cia e a mesma majestade das suas fortunas.

Qualquer pessoa que tenha viajado nos Estados Unidos ou na Europa terá podido contemplar de perto alguns dêsses soberanos da «dinastia dos miliardários». É impossível que êsses homens sóbrios, simples, sem o menor distintivo espectacular de riqueza, sem uma jóia nos dedos, sem uma lapiseira de ouro no bôlso, sem uma pérola na gravata, não possuíssem já, muito embora oriundos de raizes plebeias, a dominadora vocação da grandeza, ao iniciarem as suas carreiras triunfantes.

Forçosamente, êsses predestinados tinham, por instinto, a capacidade elevada da utilização da riqueza e o poder nativo de agitar as fôrças económicas e financeiras do mundo. Não foi o dinheiro que os tornou generosos e magnânimos e nêles acordou a fascinação pela beleza das artes. O dinheiro permitiu-lhes integrarem-se no seu destino e realizar aquelas acções generosas e aqueles actos magnânimos.

O lar de um vice-rei do Brasil

A uma mesa do Assírio, depois do espectáculo de Guitry, conversava-se com a indulgência dos civilizados, que tudo absolvem, da semi-improvisada nobreza com que elegantemente se está ornamentando e estilizando a sociedade carioca. Porque não importar os formosos títulos dos nobiliários da Europa, se também os lindos vestidos, os adornos, as jóias, os cristais e as porcelanas, veem de Paris? A conversa, sem sombra de malignidade, prosseguia, quando a uma mesa contígua se sentou, quási desconhecido dos *encantadores* e das *encantadoras*, o descendente de um vice-rei do Brasil: o filho do conde de Sabugosa, último mordomo-mor da casa real portuguesa, veador da rainha D. Amélia e sócio da Academia Real das Sciências.

Na presença daquele fidalgo autêntico, cujo nome não circula no noticiário mundano e não faz sombra aos amáveis fidalgos de ficção, eis a minha incorrigível imagina-

ção a trabalhar, estimulada pela saudade, recordando a última vez que atravesssei as salas do palácio dos Césares, na feia rua de Santo Amaro, em Lisboa: um dos raros palácios que entre a ruína da maior parte das mansões históricas onde viveu a nobreza de Portugal nos séculos de predomínio, conserva o esplendor antigo, agasalhando a mesma família ilustre desde o comêço do século XVI.

Como essa casa dista longe da avenida Rio Branco! Não tão longe, porêem, que não seja possível encontrar no Assírio, à hora da ceia, alguêem que nela nasceu e que não seja também possível ligá-la ao Brasil pelos fios inquebrantáveis da História. São mesmo estas duas circunstâncias que me permitem esperar do leitor a benignidade de tolerar que eu lhe fale dêsse remoto e vetusto lar onde se criou um vice-rei do Brasil.

Nas casas como nas famílias, a antiguidade é a pedra de toque da fidalguia. A ruína é o superlativo da aristocracia.

A casa dos Sabugosas é tão velha como nobre. A parte mais antiga data de 1605 e passou por transformações consideráveis em 1788, ainda aumentada em nossos dias pelo conde actual. No quadrante de um velho relógio de sol, conservado nos jardins, os edifi-

cadores deixaram sucessivamente gravadas essas eras, gratas ao orgulho da família, em que ampliaram o lar, quer porque bracejasse mais fecunda a prole ilustríssima, quer porque, mais opulentos em património, quisessem os senhores tornar condigna de seu fausto crescente a antiga moradia do século XVI.

Presume-se que o primeiro edificador tenha sido o filho do heróico Vasco Fernandes César, flagelo de piratas, a cujo escudo de velhanobreza D. João III acrescentou as seis caravelas em memória do combate glorioso com as fustas mouras, entre Malaga e Maruela, e o filho do outro Vasco Fernandes César de Menezes inimigo triunfante dos rajahs de Kanará e Mangalor, já conde de Sabugosa e vice-rei do Brasil, o restaurador da casa dos Césares em fins do século XVIII.

Assim é êste velho palácio verdadeiro solar de uma família que sempre caminhou ao lado dos reis portugueses, desenrolando o seu nome pomposo, como um estandarte, nas mais rútilas páginas da história de Portugal. Nela nasceram, viveram e morreram gerações sucessivas de Césares, que tal é o ostentoso apelido desta estirpe de grandes varões.

Romana pelos lances grandiosos e desfe-

cho teatral é a «*luta de gigantes*», como lhe chamou Camilo, em que se combateram e rechaçaram, arca por arca, Césares contra Mascarenhas, durante um século inteiro: luta memorável como uma guerra entre monarcas, que tendo começado em 1619 só terminou em 1728 pelo casamento de Luís César, filho do conde de Sabugosa, com D. Ana de Mascarenhas, filha mais velha do conde meirinho-mor, don Fernão Martins Mascarenhas.

As sombras dêstes grandes homens parecem habitar ainda o palácio de Santo Amaro. Pelas suas lajes e assoalhos palmilharam as sandálias de Frei Diogo César de Menezes. Pelas suas salas andou remoendo ambições e ciúmes o infante D. Pedro. Um dos maiores dramas da história portuguesa, em que se viram dois príncipes irmãos disputarem-se a mulher e a coroa, repercutiu nas abóbadas dêste velho paço. Mas acima dos generais triunfadores, dos almirantes heróicos, dos vice-reis poderosos, levanta-se no limiar dêste palácio, como do vasto sepulcro da família, o espectro de Sebastião César de Menezes, «*sol cesáreo*», como o denominava Vicente de Liz, «*romano Cæsare major*», como outro panegirista o aclamava, príncipe da sapiência, conselheiro de el-rei D. João IV, embaixador em França, bispo do Pôrto e de

Coimbra, arcebispo de Braga e de Lisboa, conde de Arganil, inquisidor-mor, ministro de D. Afonso VI, autor da «*Summa Politica*», lente, filósofo e teólogo, que na pedra rasa da sua sepultura ordenou se esculpisse êste epitáfio humilde: «*Aqui está sepultado Sebastião César, indigno clérigo*».

Sôbre todos os Césares, sôbre tôda a nobreza de espada, mitra ou capelo de Portugal, esta figura de tragédia shakesperiana ergue a cabeça quatro vezes mitrada e olha, como símbolo do génio e da desgraça, as pequenas e vis paixões da humanidade. Êle e Diogo César — o amigo de Braz Garcia, autor do *Viriato Trágico*, por cuja amizade, provada no assalto da prisão da Portagem, durante um século trabalharam espadas afiadas no ódio de Mascarenhas e Césares, — são as figuras proeminentes desta estirpe varonil de estadistas, guerreiros e letrados, que com a pena e com a espada, nas vice-realezas da Índia e do Brasil, nos governos da paz e da guerra, da metrópole e dos domínios, eugrandeceram, honraram e serviram a pátria; cujo sangue correu em innúmeras pelejas; cujo espírito scintilou em concílios e púlpitos, em parlamentos e academias.

No século xvii já os Césares tinham um partido e os seus partidários chamavam-se

os *cesáreos*. Quando frei Diogo, neto de Vasco Fernandes, o «*sublime espírito*», depois de recebido por Ana de Áustria e Luís XIV e alojado pelo cardial Mazarino, dizia, entrando em Roma: «*Eu mostrarei que em Portugal há Césares, dos que chegam, vêem e vencem*», — era, com efeito, um antigo romano da natureza dos Cíceros, Crassos e Hortêncios, quem proferia com tal altiva ênfase tão teatrais palavras.

Há duzentos anos, como ainda hoje, os Césares são os mais lídimos representantes do talento literário na fidalguia portuguesa. Essa herança intelectual perpetuou-se na família. Eram livros o que mais havia nos aposentos do paço arquiépiscopal de Sebastião César, quando a população amotinada lhe assaltou e saqueou o palácio. Volvidos dois séculos, a casa dos Césares ostenta, como um tesouro, uma das mais valiosas bibliotecas particulares de Portugal. Depois da realza da inteligência, que os Césares desfrutaram, indisputadamente, no século XVII, vemos o vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, fundar na Baía uma academia literária e o conde de S. Lourenço, sócio honorário da Real Academia das Ciências, recolher Bocage, perseguido pelo intendente Pina Manique, na sua cela do convento das Ne-

cessidades. No século XIX, o palácio dos Césares abre-se ao convívio dos historiadores, dos filósofos, dos políticos e dos artistas. O marquês de Sabugosa é amigo de Alexandre Herculano e recebe em sua casa os mais ilustres escritores da sua época. Finalmente, o conde de Sabugosa actual, sócio da Academia, poeta e historiador, escreve uma grande monografia sôbre o *Paço de Sintra*, que a rainha D. Amélia ilustra com desenhos e aguarelas originaes, e, sendo um dos três únicos sobreviventes do cenáculo glorioso dos *Vencidos da vida*, ainda hoje manda artigos eruditos, de uma tão agradável nobreza de forma, ao *Jornal do Comércio*.

Foi no velho solar dos Césares, na sua quietação conventual, no seu luxo antigo, na sua nobre fisionomia, que Eça de Queiroz encontrou o modêlo da moradia tradicional dos fidalgos portuguezes para descrever o *Ramalhete dos Maias*. É o mesmo pátio com pavimento de mosaico, a mesma galeria para onde abrem as salas, o mesmo jardim voltado ao norte com a mesma cascatasinha musgosa, onde um veio de água põe uma melodia perene. Sómente o jardim é maior, sombreado de árvores, resto ainda considerável da vasta quinta por onde, há dois séculos, passeavam as aias e as amas com os pequeninos Césa-

res e por onde hoje passeiam os pequenos S. Lourenço, sob a vigilância das *nurses* inglesas. O próprio terraço lá está, em frente a uma nesga do Tejo, saudoso do antigo panorama do rio, que os peraltas e as sécias do reinado de D. Maria I vinham gozar às tardes, debruçados no parapeito de mármore de lioz. É, como no *Ramalhete*, a mesma escada de cortejo, o mesmo *hall* dando acesso à biblioteca e aos salões, quási que os mesmos quadros de batalhas e natureza morta, as mesmas arcas flamengas, os mesmos estofos pesados, a mesma luz de cela, propícia à reflexão e ao estudo.

Como os ninhos, que são a casa da ave, e que todos diferem consoante a ave que o fabricou e o habita, a casa do homem reproduz com fidelidade a vida, a ocupação, o carácter, o sentimento dos moradores. Tôda a casa tem, como os donos, uma fisionomia especial, que as gerações lhe imprimiram. No palácio de Sabugosa, o luxo severo e discreto é indício inconfundível de nobreza; a sua quietação sinal de um grande repouso de consciência; a sua penumbra evoca labores intelectuais de leitura e de estudo. Tem o aspecto austero que convêm à casa ínclita dos Césares e à sua snpremacia intelectual. Logo a primeira porta do *hall* abre para um vasto

gabinete de trabalho, em cuja mesa antiga, entre as janelas, sob um retrato magnífico do primeiro conde de S. Lourenço, foi escrita a obra erudita e laboriosa do *Paço de Sintra*. Ali, como em tôda a parte, a mesma luz discreta, velada pelas *brise-bises* de sêda, alumia as paredes, onde se esbatem os tons de cinzento e púrpura dos panos de Arrás e a casaca bordada do retrato de Vasco Fernandes César de Menezes, vice-rei do Brasil, apoiado ao bastão, com o seu perfil romano e a cabeleira de cachos. Mas as jóias da casa são a biblioteca, rica em manuscritos e edições preciosas, e a sala de jantar, mandada construir pelo vice-rei para o casamento de seu filho Luís César de Menezes.

Levantada em dois andares sobrepostos, ligados por ampla escadaria, recebendo luz da claraboia central, a biblioteca dos marqueses de Sabugosa e condes de S. Lourenço compõe-se actualmente de cerca de dez mil volumes, dispostos nas estantes de gradil dourado, que revestem os dois corpos da armação da sala e lhe servem de única e severa decoração. O centro é ocupado por uma grande mesa de madeira do Brasil, onde estão expostos exemplares de obras raras, colecção de autógrafos e de inédidos, de mis-

tura com lâmpadas conventuais de latão e de cobre: espólio de celas, recâmaras de estudo e livrarias monacais, companheiras de antigas vigílias. Um velho cravo do convento das freiras do Paraíso, o retrato do conde de S. Lourenço, protector de Bocage, o mapa mandado levantar em 1716 pelo vice-rei da Índia, Vasco Fernandes César, completam o sóbrio ornamento da biblioteca. Esta comunica com a formosíssima sala de jantar, construída em forma de rotunda, fechada em abóbada e tôda decorada de pinturas a fresco representando palmares do Brasil, com profusão de aves tropicais e saguis, que cabriolam de ramo em ramo com ligeireza e esgares hilariantes. Com os seus guarda-louças, de portas de cristal, embutidos nas paredes, e o fogão e fonte de mármore branco, esta sala encantadora merece ser considerada, pela originalidade surpreendente, como um exemplar precioso e talvez único no género do gôsto requintado da nobreza portuguesa do século XVIII, e da influênciã infiltrada nas artes do adorno pela natureza e costumes ultramarinos. É bem a sala de um vice-rei essa rotunda graciosa, por cuja abóbada em tiara saltam os macacos e voam as rutilantes aves dos trópicos, em cujos guarda-louças brilham os esmaltes

coloridos das porcelanas da Índia, da China e do Japão. Quási se espera ver surgir de repente o cadogan do *Pinto renascido* — o poeta parasitário da casa dos Césares, — com a casaca côm de salsa, o tricórnio debaixo do braço, o corpo dobrado de reverência, para recitar as décimas de parabêm que compôs a Luís César de Menezes, filho de Vasco Fernandes César de Menezes, pela mercê que D. João V mandou a seu pai, na Baía, do título de conde de Sobugosa :

Da mercê, por além via
Parabêns vos dou, se é certa,
E é a primeira coberta
Em navio da Baía.
Parabêm dá-lo podia
Á senhora vossa espôsa,
Da graça, que é proveitosa,
E apropriada ao casal,
Pois sendo ela Sabugal!
Tambêm será Sabugosa!
Já dois Vascos, em bom dia
Daqui se viram partir :
Um a Índia a descobrir,
Outro a cobrir a Baía.
Cada um, isso a que ia,
Conseguiu por uma vez :
Porque o da Baía fêz
Com que coberto ficou ;
E em descobrir o outro andou
Na Índia mais que Cortês !

Eis-nos bem longe do Assírio, dos *encantadores* e das *encantadoras*, que ceiam *sandwiches* e champagne, e dos amáveis fidalgos, a quem uma providência benigna fêz príncipes e duques sem terem descoberto a Índia ou governado o Brasil!

Recomeçando o passado

No Assírio, à hora do jantar. Cenário mil vezes descrito: os archeiros de Arsubanipal em faiança alemã, a surpreendente e faustosa *reverie* architectónica de um bar-cripta, em estilo que exige, para ser compreendido, a leitura de Maspero, as luzes simile-luar dos globos foscos e amarelos, e uma tremenda dose de erudição e condescendência. Nesse cenário, que se descreve com o auxílio de pesadas enciclopédias, representa-se a leve comédia mundana de tôdas as noites. Há uma orquestra feminina. A violinista M. L., recém-oxigenada e partidária da liga contra o espartilho, guiando um quinteto vestido de branco, toca com o arco nervoso trechos melodiosos que espiritualizam a tarefa prosaica da nutrição—porque, de facto; e com tôdas aquelas complicações de architectura oriental, luzes de tom de nacar, fontes silenciosas e violinos que suspiram e gemem em francês acordes de valsas vienenses, está-se num

templo do Deus-Estômago. Entre as colunas caneladas vagueiam *boys* vestidos de encarnado. Os criados, vagamente escanhoados, dançam a monótona quadrilha de *jongleurs*, conduzindo e recolhendo infindavelmente pratos, copos, garrafas e talheres. A clientela é de todos os géneros, heterogénea de aspecto e cosmopolita de proveniência. Os americanos são frequentadores assíduos. Há banqueiros, *brasseurs d'affaires*, moços dentistas, rissonhos e satisfeitos, que jantam com *champagne* e com *girls* loiras, alegres e em ebulição como o *champagne*; alguns diplomatas em tirocínio ou em expectativa, alguns estroinas, alguns políticos, e, às vezes, alguns, poucos, casais elegantes. Tudo polvilhado de algumas *petites-femmes*.

É um recinto perfeitamente distinto. Há mesmo cançonetistas e bailarinas depois das 9 horas, que perturbam um pouco a *soirée blanche* e as funções digestivas. Como é perfeitamente distinto e inofensivo (não me refiro ao estômago), janto algumas vezes por ano no Assírio, e a êsse hábito mundano devo o prazer tão grande de haver encontrado o meu amigo Diogo de Menezes, que não via há sete anos, desde que, a bordo do *Astúrias*, em Lisboa, por uma tarde de vento leste e de motins republicanos, êle me dera o abraço

com que se despedia de mim, da pátria e do seu passado.

O passado do meu amigo Diogo de Menezes não é um passado vulgar. Tem três séculos de árvore genealógica, um desconfortável e carrancudo solar na Beira, avós comendadores, alcaides e capitães-mores. Isso pelo que respeita à família. O passado restritamente dêle, êsse tem algumas viagens a Paris, algumas saturnais no *Capitole*, algumas conquistas em *São Carlos* e alguns pugilatos nas adjacências do Chiado. Com todo êste património, Diogo de Menezes, aos 30 anos, exilou-se, integrou-se e dissolveu-se na leva imensa e anónima dos imigrados. Mas, o que é profundamente interessante no caso do meu amigo não são as determinantes do seu exílio, mas as condições em que êle emigrou para o Brasil, onde dois de seus antepassados, nas capitánias do Maranhão e de Minas Gerais, haviam outrora exercido cargos de govêrno, recompensados com a cruz de Cristo, ainda nesse tempo preconceituoso reservada apenas para galardoar serviços notórios. Houve na vida de Diogo de Menezes uma paixão funesta por uma *écuyère* de olhos cinzentos e uma plástica de deusa mitológica, e também uma altercação, à porta de uma tabacaria, com um jornalista, que Diogo co-

nhecera vegetando como repórter numa cidade do norte e que é hoje senador da República. Desgostoso, o meu amigo recolheu-se à província e saiu de lá, cinco meses depois, com o seu plano traçado e, no coração, a bela coragem de o cumprir—se dermos crédito aos poetas, que localizam no coração tôdas as coragens belas.

Foi no *foyer* do teatro D. Amélia, no entre-acto de uma zarzuela, que êle me contou, três dias antes de embarcar, os seus projectos maravilhosos.

No meu regresso do Rio, em 1907, eu espalhára aos quatro ventos de Portugal a notícia do advento dos homens moços ao governo do Brasil, com os planos intrépidos das estradas de ferro, do povoamento do solo, das novas culturas. Contára ter visto Miguel Calmon ministro, Carlos Peixoto *leader* da Câmara; revelára a pléiade duas vezes illustre pelo talento e pela cultura, hoje desfalcada pela perda do genial Euclides, e designára-a ao jóven monarca—rodeado de velhos bonzos e de inteligências fossilizadas,— como exemplo a seguir para salvar o regime da sonolência e a nação do declínio. Êsse missionarismo criára-me perante o meu amigo Diogo fama de conhecer o Brasil de maneira diversa por que o conheciam cinco

ou seis milhões de portugueses, e a essa circunstância devi a confiança ilimitada com que me expôs os seus projectos e o interêsse com que escutou os meus conselhos.

Sentado diante de mim, com a botoeira da casaca florida de uma gardénia, bebendo aos golos o seu whiskey e soda e tirando breves fumaças azues de um *bout-doré* egípcio, Diogo de Menezes falou-me, mais ou menos, assim:

— Você não vai dizer aos transeuntes do Chiado que eu embarco na segunda-feira para o Brasil. Mas é positivo que embarco. Você está profundamente admirado?

— Profundamente! — confessei.

— Descobri uma colocação histórica. Vou reatar a tarefa interrompida da nossa raça, prosseguir a obra dos bandeirantes. Vou desbravar e povoar o sertão.

Pousei o meu whiskey e soda e fitei, atônito, Diogo de Menezes. Êle sabia então o que eram os bandeirantes? Como pudera êle, num solar da Beira, adivinhar, pressentir, designar finalmente a épica função interrompida da raça progenitora, encalhada no litoral, ameaçada de ser suplantada pela concorrência de outras raças? Que série de considerações o havia conduzido a compreender que ao emigrante português competia continuar a obra iniciada no século XVI?

Diogo explicou-me que a leitura dos papéis legados pelos avós, os longínquos capitães-mores em Minas Gerais e Maranhão, lhe havia desvendado a ignorada epopeia das bandeiras, o surto épico dêsse arraial de audazes aventureiros, assente no húmido platô da serra do Cubatão (laboratório e nascedouro da raça) e de onde, como de um reservatório de energia, saíam na monção propícia as expedições heróicas. Êsses «*navegadores das florestas virgens*» — como Diogo chama pitorescamente aos bandeirantes, descendentes e continuadores dos navegadores dos mares ignotos, — subindo os rios nas canoas, contornando e transpondo as cachoeiras, devassando as brenhas quási impenetráveis, lutando com os índios ferozes, com os animais bravios, com as serpentes venenosas, com as moléstias fatais, haviam chegado aos contrafortes dos Andes, violando as disposições da bula pontifícia, conquistando, delimitando o Brasil, descobrindo-o do norte ao sul, do Amazonas ao Prata, e do oriente ao ocidente, da cordilheira ao mar. A pesquisa infrutuosa das minas de prata e das esmeraldas, a descoberta alucinante do ouro no leito do riacho Tripuhy e em seguida a dos jazigos de Ouro Preto e de Mariana, em quási tôda a bacia superior do Rio Doce, nas margens do Rio

das Velhas, das minas de Sabará, de Cuyabá e de Goyaz, e, finalmente, o descobrimento dos diamantes em 1727, haviam servido de itinerário à conquista e ao povoamento. Essa obra extraordinária dos Rondons primevos ficára, porém, incompleta. Os povoadores — com excepção daqueles que, desiludidos já de encontrar as pepitas e as palhetas auríferas, se extraviaram e se fixaram nos países das pastagens, inaugurando a agricultura, — só estacionaram nas terras do ouro e dos diamantes, e daí tinham resultado as imensas soluções de continuidade, que a emigração ininterrupta devia preencher se não se tivesse desviado para a sedentária exploração do litoral, servindo a civilização em vez da natureza: êsse litoral onde a acorrentou a inclinação mercantil, e que, já um século antes, comprometera a perpetuidade do império das Índias, transformando em feitorias as conquistas guerreiras e políticas do Oriente.

Diogo resumia-me com simplicidade grandiosas páginas da história e estigmatizava os governos que nunca haviam meditado no problema histórico adstrito à emigração e criminosamente se desinteressavam de encaminhar e canalizar para a sua função primacial e fecunda as levas de exilados. De tudo o que êle lera soubera concluir que a missão

portuguesa no Brasil era a de reencetar a gloriosa obra interrompida, deixando no litoral os brasileiros natos — mais competentes para neutralizar o ascendente de outras raças afluentes, — e reentrando nos sertões para iniciar a segunda colonização. Era preciso, na frase do meu amigo, que a emigração das populações rurais de Portugal se operasse da terra para a terra e que os portugueses fôsem, no Brasil, em lugar de açougueiros, boiadeiros; em lugar de mercieiros, plantadores; em lugar de carroceiros, cavaleiros...

Eu quedava silencioso e estupefacto, olhando ao longe o palco onde algumas espanholas, embrulhadas na sumptuosidade colorida dos *mantons de Manilla*, rodopiavam e se contorciam, vibrando castanholas de ébano e meneando os quadris.

O meu amigo chamou-me à realidade, interpelou-me. Queria saber a minha opinião. Então eu, ainda incrédulo, com o receio pueril de uma mistificação, ofereci-lhe uma pistola do século xvi, e lembrei-lhe que devia navegar num navio à vela, como os donatários, e desembarcar no cais Pharoux com o gibão de couro de Fernão Dias Pais Leme, com uma *rapière* toledana à cinta e escapulários da Virgem ao pescoço.

Diogo não riu das minhas ironias. Ceámos juntos nessa noite, e ainda depois da ceia êle me acompanhou até a casa, gozando os últimos laures de Portugal e expondo-me agora, sem erudição e sem fantasia, o seu projecto de emigrante. Vendera à irmã — a formosa senhora D. Ágata, a quem António Nobre dedicou um madrigal, — a sua parte na herança paterna e, convicto de que findaria com o próximo advento da República a missão social da sua velha família, êle ia fundar nos sertões de Goyaz ou Mato Grosso uma outra dinastia agrícola, realizar uma obra de benefício e fartura, em que fecundamente applicasse a sua mocidade e a sua energia a multiplicar rebanhos, plantar terras, criar uma prole, edificar talvez uma vila. Ia partir com dez casais de colonos e pedia-me duas cartas de recomendação: uma para Miguel Calmon, ministro, outra para Euclides da Cunha, visionário.

Levei-lhe as cartas a bordo. Abraçámo-nos, comovidos. O *Astúrias* (a estas horas sepultado no sepulcro vivo do mar) navegou para o Rio, conduzindo o novo bandeirante. Passaram-se sete anos. Nunca mais soube de Diogo de Menezes. Acabei por esquecê-lo; e, de surpresa, é êste povoador quimérico, êste teorista da colonização, que encontrei ontem

no Assírio, mais largo de ombros, queimado pelo trópico, com uma barba de jóven patriarca e êsse calmo desembaraço que dão a robustez física e o hábito de mandar, e que logo me evidenciaram o triunfador, bafejado pela sorte.

Diogo foi o primeiro a reconhecer-me. Levantou-se, caminhou para a minha mesa, apertou-me na sua mão musculosa—onde vi luzir a aliança matrimonial,—a minha mão magra de ilusionista da palavra. Mas um apêto de mão era pouco para a nossa saudade. Abraçámo-nos.

O meu amigo olhou-me com uma curiosidade pensativa.

— Que fazes?

— Jogos de palavras. E tu?

— Rebanhos e filhos.

Sentou-se. Continuava a olhar-me, falando. Sim, êle devéras convertera o sonho de povoador em realidade. Reintegrára a raça na missão predestinada. O Brasil já lhe devia cinco filhos e dez mil cabeças de gado.

Contemplei-o com a admiração instintiva que se vota aos prodígios.

— Ê preciso que me contes a história da tua *bandeira*.

— Sim, é preciso, — êle concordou — para que alguêm, dos nossos, aponte as terras da

promissão aos imigrados; para que as colônias portuguesas levantem acampamento do litoral inimigo e recomecem a obra de penetração, de infiltração. O Brasil espera isso de nós. É urgente prègar o exodo para os planaltos. Sair da areia para o hùmus. A nossa missão histórica ainda não findou na América. Ainda são precisas as *bandeiras*. Ainda são necessários os Pais Leme! Que fazem vocês, homens que teem uma pena?

Diogo declamava e gesticulava. Era extraordinariamente comprometedor, naquele elegante scenário assírio. Já alguns olhares nos fuzilavam com ironias. O meu filete de vitela à *la viennoise* esfriava no prato e não podia substituí-lo pelos dez mil bois que se multiplicavam nas longínquas pastagens do meu amigo.

Sem coragem para o interromper, eu ouvia, porêm, calado e embaraçado, deixando correr a sua torrente caudalosa de ideas.

— Quanto seria útil que vocês pensassem! A colônia portuguesa lembra-me a fôrça desaproveitada de um Niagara. É preciso condensar e aplicar, no seu máximo de potencial, essa energia. Há sete anos eu pressentia a realidade. Hoje, conheço-a. A grande crise do Brasil é o *deficit* humano: uma nação do tamanho da Europa, com uma população igual

à da Espanha, a balouçar cá dentro: uma túnica de gigante para uma criauça. É preciso povoar, e que o povoamento se faça do centro para a periferia em tôda a rosa dos ventos, e não apenas da periferia para o centro. Estas tarefas de conquista de natureza — exploração e povoamento — só podem ser levadas a efeito com êxito e segurança pelos representantes ou colaterais de uma raça *nacional*, idêntica à que, resultante do cruzamento prolífero de portugueses e indígenas, se formou em São Paulo e praticou no passado as façanhas das *bandeiras*, e no presente a obra de civilização e de domínio. Não é de uma literatura nacionalista que se precisa, mas, principalmente, de uma política nacionalista, inspirada nas necessidades do país e nunca na estúpida competição dos povos. O Brasil não pode rejeitar a dádiva de todos os sangues, a colaboração de tôdas as raças. Mas é preciso que, por um lado, reforçemos o núcleo da raça nativa e absorvente, e por outro lado que se faça circular, do norte ao sul, um pensamento *nacional*, dimanado de uma política *nacional*. Porque se abandonou o projecto da transferência da capital para o planalto central?

Eu encolhi os ombros, não sabendo porque se tinha abandonado, e recomecei, tímida-

mente, comendo o meu filete de vitela à *la viennoise*.

Aquela ênfase declamatória, onde eu sentia uma candura rústica, era mais apropriada a um *meeting* do que a uma mesa de restaurante, e era pena que Diogo, depois de realizar a sua façanha, não tivesse conservado um artificioso scepticismo e o seu comedimento de *gentleman*, embora morando no Éden. Mas eu submetia-me ao império das verdades que êle me comunicava, e tão certo é que êste *bandeirante* reencarnado me emocionou e convenceu, que aqui venho difundir, como um apóstolo, as suas doutrinas e apontar aos portugueses do litoral êste cavaleiro andante dos planaltos, que, ao longe, nos confins de Goyaz, assiste ao crescer da sua prole e das suas manadas, como um bemfeitor da terra hospitaleira e como o espectro redivivo de um passado de fôrça e de glória!

A escalada

Entre o livro de poesias *Nada* — cujo título parece o desafio irónico de quem já se sentia fadado para a conquista de *tudo* o que pode ambicionar o talento de um artista,— livro com que inaugurou a sua admirável carreira literária, e a actual edição dos *Sonetos*, Júlio Dantas, poeta, dramaturgo, romancista, historiador e cientista, vê decorridos vinte anos de uma existência de glorioso e fecundo trabalho intelectual, com que desde logo se colocou na primeira linha dos artistas portugueses do seu tempo e vertiginosamente se elevou às culminâncias em que hoje transcorre a vida do novo Garrett português, sócio efectivo da Academia de Ciências de Lisboa, inspector geral das Bibliotecas e Arquivos e director da Escola Dramática.

Nesta carreira fulgurante de meteoro, Júlio Dantas teve a sorte correspondente aos atractivos do seu talento dominador. Não vejo quem o tenha auxiliado na escalada magnífica do Ca-

pitólio das letras e a muitos posso certificar que 'êle ergueu no áureo escudo de combate ou abriu caminho no torvelinho das invejas. Tendo acompanhado, passo a passo, com um affecto fraternal que a separação não empalideceu e a distância não debilita, a ascensão de Júlio Dantas, através da sua vida incessante de peleja e de triumpho, parece-me que não será totalmente desinteressante o meu depoimento sôbre um dos escritores portugueses que mais fascinação hoje exerce sôbre o leitor brasileiro.

Em 1896, na Lisboa monárquica onde um rei artista e sábio — filho de um soberano que traduzira Shakespeare, e neto de um monarca a quem Portugal ficou devendo o ressurgimento do culto pelas artes, — expunha aguarelas e pastéis nos *salons* anuais da Academia, Júlio Dantas cursava a Escola Médica, passava parte dos dias e das noites nas bibliotecas interpretando, como um paleógrafo, o latim bárbaro dos manuscritos, estudava grego e compunha vilancetes em um estilo arcaico. O *Nada*, publicado nesse ano, arremessára o poeta juvenil, de um só lance, para a mais ruidosa celebridade. O *Nada* era um livro com tôdas as condições exigidas pelas conveniências ruidosas de uma estreia. A influêcia de Baudelaire e Rolinat

e dos poetas decadentes não prejudicava a originalidade incisiva e impressionante do poeta. A sua poesia vestia os temas mais audaciosos e de um romantismo macabro, com roupagens antigas e sumptuosas. Os velhos meneavam a cabeça, descontentes, peraute as insolências magníficas daquele poeta que surgia das sombras das bibliotecas com uma palidez de asceta, a erudição de um beneditino e as audácias frementes dos vinte anos. Um académico ousou, com imprudência, repreender o escolar pelas blasfêmias da sua poesia, onde transpareciam as impressões do primeiro contacto do estudante de anatomia com a hedionda miséria do cadáver humano. O poeta ascético arrancou com ímpeto o hábito de frade. Armado de tôdas as violências da juventude, surgiu, com o sangue na guelra, o polemista. Soube-se, então, que o vate escondia um pelejador e que, à semelhança de Camões, no seu temperamento adolescente borbuhlava a *vis* combativa. Era um forte, com o estôfo moral de um triunfador.

Eu também tinha vinte anos e no meu sangue tumultuava a mesma vocação de combate, que sobrevive na minha natureza imperfeita e que se aplacou em Júlio Dantas. Ao tempo em que o poeta do *Nada* se for-

mava em medicina, eu fazia o curso superior de letras.

Com um dandismo pueril e a impertinência do meu monóculo e do meu buço, escrevia umas longas crônicas — pouco substanciais, aliás, — no grave *Jornal do Comércio*, de Lisboa, e foi dêsse redondel de torneios que desafiei o poeta do *Nada*, acusando-o de bafejar com a sua aura e emprestar a luz nascente da sua auréola à artificial ampliação dos méritos modestos de um escritor medíocre. Aos vinte anos, êsses frenesis petulantes teem desculpa. *Il faut que jeunesse se passe.*

O escritor que eu então considerava menos digno dos ditirambos do môço poeta laureado era Antero de Figueiredo, o esteta, hoje tão fervorosamente admirado, do *Pedro e Ignês* e da *Leonor Teles*. Amigos comuns profetizaram-me que o polemista do *Auto da rainha Cláudia* se precipitaria sôbre mim como um galo de combate. No dia seguinte, a anunciada briga de galos liquidou num pacto de amizade. Desde então que, sem um desfalecimento, somos amigos. Esta amizade com que atravessámos as horas boas e as horas amargas, sempre nos encontrou de mãos dadas. Não esmoreceu nas tempestades através das nossas vidas acidentadas, onde não

faltaram as procelas e nem mesmo, como nos romances de Octave Feuillet, os pugilatos e os duelos.

Júlio Dantas realizava em 1896 o tipo romântico do poeta lírico, que tivera, anos antes, em António Nobre, outro e genial representante típico. Alto, magro, sempre vestido de preto, o cabelo denso e anelado, uma gravata rôxa de cónego, Júlio Dantas lembraria o retrato de Listz môço, se não fôra o esplendor do olhar algarvio, que lhe documentava a origem peninsular. Ligado por sua mãe aos Eças — de cuja basta estirpe de magistrados e soldados saíu o romancista de *A Cidade e as serras*, — o autor do *Nada* herdára do pai, o coronel Casimiro Dantas, defensor oficial nos tribunais de guerra, a vocação poética. Entre o paterno lirismo, límpido e meigo, e a inspiração impetuosa do filho, havia, porém, o abismo de uma nova e original concepção estética, as variantes profundas de um temperamento vincado de feições modernas e imprevistas.

Em 1897, Júlio Dantas escrevia, de colaboração com o seu colega da Escola Médica e nosso companheiro de boémia literária, Manuel Penteado, — de que tão cedo a morte nos separou, — um livro de contos em que prolongava na prosa os processos e os temas

patológicos da sua poesia. O livro, pouco conhecido, intitulava-se *Doentes*, e não aumentou a fama do poeta, tendo servido apenas para revelar a elegância florentina do prosador, a perícia do cinzelador de frases, que haveria de criar um estilo com tôdas as galas de Gôngora, temperadas pela estesia de um Garrett e valorizadas pela cultura académica de um erudito. Foi por êsse tempo, em 1897, que Dantas, Penteado e eu perpetrámos de colaboração um drama em quatro actos, a que chamámos *Comediantes*, que nenhum empresário ousou representar e com que nós ambicionámos deixar os espectadores boquiabertos por um mixto de audácias inconcebíveis... do género das que, pouco tempo depois, faziam a fortuna e a celebridade do género *grand-guignol*. Nesse melodrama espantoso e ultra-moderno, de estudantes, Júlio Dantas escrevera de um jacto, a tinta vermelha, com uma caligrafia de missal, um acto esplêndido, e com essa frescura de inspiração, a elegância de frase, a prontidão de diálogo, o *refinement* de detalhes, que são hoje, no superlativo, o encanto deslumbrador da sua prosa fluente, ornamental e colorida. A sua capacidade de trabalho e produção atingia quási o inverossímil. Ao mesmo tempo e sem o menor es-

fôrço aparente, êle traduzia o *Cyrano de Bergerac*, fazia o curso de medicina, continuava nas bibliotecas e nos arquivos o labor previdente de formiga, enceleirando a mais copiosa erudição literária da nossa geração, e exercitava a vocação nativa de dramaturgo, fazendo e desfazendo peças no seu sombrio gabinete conventual, espécie de laboratório do dr. Fausto, onde não faltava o troféu fúnebre da caveira e sôbre cuja mesa de estudo e vigílias se misturavam os cancioneiros e os atlas de anatomia.

Finalmente, numa noite do inverno de 1899, Lisboa foi sacudida nos nervos gastos por um memorável acontecimento literário. Representára-se no teatro Dona Amélia *O que morreu de amor*, e eu nunca esquecerei a solenidade dêsse baptismo de glória, celebrado por um público em delírio, vitoriando o dramaturgo predestinado, que vinha salvar o teatro português, arrancando-o do atoleiro da rotina. Era uma língua nova — embora de sabor arcaico, — a que se ouvia em scena. Na sobriedade nobre, na majestade simples do ritmo, na grandeza harmoniosa da acção, o drama (áparte a ausência de qualquer transcendente filosofia), recordava a beleza e a elegância do Maeterlink da *Mona Vanna*. Era como se estivessem desdobrando em scena tapeçarias

góticas, de tons apagados pela traça dos séculos. Nunca um dramaturgo se estreára com aquela segurança vencedora, e o nome de Júlio Dantas correu Portugal como se tivesse nascido, para a glória das letras portuguezas, uma dupla encarnação da alma estética de D'Annunzio.

Em 1900, o môço dramaturgo levava à scena o *Viriato Trágico*, onde, pelos milagres evocadores de uma varonil linguagem seiscentista, soberba de *panache*, ressuscitava a figura heróica de Braz Garcia de Mascarenhas com o relêvo emocionante de um irmão portugûês de Cyrano. Era a consagração definitiva do dramaturgo. Nesse mesmo ano fecundo e propício, Júlio Dantas completava o curso médico (tinha então vinte e quatro anos!) e defendia tese sôbre um tema original de psiquiatria: *Poetas e pintores de Rilhafoles*. No ano seguinte, pois não há para êle anos estéreis, obtem uma das primeiras classificações no concurso para médicos militares, e representa-se no D. Amélia a sua nova peça *A Severa*.

Até aqui o escritor não experimentára no banquete da glória senão a doçura embriagadora do triunfo. Na sua taça nunca se misturára aos prazeres da vitória o amargor do insucesso. Mas para que não parecesse que a

Fortuna, mais que o mérito, o protegia, e para que melhor lhe soubesse ao paladar a bebida divina, um dia, em passos subtis, aproximou-se dêle o azar e encheu-lhe a taça do festim com a sua triaga. O dramaturgo do heroísmo e do pitoresco pretendêra, confiado no prestígio que já o aureolava, trazer à scena, perante o *snobismo* de um público elegante, um drama humilde e pungente, de um realismo em que voltava a revelar-se a sua intrepidez nativa. Mas êle acostumára demais os espectadores aos manjares requintados de um vocabulário magnificante e acções de um idealismo arrebatador. A récita dos *Crucificados* — obra de piedade e de análise a que o dramaturgo ligou na dedicatória o seu nome, — foi um desastre. O público rejeitou a peça do seu autor predilecto. Sem levar-lhe em conta o passado, antes parecendo empenhado em fazer pagar caro ao triunfador as fáceis vitórias, o mesmo público que o erguera às nuvens precipitava-o a um desastre atterrador.

Os inimigos e os invejosos rejubilaram. É que não conheciam a têmpera do homem que os defrontava com impassibilidade. Diante das manifestações hostis, o poeta sorria, antegozando os prazeres da desforra. A consciência do seu talento retemperava-o de energia.

Júlio Dantas não era mais o poeta lírico vestido fúnebremente de preto, o jóven Listz dos vilancetes, o asceta das bibliotecas. O seu corpo parecia mais vigoroso e esbelto modelado pelo uniforme militar de alferes.

O poeta do *Nada* era, agora, um soldado. O período da boémia literária terminára. De manhã, passeava a cavalo, fardado, com a espada batendo no arção da sela. O antigo contemplativo exercitava os músculos no picadeiro e na sala de armas.

Várias vezes, no parque de um palácio vizinho à minha casa, nos entretínhamos a jogar o sabre ou saíamos os dois, a cavalo, pelas azinhagas poeirentas do subúrbio lisboeta, architectando projectos.

O desastre dos *Crucificados* não lhe estremeceu a confiança inabalável no talento. Êle sentia em si a chama que o hálito das invejas não apaga. Quinze dias depois do desastre, em minha casa, Júlio Dantas lia-me a *Ceia dos Cardiais*.

Era a resposta fulminante do vencido da véspera aos seus detractores. Ainda não passára um mês sòbre o revés e êle submetia, como um domador, ao seu jugo de inspirado o público iconoclasta que repudiára os *Crucificados*, arrancando-lhe ovações estrepitosas, fascinando-o com a beleza dos seus ale-

xandrinos, vencendo-o com uma simples anedota posta em verso e em que resumiu e concentrou no máximo potencial as qualidades de brilho, de elegância e de colorido do seu estro.

A récita da *Ceia dos Cardiais* marca o zénite da sua popularidade, que desde então êle consolidou em vinte novas obras de erudição e de beleza, no exercício de cargos em que evidenciou as capacidades complexas de uma dúctil organização intelectual, como professor e director da Escola Dramática, comissário do govêrno junto ao teatro Nacional, médico do Hospital Militar de Lisboa, em innúmeras comissões técnicas e literárias e, finalmente, como inspector das bibliotecas e arquivos.

A República encontrou o autor da *Santa Inquisição* no auge da glória, sem compromissos políticos, tendo sido apenas incidentalmente deputado numa legislatura em que o seu talento oratório, êsse mesmo, se conservára ignorado.

Perante a revolução triunfante, Júlio Dantas continuou a ser, talvez mais do que nunca, um homem de letras.

Na verdade, êle nunca amou apaixonadamente senão a sua arte. Nunca distraíu os seus sentimentos para outro culto dominador, e eu

entendo que a literatura portugueza só tem que agradecer-lhe a aparente impassibilidade com que viu desmoronar-se um regime de sete séculos, indiferença que permitiu ao grande artista — que nunca exercera o magistério da opinião, quer como político, quer como pensador, — ficar fiel à sua arte e não sacrificar ao ostracismo uma glória adquirida no decurso de quinze anos de honra e de trabalho.

E, entretanto, eu faço justiça ao fraternal companheiro de tantos anos, cuja alma tantas vezes se me abriu, de entrever no esplendor da sua glória as sombras de uma tristeza altiva e amarga: a tristeza de não haver podido sujeitar a sua existência à mesma harmonia impecável dos seus versos!

A opinião de Machiavelo

Necessariamente, não posso garantir em tôdas as suas particularidades a veracidade do estranho acontecimento que me foi narrado pelo meu amigo Simão Barata, se bem que não me seja lícito duvidar da sua boa fé em tudo o que me contou.

Quero admitir que Simão Barata — o tradutor tão penetrante e consciencioso dos *Critical and Historical Essays*, de Macaulay — se encontre, pelo abuso de recentes leituras sôbre sciências ocultas, favoravelmente preparado para as grandes mistificações da crença. O resto de bom senso e da capacidade de reflectir, que ainda me não abandonaram, induzem-me a imaginar que o meu amigo Simão Barata foi a vítima de uma alucinação. Mas a alucinação de um homem da sua aguda intelligência e da sua vasta cultura, capaz de escrever com a mesma apurada elegância de conceitos sôbre os fenómenos da radioactividade e sôbre o *Elogio da môsca* e o *Hermotimos*, de Luciano, conserva sem-

pre vestígios de realidade e resíduos de sabedoria.

Sem mais rodeios, que ennervariam a curiosidade do leitor; e sem mais comentários, que exigiriam, para ficarem à altura do assunto transcendente, as hipérboles da literatura espirita — eis o que se narrou, a uma mesa do Café Jeremias, fitando-me com os olhos hipnotizantes, que me mantinham sob o domínio da sua convicção contagiosa, o meu amigo Simão Barata, tradutor dos *Ensaio*s, de Macaulay, e dos *Discursos sôbre a Década de Tito Lívio*.

Simão Barata, debilitado por excessos de trabalho intelectual, e não sei se também amoroso, resolvera, desde o princípio da primavera, ir passar uns meses em uma pequena cidade do interior de Minas, onde a temperatura, na quadra canicular, raro excede 23° à sombra.

Barata, que é friorento, munira-se de um *adredon* e de camisolas para enfrentar a primavera tépica da serra e escolhera para companheiro mental de vilegiatura o modesto funcionário da República florentina Nicoláo Machiavelo. Isso foi motivo dos mais desagradáveis dissabores para Simão Barata e causa inicial da estranha aventura que lhe sucedeu.

Certamente, a um homem de vasta cultura humanista de Barata, não podia ser desconhecida a obra formidável do pequeno diplomata de Florença, sôbre cujas páginas, séculos depois da obscura morte do filósofo, ainda se inclinariam, pensativas, as fronteiras de um Frederico o Grande e de um Napoleão. Mas Barata, distraído por outras seduções literárias e por um transitório capricho de curiosidade pela metafísica do sobrenatural, nunca lera *O Príncipe* e *A Arte da Guerra* com a disposição moral conveniente à compreensão desses estatutos da Autoridade, da Fôrça e da Astúcia. A guerra europeia, utilizando em escala gigantesca todos os recursos da Astúcia e da Fôrça, e prestando-se, como um campo de experiências formidável à observação das teorias e princípios acumulados na obra de Machiavello, preparou o espírito de Barata (que vivera sempre alheio à especulação política) para o alvoroço intelectual que lhe provocou a leitura atenta do génio florentino contemporâneo de Savanarola.

Barata traduziu, então, e conseguiu publicar num jornal do Piauí, de que era redactor um seu sobrinho, os *Discursos sôbre a Década de Tito Lívio*, que vieram substituir, durante três meses, com unânime protesto dos leitores, o folhetim de Perez Escrich

e valeram a demissão ao sobrinho de Barata.

Não satisfeito com essa homenagem, com que associára o Piauihy à glória de Machiavelo, Simão Barata, esquecido dos conselhos e admoestações do médico, deixou-se arrebatado por uma grande crise de excitação mental e erótica, e, ao mesmo tempo que escrevia cartas apaixonadas a uma italiana de olhos chamejantes e clavículas salientes, *medium* prodigiosa do Centro Espirita Redenção, inundava de artigos sôbre a guerra os jornais de Minas, assinando-se com o pseudónimo de «Nicoláo».

A actividade mental de Barata estava empolgada por Machiavelo, com os únicos repousos em que a sua imaginação poética se applicava em redigir cartas incendiárias a Benedetta Campanella. Nos seus artigos, Barata multiplicava os argumentos demonstrativos da incapacidade das nações democráticas para resolver um problema essencialmente guerreiro e autocrático, onde a autoridade soberana representa um factor essencial de vitória. A tese era intrínsecamente falsa, mas Simão Barata defendia-a com tanto mais ardor e successo quanto os factos pareciam dar-lhe razão.

Não tardou a ameaçá-lo a fama de «ger-

manófilo» — represália dos jornalistas a quem êle humilhava a ignorância com a desdenhosa sobranceira de uma vasta cultura literária e científica, provida dos alicerces latinos do seminário e dos altos mirantes de análise das disciplinas da Politécnica, cultura ainda tornada mais agressiva por uma ironia altiva e cáustica.

No íntimo, e sem sacrifício das suas apologias da Fôrça, êle professava pela Alemanha a antipatia orgânica do latino para com falhas estéticas e com as inferioridades — e até com as superioridades — da raça germânica, cuja civilização é mais imitativa e absorvente do que original e criadora, servida por um formidável aparelho de assimilação. Mas, Simão Barata, que é uma inteligência instruída dentro dos severos princípios da ciência biológica, enfurecia-se contra os que procuram convencer as multidões da possibilidade de anular o valor da «Superioridade», quer seja a da Fôrça, quer seja a da Inteligência, que é a fôrça cerebral, quer a da Sabedoria; que é a fôrça da civilização.

Simão Barata sustentava que, perante as leis da Natureza, seria um absurdo e uma iniquidade conceder privilégios à Franqueza.

Na Natureza, a fôrça dominava a debilidade, e se as coisas sociais chegaram ao

ponto do Direito estar escravizado ou ameaçado pela Fôrça, o que havia a fazer era fortalecer o Direito e nunca algemar ou infamar a Fôrça: o princípio vital e insubstituível da lei da evolução, que governa os sêres vivos. Em um artigo insólito, publicado no *Correio de Belo Horizonte*, Barata atingira o excesso tão incompreensível como imprudente de perguntar aos jornalistas se o que entendiam por justo era que os homens robustos fôsem suplantados pelos homens enfermos, que os hospitais se convertessem em secretarias de Estado, e que, à semelhança dos indivíduos, e em holocausto ao pacifismo, as nações esclerosadas pelo tempo e os povos esgotados pelas perdas seculares e copiosas de sangue e fosfatos, detivessem o govêrno do mundo.

Ora, foi no apogeu desta crise combativa, em que se debatia contra a nossa ignorância a super-cultura de Barata, que uma noite, no Centro Espirita Redenção, Benedetta Campanella consentiu em invocar o espírito diabólico do secretário da chancelaria da República de Florença; em invocar Machiavelo. Barata, acorrentado às tentações de Benedetta, não protestou contra o ridículo de fazer comparecer no sertão de Minas, diante de onze mulheres históricas, o autor do tratado político da Renascença, que há quatro

séculos, desde Cromwell a Bismarck, os chefes de nações e os chefes de exércitos, os monarcas, os pontífices e os caudilhos, os estadistas e os chanceleres, meditam e aplicam no jôgo de xadrez onde se movem para o cheque mate, entre a impotência dos peões, as grandes pedras simbólicas: a Realeza, a Igreja, a Nobreza e o Exército.

O espírito de Machiavello, invocado por Benedetta, não se dignou, porém, dizer senão asneiras, e Simão Barata voltou do Centro Espirita ao seu quarto no hotel com grandes dúvidas na honorabilidade de Benedetta e na sobrevivência das almas. Como de costume, Barata, antes de apagar a vela, lera algumas passagens de *O Príncipe*, quando, de repente...

Cedo, nesta altura, a palavra a Simão Barata, procurando fixá-la o mais fielmente possível:

«Não sei explicar como foi, mas eu tinha morrido, depois de uma agonia suavíssima, assistida por tôdas as alegrias inefáveis de deixar atrás de mim, sôbre a terra, a Estupidez e a Maldade humanas. Oh! sobretudo a Estupidez, fonte inexaurível dos mais grosseiros males e que freqüentemente dissimula a cartilagem peluda das movediças orelhas asininas com as máscaras hórridas da indi-

gnação, da paixão, da vingança e da cólera, ou sob os semblantes postiços da moralidade, do patriotismo e da honra. Despedi-me, nessa hora de transe, com alvoroçado júbilo — em que se esgotaram as minhas derradeiras fôrças — da extensa galeria de imbecis e de canalhas que roçára por mim os cotovelos contundentes no reboiço da vida. Era um prazer já divino o que me inebriava perante a expectativa de uma próxima libertação. Finalmente, o que existia em mim de inteligência, nutrida pelo estudo, educada pela experiência, ia escapar à ditadura da ignorância: êsse pavoroso despotismo das democracias, onde as *élites* se deixaram manietar. Não mais me sobressaltaria de horror a poderosa ignorância das multidões, a iniquidade da sua justiça, a ferocidade volúvel das suas cóleras! Não mais me infundiria pavor a ignara demagogia intelectual, que lisonjeia e explora as fôrças destrutivas da plebe. Exalei, jubiloso, o meu último suspiro terreno, e logo, sem transição, sem a mínima percepção do tempo decorrido entre a metamorfose da minha obscura existência terrestre para esta nova existência transcendental, encontrei-me passeando com Nicoláo Machiavelo numa alêa de esguios ciprestes. Aproximadamente, êle tinha o aspecto de que Gustavo Doré reves-

tiu o Dante nas suas ilustrações do *Inferno*. E então, caminhando ao lado de Machiavello, eu o ouvi comentar e explicar os mais confusos problemas políticos: labirintos em cujas sarças se lacera e ensanguenta a humanidade, à procura da saída. Êle dizia, com o tom de voz com que é de uso falar-se a um colegial: — «A multidão não tem a noção do governo. Governar é dirigir, guiar, conduzir. O povo quer dirigir? Está muito bem. Mas a quem quer êle dirigir? Que é que a incultura popular pretende guiar? A inteligência?...»

E depois de um momento de silêncio, proseguindo: «O povo é um admirável instrumento de dissolução. Nada, jámais, se destruiu sem a multidão. Nada, jámais, se construiu com ela.»

Eu escutava-o, silencioso e contente de ver os meus modestos pensamentos perfilhados e expostos pelo grande Machiavello nas mansões elyseas.

Suspendendo com a mão magra a fímbria da túnica, caminhando lentamente à sombra oblíqua dos ciprestes, êle continuava a falar:

— «A missão do estadista complicou-se extraordinariamente nos tempos modernos, porque êle tem de usar de uma dupla linguagem:

a da razão de Estado e a da paixão popular, e procurar dar a ilusão às multidões de que os carros é que conduzem os cavalos... Perante a moral, o govêrno democrático é inferior ao govêrno aristocrático. Washington, que era um moralista, compreendeu isso e criou o sistema de república ditatorial: o sistema presidencialista. Nos regimes que conservam os problemas fundamentais da vida do Estado subordinados a uma vontade centralizadora, pode-se ainda governar sem hipocrisia e na directriz de objectivos definidos. Nos regimes francamente democráticos, os políticos são escravos da oportunidade e o seu talento esgota-se em preparar na imprensa ou contra a imprensa os estados de opinião favoráveis aos interêsses da nacionalidade, e quantas vezes ininteligíveis para o povo! Os estadistas contemporâneos teriam parecido muito maiores se não fôsem obrigados freqüentemente pelos povos a falar antes do tempo. Tremenda provação para o estadista, ter de procurar nas correntes de opinião as guiadoras das suas palavras! Embaraçosa perplexidade em que êle se vê obrigado a afirmar, muitas vezes, aquilo que depende mais de ignotas circunstâncias fortuitas que do esforço de milhões de vontades humanas! Tem sido a necessidade de alimen-

tar a avidez exigente das multidões, atirando-lhes, de vez em quando, esperanças ou ilusões para devorar, que em grande parte determina os vagares sinistros desta guerra... É impossível falar às multidões para as contrariar. Os sermões já não são na montanha mas na planície. O estadista das democracias é sempre o escravo das multidões. Pode não fazer o que elas reclamam. Mas tem que dizer-lhes sempre o que elas querem. Assim se origina a hipocrisia retórica da Democracia, em luta contra o rígido impudor da Autocracia. Em última análise, a diferença entre os dois sistemas políticos reside em que a Aristocracia alcança os seus fins sem precisar de justificá-los perante o povo, preparado e educado para acreditar e confiar nela; e a Democracia só atinge os mesmos fins depois de um longo esforço despendido em convencer o povo, pois que ela é, por excelência, o regime da desconfiança.»

Simão Barata repetia-me estas banais reflexões, tão mescladas de erros, convencido de que as ouvira ao próprio Machiavello, e à minha tímida observação de que qualquer estudante de ciência jurídica se exprimira melhor sobre o direito político, Simão Barata replicou-me que reservava para um livro sensacional e de matéria inédita a parte su-

blime da dissertação que ouvira a Machivelo, na entrevista dos Campos Elyscos.

Eu, porém, suponho não ter sido com Machiavelo que Simão Barata passou a noite, mas com Benedetta Campanella, e que o ocultismo transtornou as suas brilhantes faculdades intelectuais.

Tirania da imprensa

Um telegrama de Londres transmite-nos os ecos da discussão travada na Câmara dos Comuns sôbre o papel representado pela imprensa na retirada do almirante Jellicoe do comando geral da esquadra britânica. O debate atingiu a culminância com o discurso acerbo de sir Edward Carson, que caíu a fundo sôbre os jornais, increpando-os de atacarem sistematicamente os mais altos funcionários do Estado, sem conhecerem as dificuldades espantosas com que deparam êsses patriotas abnegados e êsses profissionais competentes, e de haverem causado à Inglaterra danos gravíssimos com as críticas sectárias, as polémicas apaixonadas e as suas antipatias gratuitas.

Invocando o testemunho da própria experiência, sir Edward Carson trouxe-a ao debate, ministrando a prova dos malefícios apontados na sua denúncia.

— «Eu mesmo, durante o tempo em que fui primeiro lord do almirantado, tive de lu-

tar contra dificuldades e perseguições de todo o género, que via desencadeadas contra altos funcionários que não podiam responder por decôro official, aos perseguidores e caluniadores, tendo de resistir à grande pressão com que se intentava obrigar-me a demittir vários dêsses funcionários, inclusive o almirante Jellicoe! É preciso fazer compreender à nação que êsses ataques desordenados e injustificados da imprensa só concorrem para debilitar a administração do país. Reputo impossível que qualquer homem, embora com o valor do almirante Jellicoe, possa bem cumprir o seu dever vivendo assim constantemente atacado por um ou outro lamentável jornaleco (*sic*). Um govêrno digno deve tomar para o futuro as mais enérgicas providências para impedir que se mantenham hábitos tão inconvenientes e impatrióticos, de onde resultaram os mais graves prejuízos sociais, como o da demissão do almirante Jellicoe, e que deve reputar-se uma calamidade nacional!»

Esta é a mais severa acusação articulada contra a instituição da imprensa nos tempos modernos. Não é que, tantas outras vezes estadistas e pensadores não hajam arrastado ao pretório da Opinião Pública, como ré de crimes nefandos, a relapsa Imprensa. Um re-

sumo de quanto sôbre a imprensa teem proferido os grandes homens, desde Voltaire, que adivinhou, até Balzac, que a escalpelou, daria um libelo formidável, contra cuja argumentação inexorável a mais hábil defesa teria, freqüentemente, de titubear. Mas é a primeira vez que um estadista, no recinto dos Comuns, denuncia a imprensa inglesa, que foi sempre um dos títulos de orgulho da liberdade britânica, e apela com veemência para as esferas governamentais, esperando da autoridade e da dignidade do govêrno «as mais enérgicas providências para impedir que se mantenham hábitos tão inconvenientes e inveterados».

É preciso conhecer o jornal inglês e o povo inglês, seu leitor; o culto de respeito que existe na Inglaterra pelo mérito e pela posição; o hábito generalizado da polidez (e que tornaria ilegível e inadapável na Inglaterra um jornal no género de tantos que exploram a injúria, a difamação, a mentira e a calúnia e que exercem em grande escala a indústria da intimidação pelo escândalo), para se atingir o alcance do libelo de sir Edward Carson.

Na saneada atmosfera moral da Inglaterra não pode subsistir um jornal a que falte a compostura ou que impudicamente exerça a

indústria aviltante da *chantage*. Ou lhe aconteceria o que sucedeu ao *John Bull*, que capitulou perante a enormidade das multas a que os incorruptíveis magistrados o haviam condenado, a requerimento das vítimas, como indemnizações dos prejuízos morais causados a cidadãos britânicos, ou se extinguiria de inanição à minguia de leitores.

Pondo de parte essa imprensa teratológica, inexistente na Inglaterra, seria da mais palpitante actualidade analisar os aspectos gerais do grande problema jurídico, filosófico e social, que sir Edward Carson ofereceu às meditações dos estadistas e às discussões dos profissionais do jornalismo.

É conhecida a opinião antecipada de Voltaire sôbre a imprensa. Saturado de orgulho académico e tendo ficado sempre, no fundo, um reaccionário aristocrático sob um invólucro de iconolasta, êle considerava-a um dos futuros perigos maiores da sociedade humana: perigo para a realeza da intelligência, para o prestígio da moral e para a supremacia da autoridade. Todos os enciclopedistas, que prepararam a revolução francesa, nutriam uma desconfiança instintiva pelos jornalistas, que nesse tempo ensaiavam o curso elemental da profissão, apenas saída do limbo, e que havia de tornar-se um potentado mun-

dial, perante o qual tantas vezes teem tremido as testas coroadas.

Os enciclopedistas eram demasiado ilustrados para aceitarem que a intelligência e a audácia pudessem sobrepor-se à sciência e à experiência. Não admitiam a improvisação do jornalista, exactamente como Napoleão — usufrutuário das conquistas da Revolução, — que se negava a admitir que um *quidam*, ignorante dos negócios, das conveniências e dos segredos invioláveis do Estado, se arrogasse a impertinência de dar lições aos estadistas encanecidos no trabalho da nação e de criticar os ministros, com a mesma petulância arrogante com que censuravam a estratégia dos generais consumados e duvidavam da exactidão dos cálculos dos mathematicos... Certo, Napoleão olhava as coisas de alto, como um déspota insofrido, como o grande Voltaire as encarava com o sectarismo aristocrático de um *pique-assiete* de Potsdam, mas ninguém de bom senso pode deixar de sentir o perigo da inexperiência ou da paixão, sentadas à mesa de redacção de um jornal a resolver com a pena (símbolo da Opinião Pública!) os destinos do mundo, ou de encarar sem indignação um malfeitor, fantasiado de patriota, explorando a credulidade popular do alto de um jornal, com a voz de

estentor e os esgares de um charlatão. Evidentemente, a imprensa tem os seus gigantes, mas em certos países os gigantes são manietados pelos pigmeus. Grandes homens teem saído das salas de redacção dos jornais para os parlamentos e os ministérios. Muitos estadistas, como Thiers, fizeram, em todos os países do mundo, o seu aprendizado político na imprensa. Mas, na generalidade, êsses grandes homens são transeuntes no jornalismo, e a imprensa pertence mais aos homens de intuição que aos homens de preparação. É conhecida a *blague* grosseira e sarcástica de Bismarck, que mandou, um dia, perguntar a um jornalista de Berlim se era o seu jornal ou o chanceler do império quem governava, porque, se fôsse o jornal, ia conspirar contra o govêrno da imprensa, mas se era êle, então mandaria calar o jornal.

E innegável que a consciência da sua fôrça tem desvairado freqüentemente o jornalista, e o abuso dessa fôrça social acumulou contra a imprensa suspeições que ameaçam diminuir-lhe, perante certas classes, o prestígio; mas tôdas as profissões estão expostas a essas contingências. A Igreja tem tido maus sacerdotes, como o Estado tem tido maus servidores, como a imprensa tem tido indignos jornalistas. Agora mesmo, em França, que é,

por excelência, o país dos jornalistas-estadistas, desde Thiers e Gambetta a Briand, Viviani e Clemenceau, a imprensa, glorificada desde o seu advento pelos nomes de Prudhomme, de Condorcet, de Rivarol, de Louis Blanc, de Lamennais, de Emile de Girardin, de Lamartine, de Vítor Hugo, tem sido acusada de não se haver mantido no puro resplendor da sua missão, de não haver sabido reflectir immaculadamente a alma da França, embora alguns jornalistas se empenhem em resgatar com a clarividência de um talento admirável e a probidade de um carácter impoluto os erros mentais e morais da comunidade jornalística.

*

* *

A campanha parlamentar contra a imprensa inglesa não ficou limitada nos commons de Westminster à interpelação do antigo lord do Almirantado, sir Edward Carson. A nomeação de lord Northcliffe e dos jornalistas Rothermen e Beaverbrook para a missão oficial de propaganda mundial dos aliados serviu de tema a novas e acrimoniosas censuras, que levaram Lloyd George à tribuna para replicar a essas críticas.

O primeiro ministro teria dito textualmente: «Em todos os grandes países da *Entente* os jornalistas e os proprietários de jornais exercem cargos públicos e não me consta que a sua profissão os desqualifique para exercer funções ministeriais neste país. Aliás, obedecendo às boas normas, os directores de emprêsas jornalísticas Rothermen e Beaverbrook, logo que receberam a nomeação do govêrno, abandonaram a direcção de seus jornais.»

Esta alteração parlamentar sôbre a acção dos jornais ingleses na presente guerra coincidiu com as revelações do relatório do ex-embaixador da Inglaterra em Petrogrado, em que se provava com documentos incontraditáveis que o czar — ao envés do que tôda a imprensa asseverára — fôra sempre, até à última hora em que para êle principiára a trágica expiação, o mais lial dos aliados da França e da Inglaterra: declarações públicamente corroboradas, em uma tardia reparação, pelo ministro dos negócios estrangeiros de França.

Todos estamos lembrados da veemente campanha de difamação ateadá pela imprensa anglo-francesa contra o Luís XVI russo, apontando-o à execração universal como um traidor, subjogado pela espôsa

alemã. A influência que essa campanha jornalística, actuando sôbre a opinião pública (que domina ou amortece as iniciativas dos governos do sistema liberal representativo), teve na attitude da Inglaterra e da França para com a revolução russa, foi a mais prejudicial para a causa dos aliados. As homenagens, que poderiam chamar-se «póstumas» (considerando o czar como um morto político), dos governos da França e da Grã-Bretanha à lialdade do exilado da Sibéria, vieram desmascarar perante a opinião das classes cultas os perigos alarmantes da imprensa demagógica e a influência, por vezes desastrosa, com que ela intervem nos destinos das nações e do mundo. Agora mesmo, adstrita à visão parcialíssima do problema da guerra, incapaz de se elevar à altura das generalizações, uma parte da imprensa aliada está preparando à intervenção japonesa nos destinos da Europa um ambiente de opinião imperativa, porventura geradora de novas e futuras catástrofes; e ninguêem desconhece o papel representado pelos jornais nos preparativos e no programa da desastrosa campanha militar da Rumania, executada com objectivos políticos, com imprudentíssimo olvido dos primaciais objectivos militares que deviam norteá-la e de que a desviou

a quimera popular alimentada pela retórica jornalística dos *bourreurs de cranes*.

De qualquer modo por que se encare o debate travado nos Comuns, seria iníquo concluir que a imprensa é um poder pernicioso e que, no decurso da guerra europeia, ela não tenha sido, em todos os países, não obstante os erros de que se haja tornado culpada, um sustentáculo formidável das nações e uma colaboradora proeminentíssima dos governos. As divergências e discussões não podem desencadear-se em volta dêste truismo, mas sim sôbre o problema, suscitado pelas interpelações do Parlamento inglês, e que se cifra em averiguar até que ponto haverá possibilidade de acautelar os benefícios patentes da imprensa, impedindo que o seu poder formidável (provindo do consenso da lei e da colectividade) se coloque ao serviço do êrro, se desvaire no sectarismo e se corrompa na venalidade, quando manejado por jornalistas de uma moral suspeita, que degradam a imprensa, lhe minam o prestígio e a infamam em campanhas de ódio e de retaliações, convertendo-a em uma indústria criminosa e desprezível.

O velho Gladstone, considerando com a sua longa experiênciã que a imprensa é a mais independente das fôrças sociais, a mais

imperiosa, e a única que exerce uma tirania, no bem como no mal, livre de peias e superior ao conceito moral e jurídico da responsabilidade, entretinha-se, nos últimos anos da vida, a discorrer na intimidade sôbre o que o patriarca do liberalismo já chamava «o problema da imprensa». Gladstone entrevia a necessidade de se criar uma imprensa modelo, oficial, em concorrência com a imprensa profissional (que continuaria a deter o privilégio da liberdade analítica) e que fôsse um prolongamento da escola para instrução e educação do povo. Mantida e fiscalizada pelo Estado, com um regime de independência doutrinária idêntico ao das universidades, a sua direcção seria confiada, com poderes autónomos, a homens austeros, de uma moral superior a tôdas as suspeitas e colaborada pelos luminares da intelectualidade em todos os ramos das artes e das sciências. O programa dessa imprensa subordinar-se ia a um critério inflexível de educação e aperfeiçoamento moral dos leitores. Seria o jornalismo exercido como um sacerdócio, infenso ao escândalo, às paixões e às polémicas, inacessível à especulação, e através do qual o Estado continuaria a sua missão educadora, criando uma opinião pública orientada pela *élite* moral e mental da nação.

Utopia de um sociólogo visionário? Ou assistiremos ainda, nos nossos dias, à implantação, entre os povos que deteem o sceptro das iniciativas utilitárias, dessa imprensa ideal imaginada por Gladstone, que visaria a contrabalançar os malefícios da livre expansão do *mau* pensamento e onde ficaria interdita a espécie vil de escritos a que se referia Voltaire: *ou on dit des injures á son prochain pour gagner de l'argent...*?

Profanadores da imprensa

O artigo em que comentei, «currente calamo», sem pretensões a entrar no âmago jurídico do problema, o debate travado nos Comuns, de Inglaterra, sôbre os malefícios da imprensa, valeu-me algumas cartas de suspeito aplauso da parte de leitores que leram nas entrelinhas dêsse artigo um «veemente libelo contra o jornalismo». Repudio êsses aplausos immerecidos, porque, além de outros variados motivos, eu pertenço ao partido dos que reconhecem como uma conquista irrevogável da liberdade a instituição da imprensa. Esta opinião, que pode considerar-se universal—o que diminue consideravelmente o meu mérito em adoptá-la—não obsta a que reconheça também, com a incurável melancolia da experiência, as podridões que infestam muitas células do formidável organismo jornalístico. Todavia, só sob a acção perturbadora de um excesso de demência me seria permitido julgar a imprensa pelos desatinos e crimes dos que a degradam. Mesmo

curvada ao pêso dêsses delitos, a imprensa apresenta-se ao mundo como o mais poderoso e salutar factor de equilíbrio no jôgo das duas grandes fôrças sociais: o govêrno (em tôda a complexidade dos aspectos e funções de que se reveste o exercício da autoridade) e os governados.

Tenho, algumas vezes, enfrentado com serêno e altivo desprêzo jornais erguidos contra mim como serpes irritadas. Não há muitos meses, um jornal, apossado de uma fúria de basilisco, arrastou o meu nome na lama em que é impresso, durante dias, até aplacar-se-lhe o acesso epiléptico da raiva. Seria grave sintoma de alienação mental que eu culpasse a imprensa pelos delírios e pelos furores deploráveis dêsses jornalistas ignóbeis. O meu caso pessoal não tem importância alguma, mas se fôsse possível convocar tôdas as vítimas da imprensa, os caluniados, os injuriados, os infamados, os arruinados e os pervertidos por ela, que clamoroso côro de vindicta, de vociferações, de soluços e de lágrimas ouviríamos! A instituição da imprensa resiste, porêm, inabalável, a êsse libelo formidável, como a Igreja resistiu à devassidão do clero e às atrocidades da Inquisição.

Não é a instituição que é má, mas os seus

ministros que se mostram, freqüentemente, execráveis: principalmente nas sociedades que se encontram ainda em período das improvisações ou da indisciplina social.

Um dos perigos a que os profissionais incompetentes tem exposto a imprensa é o de considerá-la como capaz de actuar com êxito fora da esfera, aliás amplíssima, que lhe está na mecânica social naturalmente distribuída. A sua missão é, sobretudo, de vulgarização, propaganda, revelação e análise. O seu poder criador é quasi nulo. Seria imprudente asseverar que ela tenha concorrido para melhorar os costumes sob o ponto de vista da moral, mas indubitavelmente tem contribuído para a vitória de grandes causas. «Nada se faz sem a imprensa!» — escrevia, há pouco tempo, um jornalista improvisado. Porém, é o contrário. Tudo o que existe de grande aglomerado na civilização humana foi produzido no silêncio dos laboratórios, nos gabinetes de estudo e na penumbra dos *ateliers*.

O jornalista, criado pela Revolução Francesa, passou a ocupar em presença da *élite* intelectual o lugar que a burguesia ocupava perante a aristocracia.

O burguês supôs que aniquilava a nobreza decepando a cabeça a alguns milhares de aristocratas, assim como o jornalista imagina

ter suplantado as *élites* do talento e da ciência porque se tornou o grande industrial da popularidade. Presunção desvairadora! Como se a conspiração de silêncio da imprensa universal pudesse eclipsar a glória de César ou de Alexandre, alterar ou empalidecer a beleza das obras-primas das letras e das artes, ofuscar a fama dos filósofos que criaram os grandes sistemas interpretativos do universo, e dos homens de génio que conduziram a humanidade pela mão na passagem dos grandes abismos do desconhecido, sôbre cujas alturas vertiginosas lançaram, como sobrenaturais viaductos, as descobertas da cosmogonia, da mecânica, da microbiologia e da química. . .

Entretanto, êste arrogante ponto de vista de certos jornalistas não constitue o que se convencionou chamar o perigo da imprensa, porque as pretensões dos insensatos não farão parar o sol. Os adversários irreductíveis da imprensa, que reclamam contra ela leis rigorosas e repressivas, accusam-na de peores malefícios, e em verdade eu nada conheço de mais exorbitante e pueril do que a dialéctica dêsses detractores da imprensa. Êles argumentam, mais ou menos, neste estilo falacioso.

— « A imprensa faz a polícia do govêrno e da política, a polícia dos costumes, a polícia

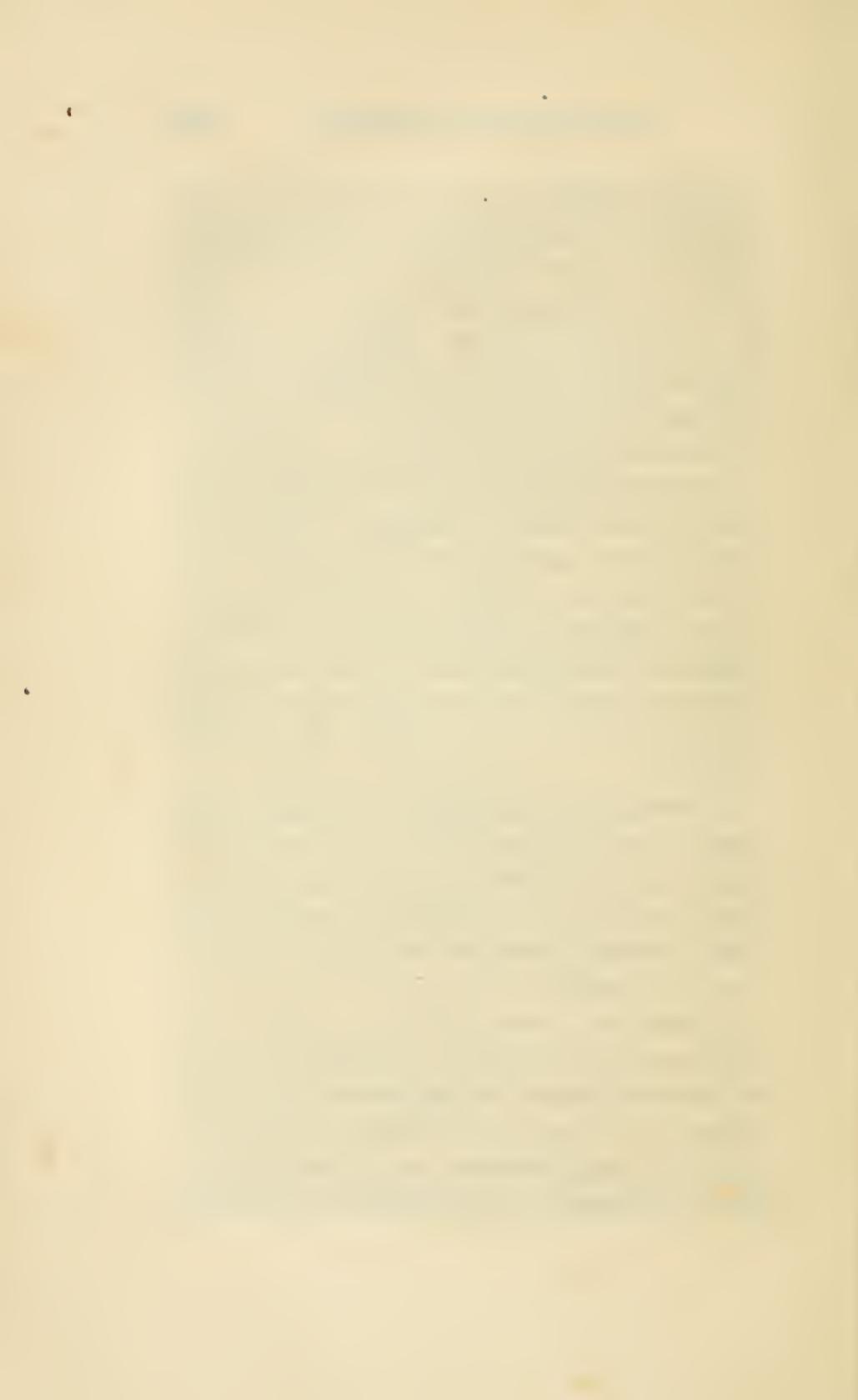
da vida pública e privada do cidadão e até a polícia... da polícia. Está muito bem. Mas quem faz a polícia da imprensa? O jornalista nunca se preocupou em indagar de onde lhe proveem os poderes descricionários e quem o investiu nas suas funções. Por ventura a sociedade instituiu o jornalista seu procurador? Onde está o título dessa procuração? Por acaso existe na organização social e política a função destinada ao jornalista, de censor e juiz da causa pública? Esse fiscal é um funcionário da nação ou é um delegado do povo? Quem o nomeou? Que títulos e garantias apresentou da sua idoneidade moral e da sua capacidade intelectual? Tem, ao menos, «fôlha corrida»? Como prova êle possuir a confiança de seus concidadãos? Em última análise, exerce êle uma indústria ou um apostolado? Pretende ganhar a vida ou reformar os costumes? É um missionário ou um industrial? Quando exorta, acusa, impreca ou injuria na majestática primeira pessoa do plural, em nome de quem o faz? Qual é a sua lei quando julga e condena? Qual é a posição dêsse juiz, que julga os juizes, na escala hierárquica da magistratura? O jornalista pode lesar os interêsses da nação, subverter a ordem, estimular a indisciplina, corromper os

costumes, desprestigiar o princípio da autoridade, com a impunidade de um ente privilegiado que representa a Opinião Pública. Perigosíssima ficção! O chefe do Estado, os ministros, os parlamentares, os funcionários públicos estão todos na dependência da inconstância do poder e da impopularidade. O jornalista, que não é um delegado da vontade popular—mas quando muito um consentido pela vontade popular—está superior às contingências e variações do poder. O jurista, o médico, o engenheiro, o sacerdote são submetidos a cursos longos e laboriosos e tem de assimilar extensos conhecimentos para o exercício dos respectivos cargos e profissões. Porém, o jornalista, que julgará da competência de todos êles, não precisa de nenhum atestado de cultura. O seu diploma é a taboleta do seu jornal. Tem-se visto directores de emprêsas jornalísticas, quási analfabetos, exercerem a sua lucrativa profissão auxiliados por jornalistas assalariados: verdadeiros escravos mentais da ignorância. Há sempre uma eleição, um concurso, uma nomeação no início de tôda e qualquer carreira pública. Porém, quem elege ou nomeia o jornalista? Invoca-se a liberdade de indústria para o mister jornalístico? Mas há indústrias muito menos perigosas e são

fiscalizadas pelo govêrno. Exemplo: a dos explosivos. A liberdade de comércio? Há ramos de comércio similares que estão sob o *controle* da autoridade. Exemplo: a venda das substâncias tóxicas, desde o cianureto de potassa à estriçnina. O formidável absurdo jurídico-social que é o jornalista procura e encontra a sua justificação na... liberdade. A democracia deu à luz êsse privilegiado, por excelência. O maior tirano dos tempos modernos, aquele que exerce com mais arcaico despotismo o seu poder sem limites, aquele sob cujo poder ilegítimos estão o Estado, a magistratura, a família, o sossêgo das consciências e honra dos lares, diz-se o protegido da liberdade, o representante da Opinião Pública!»

É assim, mais ou menos, que argumenta, com exaltação e duplicidade, o adversário da imprensa. Casuística vã! Porque, de facto, a imprensa só é um poder real quando é honesta, quando conserva em tôda a plenitude a sua dignidade.

O poder da baixa imprensa é apenas illusório, e nunca, perante a posteridade, pesou na balança em que se avaliam as acções e as obras dos homens, o vocabulário, mixto de lama, bÍlis e excremento, com que as julgaram os profissionais da difamação e da calúnia.



Opiniões de Simão Barata

Foi à saída de um dos cinemas da Avenida, que exhibia com o título esperto e pomposo de *Thermidor* uma adaptação cinematográfica do romance de Dickens, *A tale of two cities*, que encontrei o meu erudito amigo Simão Barata, de quem já tive ocasião de contar aos leitores uma anedota espirita em que foi protagonista o diplomata florentino Nicoláo Machiavelo, tão admirado dos reis e dos príncipes depois de morto.

O exímio tradutor dos *Ensaíos*, de Macaulay, tinha o semblante fatigado das vigílias em que os cultos immoderados de Baccho e de Vénus devem andar misturados — digo-o com sincera pena — às leituras predilectas dos seus poetas latinos e dos seus filósofos germânicos. Simão Barata deixou crescer o cabelo e há muito que se esqueceu de prestar ao seu fraque preto o serviço benemérito da escôva. Mas, embora de feições abatidas, a sua fisionomia conserva o irradiamento de intelligência e o sorriso sarcástico a que êle chama a

sua «máscara de Sileno», apropriando-se da comparação com que Alcibíades descrevia a expressão irônica de Sócrates, que foi, antes de Aristófanes, o primeiro humorista conhecido dos homens.

Segui-o a um pequeno café da estrepitosa rua do Hospício, e com a reverência que sempre tributei à ilustração tão sólida de Simão Barata, ouvi o desabafo do seu eterno descontentamento.

— Uma vergonha! Você não se sente, como eu, como nós todos, vexado?

Sem guardar uma resposta — que aliás me seria difícil, pois de nenhum modo me sentia vexado — de sobreólho franzido, e depois de atirar fora o cigarro, que era um estôrvo à eloquência da sua ironia, Simão Barata prosseguiu:

— Devia haver uma polícia encarregada de impedir os atentados contra o bom senso e contra a inteligência. Eu reputo a irracionalidade muito mais perniciosa do que a imoralidade. Não há arrogância mais insolente do que a da ignorância quando se presume de sábia. Ora, a condição natural, tratável e simpática da ignorância é a humildade, porque pela humildade ela se iguala à modéstia do talento e da sapiência...

Permaneci imperturbável, sem decifrar a

causa de indignação de Barata, cuja ira lhe encrespava o lábio num sorriso sardónico, mais próprio para enfrentar um desdém feminino do que um êrro humano. Êle compreendeu, com a prontidão e a agudeza da sua perspicácia, que eu estava a milhares de quilómetros de distância do objecto da sua cólera.

— Não concorda você que é uma afronta a uma cidade de um milhão de habitantes, capital de uma grande nação, onde há academias, instituições científicas e literárias, faculdades, escolas, bibliotecas, teatros, livrarias, oferecer-lhe com o rótulo mercantil de *Thermidor* uma interpretação, aliás medíocre, de um romance de Charles Dickens, que já era conhecido de nossos avós, e onde nem sequer se vislumbra o Nove de Thermidor? Você não acha que deveria ser preso e flagelado o tradutor?

Considerando que nem Charles Dickens, nem a História de França, nem eu — nem mesmo Barata — tínhamos perdido qualquer coisa com a troca de um rótulo de *film*, declarei ao meu cáustico amigo que não considerava o tradutor digno do cárcere e da flagelação, sobretudo numa época como a nossa, em que tanto se tem explorado na política, no jornalismo, no comércio e no amor, a eficácia da mentira.

— É porque você erigiu a insensibilidade, perante o desvario, em método de vida. Eu entendo que substituir, mesmo num «film», o título de um romance do narrador das aventuras de Copperfield pelo título de um melodrama de Sardou, é um atentado da ignorância, que justifica a irritação de um homem sensato.

— É possível, mas a irritação é a suprema insensatez, mesmo nos antigos tiranos. Eu presumo que os homens sensatos, se ainda é que existem, reconhecerão ao empresário do cinema o direito de alterar o rótulo da mercadoria quando isso aproveita ao seu interesse. *A história de duas cidades*, por Charles Dickens... O que vem a ser isso num cartaz, num anúncio de jornal, no ano de 1918, na cidade do Rio de Janeiro? Você acredita que o espectador se deixaria atrair por um título tão pouco fascinante e pelo nome de um escritor, embora admirável, que só Machado de Assis teve a paciência e o bom gosto de ler desde os dezoito anos até as vésperas da morte? Emquanto que o *Termidor* é uma palavra onde há o grito e o sussurro das multidões, uma palavra hipnótica e que acorda reminiscências dentro dos espíritos menos cultos, sôbre os quais as tragédias, quer as da História, quer as

da Rua, exercem uma fascinação magnética. . .

Barata suprou nos meus argumentos como num frágil castelo de cartas.

— Chamassem-lhe, então, *Terror*, e teriam conciliado a veracidade com o lucro. Mas por que *Thermidor*? O Thermidor é a reacção contra o Terror, é a pena de Talião aplicada ao Terror, é a náusea do Terror, a indigestão do Terror, como nós tivemos a indigestão da metrópole, a indigestão de Napoleão do Ypiranga, a indigestão da escravatura, a indigestão do imperador—que tôda a vida se dedicou a demonstrar quanto era incongruente na América um *imperator*. . . — e a indigestão da «neutralidade modelar». E se o rótulo era falso, a mercadoria também não valia o verdadeiro. Porque se metem os americanos a interpretar história europeia? Falta-nos, quasi invariavelmente, o senso histórico, a lucidez da visão retrospectiva. A Europa chama à América sua filha. Não há dúvida que o é. Foi a Europa que a criou ao seu peito, que a alimentou com a sua civilização e a sua cultura—e com que voracidade nós sugámos e continuamos sugando o peito da Europa maternal! Mas à filha interessa medíocemente a infância remota da mãe. Que importa à América conhecer os pormenores

da luta formidável do homem branco com os arcanos da natureza para lhe arrancar a civilização? A América nasceu, historicamente, quando essa civilização já estava constituída. Roma e a Grécia ficavam já muitos séculos para trás. Não temos tempo para perder a estudar e a compreender o que se passou. Como a América, o americano é um improvisto. Para nós, o futuro é quasi o nosso presente. O europeu atingiu, arfando e gotejando sangue, as altitudes da civilização moderna, mas nós, americanos, é dessas altitudes que desferimos o vôo. Para a Europa, a idade contemporânea é um ponto de chegada; para a América é um ponto de partida. Nós nos condensamos no momento presente e nos projectamos para o momento que vem; o europeu tem de voltar, freqüentemente, para o passado os seus olhares de saudade e de orgulho. E é por isso tudo, porque nós somos a infância do mundo, que não sabemos compreender, com raras excepções, a sua velhice. A nossa fôrça secreta consiste em que reside em nós a esperança no futuro. Inversamente com o que succede ao europeu, só somos scépticos para com o que foi, e não para o que é e o que há de ser. Temos a iconoclastia da adolescência. Às vezes, parecemos ingratos. É que também ambicionamos

uma História e a estamos preparando. Emquanto a não temos, fica-nos bem êste simulado desdêm pela História alheia. Absorvidos na nossa tarefa de construtores de um mundo novo, não podemos perder tempo a scismar sôbre o mundo antigo. Mas, por isso também, raras vezes deixamos de profanar com a nossa incompreensão os assuntos históricos que nos permitimos analisar ou reconstituir pela imaginação. O Terror francês, visto através dêste *film* da Fox, é uma caricatura macabra. O bom senso americano não vê na Revolução Francesa senão os ridículos e as torpezas do seu delírio sanguinário. O quadro do Tribunal Revolucionário é uma saturnal clownesca de ébrios. Por pouco, Fox não distribuíu a Charlie Chaplin o desempenho da sinistra figura do Collot-d'Herbois! É a tragédia interpretada como farça. Mark Twain não faria melhor. Com a mesma miopia histórica, o *metteur en scène* da Fox não compreendeu que erigir a guilhotina num cenário de aldeia, cercada de modestas habitações burguesas, é torná-la inexplicável. A *veuve* triunfava porque era um altar ensanguentado erguido numa praça monumental em frente dos palácios do Garde-Meuble e à vista do Louvre, mansão histórica dos monarcas. A Guilhotina exige, para ser compreendida, êsse

alicerce histórico de uma praça histórica, de onde foi apeada a estátua eqüestre de Luís XV, a cujo sóculo a plebe monstruosa trepava para gozar o espectáculo feroz, para assistir à decapitação das fidalgas, dos realistas, dos girondinos e, por último, dos jacobinos. Interpretar História por aqueles processos é profanar a História. Que melhor documento quer você da nossa incapacidade americana para compreender e sentir o passado europeu? Uma das mais poderosas empresas cinematográficas dos Estados Unidos, que diariamente produz interpretações magistrais da vida moderna, e a-pesar-de dispor de todos os recursos da cultura e da civilização, tendo para guiá-la os milhares de volumes escritos sobre a Revolução Francesa, podendo visioná-la grandiosamente através das páginas formidáveis de Carlyle, sem sair da sua língua e da sua raça, reconstitue o romance de Dickens com uma tão absoluta ausência de sentimento histórico, que deixaria um europeu em dúvidas sobre a inteligência americana. Mas não se trata aqui de inteligência. O americano aplicou em grande escala o *humour* à História e só encontrou explicação adequada e compreensível para a insânia dos jacobinos e dos guilhotinadores considerando o Terror uma pantomina trá-

gica e burlesca, representada por histriões atacados de *delirium-tremens*. Encarada assim com êste desprêzo pela verdade, a reconstituição de *A tale of two cities* é ainda o depoimento da individualidade original do povo americano, convertendo uma página de História numa lição popular de moral política.

Considerarei, nesta altura, que o discurso de Barata tinha durado demasiado e deixei-o, diante de um segundo café, que acabaria de excitar a sua indignação pelo vexame de se ter exibido no Rio, com o título de *Thermidor, História de duas cidades*, de Charles Dickens — coisa que ao leitor deve ser, quanto para mim, profundamente indiferente.

História maravilhosa de cinco cartas de amor

A história destas cinco cartas é, realmente, uma história maravilhosa, como as histórias do Oriente, onde as maravilhas, á fôrça de excessivas, se convertem em uma espécie de realidade subjectiva.

Estas cinco cartas, que gradualmente sobem tôda a escala da dor, ascendendo desde o gemido à apóstrofe, desde a surdina do beijo à tempestade do desespero, aparecem no século de Bossuet e de Racine, depois das seis mil páginas da casuística amorosa da *Astréa*, impressionam a côrte pomposa de Luís XIV, fazem chorar as contemporâneas de Ninon de Lenclos, vulgarizam-se em cópias innumeráveis, estão em todos os *boudoirs* e em todos os bolsos de sêda perfumados de almíscar, são traduzidas em tôdas as línguas, discutidas por Jean Jacques Rousseau, beijadas por Goethe, citadas, desde há dois séculos e meio, por todos os historiógrafos do amor.

Pois não é, de facto, uma história maravilhosa, a destas cinco cartas despidas de quaisquer ornamentos literários, escritas na cela sombria de um convento pobre de franciscanas e que entram na luz perene da imortalidade? destas cinco cartas que os poetas, os pensadores e os filósofos estão de acôrdo em considerar um dos monumentos do amor? destas cinco cartas, cuja inexcedível beleza sentimental nenhuns labores de arte podem igualar?

Quando se pensa que estas cartas — convulsões de um coração de mulher atraídoada — foram há duzentos e cincoenta anos reveladas em França, nesse Paris do Rei do Sol, centro de convergência e da irradiação das artes e da literatura europeia, e que na sua singeleza, sem atavios literários que as recomendassem às atenções de Versailles, da Academia e dos salões onde se decretava e promulgava a moda e o sucesso, se tornaram o assunto de tôdas as conversas, subjugaram os corações, se universalizaram e se imortalizaram, é preciso admitir a intervenção do maravilhoso.

Não devemos perder de vista que o seu aparecimento coincide com uma época em que as pompas literárias do classissismo estão no apogeu, com Corneille, Racine, Féne-

lon, Bossuet, Boileau e La Fontaine, e que nunca, antes ou depois desta, houve uma sociedade mais sumptuosamente formalista, mais inflexívelmente preconceituosa e mais artificial. Estas cartas são atiradas à publicidade ignorando tôda a gente quem as escrevera. São anónimas. Não teem a recomendá-las o prestígio histórico ou literário de um grande nome. Para que a França as conheça e as transmita ao mundo é necessário que um amigo de Racine e de Boileau secretamente (como quem comete um delicto) as traduza. Assina-as uma simples inicial: um *M*. A história comovente de que elas são o documento imortal só os investigadores eruditos conseguem reconstituí-la e recompô-la quando dois séculos passaram sôbre o drama de amor que as inspirou, quando elas já de há muito alcançaram a celebridade, quando já nenhuma influênciã essa história pode ter sôbre a sua glória!

As cartas de Heloisa a Abeillard tinham a abrir-lhes o caminho da immortalidade a tragédia amorosa em que foram protagonistas a futura abadessa do Paraclete e o maior escolasta do século XII, o antagonista dos Papas, adversário de S. Bernardo na eloquência. Dispunham do duplo prestígio literário e histórico de uma tradição formidável. Heloisa

passava por ser a mais erudita mulher do seu tempo. No cume ardente das paixões humanas, como num trono de chamas, Heloisa aparece-nos com a majestade de uma figura histórica. É uma sábia. Intelectualmente, a primeira mulher do seu século.

Mas quem era, perante a França pretenciosa, requintada, hiper-literária do século XVII, a França das pавanas, das reverências, dos sombreros de plumas, empertigada de arrogância e iluminada de génio, essa pobre, ingénua, obscura, dorida criatura humana, que só mais tarde se soube ser uma freira franciscana de Beja? Ninguém! As suas cinco cartas não passavam dos gemidos de um martírio de amor, sofrido ninguém sabia ao certo onde, por uma vaga, imprecisa, quasi immaterial mulher, de que todos ignoravam a condição e o nome. E só porque nessas cartas gemia, sem constrangimento, um coração inflamado de verdadeiro amor, elas perduram, elas atravessam os séculos, como os poemas de Vergílio e de Milton, como as tragédias de Shakespeare e de Corneille, e agitam as almas e despertam as lágrimas!

O que foi que assim as tornou notabilíssimas? Elas não são, como as de Heloisa, um monumento literário, embora a literatura portuguesa as incorporasse no seu património

como a mais bela manifestação escrita do sentimento que produziu em Portugal o século XVII. A mulher que as escreveu não é, como Bernarda Ferreira ou Violante da Cruz, uma cultura das letras. É uma pobre freira que nem mesmo chegou no seu mosteiro alentejano à dignidade de abadessa. O seu amor não é um amor excepcional entre os amores. Não o envolve o cenário romanesco e dramático de uma catástrofe, como ao idílio de Romeu e Julieta, como à tragédia amorosa de Inês e Pedro.

Não é num trono, mas numa obscura cela que se contorce de dor este coração inocente. A que devem, pois, estas cinco cartas de uma simples monja, a universal, a imperecível celebridade?

A esta circunstância, ao mesmo tempo modesta e grandiosa: que elas exprimem, com uma sinceridade ingénuu, sem dissimulação, sem cálculo, sem literatnra, quási sem pudor, com uma tremenda intensidade passional, esta coisa vulgar, dolorosa, imutavel, eterna: o martírio do amor! Outras cartas não existem que como estas o exprimam. Nunca o génio de um Shakespeare ou de um Goethe retratou com mais vida as paixões amorosas do que fêz a pobre Mariana Alcoforado, descrevendo os martírios do abandono. E a hu-

manidade guarda no relicário das obras-primas essas cartas, só porque nelas uma mulher, consubstanciação de tôdas as mulheres que fielmente amaram e cruelmente sofreram, expõe, palpitando, em todos os seus transe, o suplício amoroso.

Há quem desdenhe do amor: quem, ao mais dominador dos sentimentos, aquele que maiores tempestades desencadeia nas almas, negue o poder visível, avassalador, com que êle governa os sêres humanos. E, contudo, é à exacerbação sentimental do instinto amoroso que a humanidade deve algumas das suas agitações mais formidáveis. Quási tudo quanto de terrível e de belo existiu sôbre a terra foi inspirado por essa fôrça agitante, transfiguradora, do amor.

Todos conhecem o quadro célebre onde um pintor de imaginação compôs o cortejo sinistro e triunfal dos grandes conquistadores e exterminadores de povos. Á frente caminham César, Aníbal e Alexandre. No centro, Rahmsés, no seu carro de guerra. Ao lado, Atila, o flagelo de Deus, e Napoleão, o domador da Europa. A estrada por onde segue o séquito triunfal está ladeada de mortos alinhados e a glória avança na funeral vereda juncada de cadáveres...

Outra e não menos tremenda seria a visão

pictoral e espectacular do amor. Deleite supremo da criatura, êle constitue também a fonte inesgotável e torrencial das suas dores. A ambição e a fé não produziram como êle tantas vítimas, não inspiraram tantas tragédias, não originaram tantas catástrofes.

Compreende-se que a humana criatura tanto e ávido interêsse haja sempre mostrado em conhecer, ao igual das fôrças adversas da natureza, essa íntima enfermidade dos corações, êsse amor, delícia e tormento da vida, néctar tão facilmente convertido em veneno: êsse amor que inebria as almas e as dilacera: êsse amor, tão cantado e tão amaldiçoado, que outra cousa não é do que a atormentada ambição humana de transportar o prazer para a imaginação, de transformar em ideal o delírio orgânico dos sentidos. E porque o amor assim se torna a mais universal manifestação do idealismo humano, estas cartas, porque descrevem as angústias de uma dor amorosa com a eloquência comunicativa da sinceridade, se immortalizaram como sendo o descritivo lapidar de uma tortura sentida por número infinito de corações sôbre a terra onde eternamente se ama e eternamente se sofre.

Para que Mariana assim soubesse exprimir-se, com sua inexcedível candura e sua

incomparável violência, não bastava, não podia bastar que ela prodigiosamente amasse e prodigiosamente sofresse. Era também indispensável que o amor devorasse o seu coração na idade em que o ente feminino atinge a suprema capacidade passional, o auge de exuberância afectiva. Ela tem a idade propícia aos incêndios do amor. Porque há a idade do amor, para as abelhas, como para as mulheres. A lenha verde arde mal. Seis anos antes, Mariana não saberia amar com esta violência ígnea. É necessário o vento para atear os fogos. Mas há mais ainda! Era preciso que o coração de Mariana conservasse aos vinte e seis anos uma virginal, intacta, puríssima candura, que ela ignorasse os mais vulgares artifícios da galanteria, que ela fôsse uma inocente voluptuosa, para que assim pudesse, sem o menor enfeite, o menor rebuscamento, com uma tão espontânea, límpida, expansiva sinceridade, exprimir o seu amor e carpir as suas mágoas. E Mariana abandonou o mundo aos dezaseis anos. São indispensáveis essas duas circunstâncias à produção dêste monumento da epistolografia amorosa. As obras-primas não nascem ao acaso. A humanidade, como a natureza, só laboriosamente produz a obra-prima, quer ela se chame o diamante, cristalização do carbono,

quer ela se chame as cartas de Mariana, cristalização do amor.

*

* *

É nos princípios do ano de 1669, reinando em França o real sedutor de M.^{elle} de La Vallière, que o livreiro parisiense Claude Barbin expõe à venda um folheto com o título anónimo e enfadonho: *Lettres portugaises traduites en français*. No curto prefácio que antecede o texto das cinco cartas anónimas — e sem suspeitar que se immortalizava — o editor parisiense declara ao leitor que «com muito trabalho e cuidado obtivera a cópia correcta das cinco cartas portuguesas, escritas a um gentilhomem que servira em Portugal».

E acrescenta: «Tendo visto todos os que se consideram entendidos em sentimento louváveis e procurá-las com interêsse, penso proporcionar-lhes um singular prazer imprimindo-as. Ignoro a quem elas foram escritas e quem as traduziu.»

Antes de publicadas por Claude Barbin, as cartas circulavam em cópias manuscritas, segundo a moda do tempo, por todos os *boudoirs* e salões de Versailles e Paris, sobresaltando os corações frívolos das contempo-

râneas, da Montespan. Era pela primeira vez, desde as epístolas ardentes, incendiárias, mas de um erotismo retórico, da discípula de Abeillard — quasi só conhecidas no texto latino pelos eruditos, — que em França se liam as cartas verídicas de um amor autêntico. Esse grande amor meridional, impetuoso, chamejante, onde reapareciam as imprecações, os anelos e os êxtases voluptuosos de Santa Teresa, mas inspirados por uma paixão profana, sensibilizou tôdas as almas. Em sua clausura conventual, bem longe estava de pensar a freira apaixonada que os seus lânguidos suspiros, os seus gemidos, os seus soluços e os seus brados de amor deliciavam a côrte de França, e que com o seu enternecedor desespêro de amante se adornava para novas conquistas o homem adorado e nunca esquecido a quem ela entregára, mais do que o corpo, o coração e a honra, preferindo-o a Deus, de quem era serva e espôsa.

O successo que obtiveram as cinco cartas de Mariana na côrte do faraónico Rei Sol é fácil de explicar. A França galante do século xvii conhecera veementes paixões amorosas, como a de Luísa de La Vallière por Luís XIV. Dêsses amores conheciam-se os escassos júbilos da febre afrodisíaca e os muitos desastres que quasi sempre acompa-

uham a convalescença dessa enfermidade dos sentidos, mas com nenhum documento epistolar êles tinham contribuído para a historiografia amorosa. Em matéria de cartas de amor, a França do século xvii pouco mais nos legou que o bilhete lacónico de Ninon de Lenclos: a nova Arpásia, que transformára o amor em um passa-tempo elegante, inofensivo e distinto. Êsse bilhete célebre é desoladoramente breve e mentiroso. Diz apenas isto: «*Je n'aimerai que La Chatre*». E sabe-se que Ninon faltou ao compromisso. Para essa sociedade feminina, menos sentimental que libertina, que fizera da vocação do amor uma profissão brilhante, por onde a viúva do *cul-de-jatte* Scarron subia até à dignidade de espôsa morgânica de Luís XIV, como um soldado que ascende a marechal, as cartas dessa ignorada mulher portuguesa desvendavam o sentimento amoroso no auge da exaltação. Nenhuma das contemporâneas de Racine e de Molière leu, sem estremecimento, essa violação de um coração feminino, nos seus mais íntimos segredos. Êsses desabafos ardentes de uma alma de mulher abrazada de amor, essas efusões veementes, por isso que irrompiam de um seio peninsular, eram a supra essência do delírio amoroso. Não deve surpreender que elas houvessem suscep-

tibilizado a sociedade preconceituosa, ornamental, vestida de gorgorão, veludo e brocado, educada na escola amorosa de Ninon. A sua intensidade emocional, a que não eram estranhos os transportes dos sentidos, pôde talvez parecer licenciosa em sua sinceridade ingénua a essas mestras consumadas da galanteria. Mas tôdas reconheceram nessa interpretação meridional do amor os universais tormentos de coração da mulher apaixonada; e desde 1669 até hoje, através de duzentos e quarenta e sete anos, em que tantas e consideráveis alterações se produziram na ordem dos pensamentos humanos, essas cartas que comoveram as *preciosas ridículas*, hoje ainda, com a mesma ou maior intensidade, emocionam as leitoras de Paulo Bourget e de d'Annunzio. É que, perante a monótona invariabilidade dos humanos sentimentos, elas são eternas. Assim como é ainda hoje a mesma a luz dos astros que o dedo moreno de Cleópatra apontava a António, reclinada na proa da triréme de cedro que subia o Nilo, os mesmos são hoje que sempre foram e sempre terão de ser os tormentos imaginários do amor. Nessas cartas, sublimes de ingenuidade, o amor feminino deixou as definitivas expressões dos seus êxtases, das suas penas e dos seus desesperos. Assim como existem

descrições flagrantes, precisas, clássicas das doenças, assim existem definições claras, perfeitas, dos sentimentos. Essas cinco cartas são o descritivo magistral de um padecimento amoroso.

O êxito que elas obtiveram está abundantemente documentado. No curto espaço de meses, no mesmo ano de 1669, saem do prelo quatro edições das cartas: a primeira de Barbin, em 4 de janeiro; a do livreiro De Marteau, em Colónia; a do livreiro Isaac van Dick, de Amsterdam; e a 2.^a edição, revista, de Barbin. Uma alteração importante se nota já na edição de Colónia. O título varia. Ergue-se uma ponta do véu. Esse título é agora: *Cartas de uma religiosa portuguesa*. Não se limita a êste vertiginoso suceder de edições o testemunho do sucesso extraordinário das cartas. No mesmo ano de 1669, além de uma 2.^a edição de Marteau, aparecem as respostas, manifestamente apócrifas, editadas pelo astucioso livreiro parisiense Loyson. Trata-se de uma vulgar especulação industrial? Ou o próprio sedutor da freira portuguesa foi o instigador presunçoso dessa publicação enfaçada? É presumível que já nesse tempo o nome do destinatário das cartas andasse de bôca em bôca, tanto na côrte como nos salões literários. Poderia assim explicar-se a

mistificação das respostas pelo empenho de apresentar, sob uma luz menos odiosa, o indiscreto e desumano sedutor da monja de Évora. Isso conviria, talvez, ao herói e à fama do cavalheirismo francês. Para êsse fim industrioso se improvisa a fábula do confisco da correspondência de Chamilly pela abadesa do convento onde jaz enclausurada Soror Mariana e se deixa acreditar que os esforços empenhados pelo sedutor para comunicar-se com a saudosa freira encontraram a inamovível oposição da comunidade religiosa. A única verdade é que Chamilly nunca diligenciou libertar Mariana da clausura. Os amores donjuanescos de Beja não passaram de um lúbrico episódio na sua carreira acidentada de soldado. Nem se compreenderia o motivo secreto, inexplicável, que teria levado êsse profissional da guerra, que nunca cultivou as letras, a conservar a cópia das suas cartas de amor.

Mera especulação da iniciativa do livreiro Loyson, ou ridigidas e publicadas por instigação ou consentimento do próprio amante, o facto é que as respostas livremente circularam sem protesto de Chamilly. O êxito presumível dessa especulação ou a aura obtida pelas cartas emocionantes da freira determinaram o livreiro Robert Philips, de Grenoble,

a lançar no mercado seis novas *respostas* às Cartas Portuguesas, declarando o autor «tentar apenas trabalho análogo ao que Aulus Sabinus fizera em relação a algumas das heróides de Ovídio».

A realidade principia já a ornamentar-se com a lenda. Em vida de Mariana, o seu tormento amoroso está já incorporado na literatura. Ela é já uma personagem de romance. Pormenor da mais singular importância e nunca assinalado pelos críticos e biógrafos de Soror Mariana e das suas cinco epístolas, é que as dúvidas, hoje totalmente dissipadas, sôbre a autenticidade da religiosa portuguesa e das suas cartas amarguradas só principiam a admitir-se um século depois, por mero vício negativista ou de alteração literária. Em 1669, Paris acolhe as cartas como autênticas. Durante a vida do destinatário são universalmente aceites como verídicas. É só depois da revelação do nome de Chamilly, — sua autenticação definitiva, — que a casuística literária do século XVIII, com Rousseau à frente, se lembra de estabelecer dúvidas sôbre a sua veracidade evidentíssima.

*

* *

Quem era, afinal, o homem feliz que conseguira atear uma tão ardente paixão?

Numa nova edição que das respostas fêz em 1671 o editor Marteau, elas apareceram já atribuídas ao «*Cavaleiro de C...*, *oficial francês em Portugal*». As edições sucedem-se. Em 1678, as cartas da *Religiosa portuguesa* são traduzidas em inglês, obteem o mesmo êxito prodigioso, como se depreende das novas edições de 1693, 1694 e 1701. Na Holanda, publicam-as os livreiros Abrahão e Jacob de Hout. Na edição de Corneille de Graef, em 1690, o nome do destinatário aparece com tôdas as letras. É *monsieur* de Chamilly. O nome do tradutor é também divulgado. É o conde de Lavergne de Guilleragues.

Saint-Simon, que principia a escrever as suas memórias em 1691, ao referir-se à nomeação, em 1693, de dez marechais de França, dêste modo fala do tenente-general marquês de Chamilly:

«*Serviu com reputação em Portugal e em Candia. Vendo-o e ouvindo-o, ninguém poderia persuadir-se de que tivesse inspirado um amor tão desconforme como o revelado nas famosas cartas portuguesas.*»

Os que se apoderam destas palavras para argumentarem contra a veracidade da histórica paixão parecem-me destituídos de juízo. Desde 1667, em que terminam os breves amores de Chamilly com Mariana, até 1693, em que êle ingressa no quadro dos marechais de França, decorreram 26 anos. Chamilly envelheceu. Nascera em 1636. Viera a Portugal em 1666, com 30 anos, no esplendor da mocidade, na plenitude vigorosa da vida. Quando Saint-Simon traça o retrato de Chamilly, este tem 57 anos. A acidentada vida de soldado provávelmente concorrera para lhe apagar quaisquer vestígios da beleza juvenil. Saint-Simon era um homem de requintado espírito. A severidade do seu julgamento nada tem que cause estranheza em um crítico da sua espécie inexorável e cáustica. Manifestamente, Chamilly não dispunha de méritos intelectuais. Mas para apaixonar uma provinciana da simplicidade de Mariana não é necessária a eloquência de Santo Agostinho ou os dotes fascinadores de D. Juan. Geralmente, não são os homens de génio os felizes no amor. Chamilly tinha a mocidade, a gentileza da raça, a prosápia fidalga, a bravura, o brilhante uniforme de capitão, o seu cavalo e a sua espada de taça. Foi com tudo isso que deslumbrou a ingénua franciscana. Os ardores do desejo fi-

zeram o resto. Com muito menos vemos diariamente homens medíocres seduzirem mulheres menos cândidas. . .

Noticiando, em 1715, a morte de Chamilly, Saint-Simon enxerta esta nota no necrólogo :

«Servira môço em Portugal e a êle foram escritas as célebres Cartas Portuguesas por uma religiosa que lá conhecera e que por êle enlouquecera de amor.»

Isto é perentório. Mas ainda não é tudo. Nas suas *Memórias secretas*, e também a propósito da morte do marechal de Chamilly, escreve Duclos :

«O marechal de Chamilly, célebre pela sua bela defesa de Grave, morreu neste ano (1715). Era formoso e bem feito e servira, na mocidade, em Portugal, onde loucamente o amára uma freira. A êle são dirigidas as Cartas Portuguesas.»

Na hora da morte, o maior título de glória dêste marechal de França, que fôra, aliás, um guerreiro intrépido, era a conquista de um coração de mulher obscura ! Os seus panegiristas incluem essa vitória no rol das suas façanhas.

Êsse foi, entre tantas e assinaladas vitórias, o seu maior feito de guerra. O que immortaliza êste conquistador de praças fortes é a conquista de uma donzela.

É digno de reparo que um gentilhomen de illustre estirpe consentisse na divulgação da sua correspondência amorosa. Mas na sociedade licenciosa da França do século xvii, a conduta de Chamilly admite atenuantes. O delito amoroso quási totalmente desaparecera do código dos costumes. A ostentação tiráralhe o carácter delituoso. Estamos nas vésperas da Regência dissoluta do tio de Luís XV, que ia encontrar no marquês de Sade o seu historiador mais competente. A fatuidade dos sedutores é universal. Todos êles, com mais ou menos quartéis de nobreza, são parentes próximos de Casanova. As cartas, como opulentos troféus de amor, iam dar a Chamilly uma reputação gloriosa nos domínios da galanteria. Os tiranos do amor foram sempre reverenciados. Essa paixão chamejante era um sumptuoso adorno para um soldado cortesão. Lançava-lhe o nome aos quatro ventos da celebridade. D. Juan abriu o caminho do triunfo a César. Os heróis do amor estavam em voga. Chamilly, que é um carácter vulgar, não resiste. Sacrifica a discreção à vaidade. A sua acção é condenável. Mas é própria do seu tempo. Sem cuidar se a divulgação das cartas prejudicaria a reputação e o repouso da pobre religiosa abandonada, êle não tem a hombridade de opôr-se a que um

amigo indiscreto as confie a um editor. Êsse fátuo não estremece à idea de que o tormento de Mariana vai servir os interêsses comerciais de um livreiro. Não sente remorsos de ver profanadas e transformadas em mercadoria literária essas relíquias de amor.

Regressando de Portugal no princípio de 1668, para tomar parte na expedição fulminante do Franco-Condado, Chamilly partira para a ilha de Candia em setembro. Nem sequer para a sua acção má existe a atenuante de um prazo preparatório de arrefecimento gradual e de olvido total do seu amor. São ainda palpitantes de vida amorosa que êle confia as cartas, primeiro à curiosidade dos amigos, depois à indescricção do prelo. Á medida que lhe chegavam as missivas de Mariana, êle as ia revelando aos seus íntimos, aos companheiros de aventuras e libertinagem. É durante a ausência de Chamilly em Candia que se imprimem as cartas em Paris. Regressando a França em Janeiro de 1669, *poucos dias depois que elas appareceram à venda*, Chamilly encontra-as em todos os salões das duquesas e em tôdas as alcovas das cortezãs. Desde essa data, a sua eumplicidade é patente, é incontraditável. Êle é um dos mais célebres — e vergonhosos — heróis do amor.

*

* *

O drama amoroso denunciado à posteridade pelas cinco cartas dolorosas de soror Mariana é um episódio da longa guerra travada entre Portugal e Espanha, em consequência da revolução de 1640.

Precisamente em 1640, Mariana nasce. Leva-a à pia baptismal, como padrinho, D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, descendente do descobridor do caminho marítimo da Índia.

A guerra da independência, que durou 28 anos, até às pazes finais de 1669, foi entrecortada por intervalos da paz armada, a que se seguiam enfiadas de escaramuças, razias e batalhas, sem quaisquer vantagens para Espanha, envolvida também em guerra acérrima com a França. Comquanto vitorioso, Portugal estava exausto de recursos quando a notícia da paz dos Pirenéus, com que o cardeal Mazarino pusera termo à pendência com a Espanha — e que ia permitir às tropas espanholas concentrarem-se nas fronteiras portuguesas, — lança por momentos o desânimo na pequena nação liberta do cativo político dos sombrios Filipes.

É então que o embaixador português em Paris, conde de Souse, se concerta com Turenne, adversário do tratado dos Pirenéus, e obtem contratar o marechal Frederico de Schomberg, que grangeára na Alemanha a reputação de um guerreiro intrépido e sapiente — uma espécie de von der Goltz do século xvii — para instruir e comandar o exército português do Alentejo. Com Schomberg veem para Portugal numerosos oficiais e soldados franceses. É quatro anos depois, em 1664, que Chamilly, conde de Saint Léger, ingressa no exército de Schomberg com o pòsto de capitão no regimento de cavalaria de Briquemault, sendo já no ano seguinte promovido a mestre de campo.

Noel de Chamilly, o herói desta aventura de amor, pertencia à casa dos Bourton, originária da Borgonha, e aos vinte e dois anos servia no brilhante regimento de cavalaria de Mazarino, com o qual os gascões de Cyrano não estavam nas melhores relações. Quando sobrevem a paz intempestiva dos Pirenéus, a fortuna de Chamilly achava-se deploravelmente reduzida ao seu braço, à sua bravura e às ruínas de dois velhos castelos feudais. Nesse tempo, as carreiras militares faziam-se nos campos de batalha. Os bastões de marechal conquistavam-se na

guerra. Noel de Chamilly veio exercitar-se nos combates de Portugal, à falta de outros onde pudesse comandar um batalhão. Sabe-se que a sua espada e o seu chapéu de plumas estiveram presentes ao cêrco de Valença de Alcântara, às batalhas de Castelo Rodrigo e Montes Claros e à tomada do castelo de Ferreira. O sôlido exíguo com que o régio erário pagava os serviços militares de Chamilly foi acrescentado com a dádiva do coração de Mariana. Portugal ia gratificar generosamente a sua bravura de soldado mercenário com as delícias do amor.

Nos fins de 1665, depois da sua promoção a mestre de campo, Chamilly é mandado para Beja com o regimento. Não é difícil conjecturar qual fôsse a vida de um oficial estrangeiro, môço e fidalgo, na pequena cidade alentejana. Nos intervalos das expedições, Chamilly haveria de procurar relacionar-se com as famílias principais da terra. O tempo que lhe deixaram livre os deveres do quartel e os exercícios de campo, o bravo e formoso conde Noel de Chamilly gastava-o privando com a gente nobre ou dissipava-o em galanteios e aventuras.

Entre as famílias de Beja, a dos Alcoforados primava em fidalguia. Os pais de Mariana eram da melhor e da mais antiga linha-

gem. Aos goles fasceados de ouro do braço heráldico dos Chamilly, a filha dos Alcoforados contrapunha o escudo xadrezado de prata e azul, ostentando por timbre a águia alta-nceira dos Aguiares. Francisco Alcoforado, pai de Mariana, desempenhava em Beja os cargos de executor do almoxarifado e superintendente das coudelarias da comarca: ambos importantes naqueles tempos de guerra. Impunham-no à consideração especial da coroa os relevantes serviços militares, devidamente galardoados, da defesa da vila de Moura e da cooperação que prestára nas fortificações e defesas de Arronches, Valença e Bomroy. É natural que Chamilly frequentasse a casa solarenga da rua do Touro, onde habitava o velho e opulento Alcoforado. Lá o conduzira, talvez, o próprio irmão de Mariana, Miguel da Cunha Alcoforado, mestre de campo, ao tempo, e camarada de armas de Noel de Chamilly.

Beja passára a ser o local de concentração e aprovisionamento escolhido por Schomberg para a projectada campanha da Andaluzia. Desde o fim dêsse ano de 1665, em que volta da província do Minho com o marechal, até ao fim de 1667, em que bruscamente se ausenta para França, Chamilly habitou em Beja com as inevitáveis e breves ausências das

expedições de guerra em que o seu regimento tomou parte. O idílio com Mariana principia em meados de 1666.

Mariana é freira professa no Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição: edifício de grandes proporções, situado em uma das extremidades da cidade e construído no século xv, junto às muralhas, do lado de Mértola.

Tem vinte e seis anos: a idade perigosa do amor. Professára aos dezaseis, sem vocação, só porque tal fôra a vontade indiscutida dos pais. Fizera-se mulher na clausura. É quando a infeliz, no esplendor da mocidade, vai derivar para os êxtases místicos os tumultos do temperamento meridional, que os seus olhos contemplam, fascinados, a gentileza e a desenvoltura de Chamilly...

Maravilhoso é tudo neste romance. Quantas circunstâncias raras, excepcionais, se associam para salvar da destruição estes cinco documentos epistolares do amor feminino! Dir-se ia que uma misteriosa providência -- a mesma que guardou no seio da terra a estátua da Vénus de Milo -- velava pela conservação destas cartas. É necessário, para que elas perdurem e se imortalizem, que seja a um estrangeiro que Mariana as escreva, e que êsse estrangeiro seja um francês e que êsse francês seja um enfatuado sedutor de

corações — para que se publiquem na língua mais literária da Europa, na língua das côrtes, que sucedera ao latim nas relações das chancelarias e das academias.

Escritas a um outro homem, teriam para sempre permanecido ignoradas. A fatuidade de Chamilly divulga-as. A língua francesa universaliza-as. A sua carreira — permita-se-me a expressão — tem, realmente, qualquer coisa de maravilhoso. As próprias cartas de Heloisa — a mulher que chegou a escrever como Seneca — só são conhecidas pelos eruditos na época em que as de Mariana andam em tôdas as mãos. Só alguns anos mais tarde a tradução de Brussy as vulgariza. E é de tôdo êste conjunto de circunstâncias que resulta o que intitulei maravilhoso.

Para que as cartas de Mariana assim exprimissem, com a sua intensidade passional, tôdas as fases de um amor humano, era preciso que o coração desta amorosa conservasse aos vinte e seis anos uma grande candura; e Mariana entrou no convento aos dezaseis anos. A vida que ela viveu, antes da entrada para o convento, na casa senhorial do Touro, é fácil, também, visioná-la. Mariana nasceu oito meses antes da revolução, quando seu irmão Baltasar, que seguiu a carreira eclesiástica, tinha cinco anos, e

três, apenas, o irmão Miguel, que deveria seguir a carreira das armas e chegar ao pôsto de coronel do regimento de Moura. Suas irmãs Ana, Catarina e Maria nasceram depois dela: a última já quando Mariana vivia no convento, onde se lhe foi reünir. Igualmente, já no tempo da clausura, lhe nasceu mais um irmão, que no baptismo recebeu o mesmo nome do pai. Francisco da Costa Alcoforado tinha ainda outro filho natural, anterior ao casamento com D. Leonor Mendes, e que também se ordenou, segundo a praxe que condenava os bastardos a resgatar com o sacrificio o peccado paterno. De oito filhos, Francisco Alcoforado entrega quatro ao serviço de Deus: José, Baltasar, Mariana e Maria. Nisto se revelam a sua piedade cristã e os seus hábitos austeros. Não devia ser propícia a folguedos a vida no solar da rua do Touro. Em volta do berço em que Leonor Mendes embalava a recém-nascida e predestinada Mariana, esturgia a guerra. Essa guerra porfiada só acabaria em 1668, depois de a ter vitimado.

A escolha do conde da Vidigueira para padrinho de baptismo de Mariana testemunha a importância social da família. Em uma carta régia de 1646, Alcoforado é qualificado de cavaleiro fidalgo, vereador mais antigo e juiz

de Beja pela Ordenação. Era dos mais grandes, opulentos e influentes fidalgos da cidade. A sua intervenção na guerra contra Espanha, não sendo militar, revela-o um patriota. É um homem de princípios e de venerando carácter. No solar sombrio da rua do Touro, onde ecoam os sobressaltos e alarmas da campanha, Mariana reza com a mãe, as irmãs e as criadas pela boa sorte das armas de el-rei, entretem-se em leituras piedosas, e natural é que, no ambiente militar em que se cria, ouvindo as narrativas das batalhas e dos recontros da fronteira, a sua imaginação se extasiasse com os feitos marciais dos combatentes. A varonil carreira das armas considerava-a como a mais bela e gloriosa. E quando lhe appareceu Chamilly, resplandecendo com o duplo prestígio da bravura e da beleza, fazendo caracolar em frente dos mirantes do convento o cavallo de batalha, viu nêle a encarnação brilhante, sumptuosa, irresistível, do seu ideal de mulher — e amou-o e sofreu, pois que o sofrimento é tão inseparável do amor como o espinho das rosas.

Americanismo

O escritor e conferencista inglês Joseph Mac-Cab, antigo reitor do colégio de Buckingham, escreveu para a revista americana *The Bookman*, um artigo notável pela doutrina e pela repercussão que obteve nos meios universitários e jornalísticos dos Estados Unidos.

No momento em que a grande República da América intervinha tão salientemente nos destinos da Europa; quando o presidente Wilson se abalançava a redigir, com o beneplácito das grandes nações ancestrais da civilização, o programa da paz europeia (que desconcertante lição para os nativistas da América do Sul!) o artigo do publicista inglês analisava a «alma americana», na qual, a par das poderosas qualidades de energia, de potência criadora e de actividade febril, o sociólogo perspicaz verifica a existência perniciosa de um excesso de individualismo, «tanto nos seus homens independentemente considerados, como em sua entidade como nação: individualismo que poderá conver-

ter-se em um sério perigo nacional perante as novas condições e os futuros problemas que o mundo terá de afrontar».

No famoso artigo ressoa essa superior franqueza de análise com que só se pode falar aos povos fortes. O escritor britânico analisa sem hipocrisia e sem reservas o arrogante êrro social em que degenerou a pseudo doutrina de Monroe, expressa no aforismo: «A América para os americanos»: doutrina cuja paternidade deve ser antes atribuída ao notável ministro do medíocre Monroe, o estadista Quincy Adams, que foi, no seu tempo, uma edição americana e popular de Machiavelo.

Certamente, o assunto não é novo e de há muito que ficou demonstrado o êrro de um postulado que contraria substancialmente o carácter internacionalista da sociedade contemporânea. Êste mesmo assunto já inspirou a um escritor português, dos mais justamente e incondicionalmente admirados no Brasil, um artigo notabilíssimo e que, embora datando de há vinte e três anos, conserva uma actualidade flagrante, tão grande é o poder visional de antecipação de que são dotados os cérebros privilegiados. Refiro-me ao artigo «A propósito da doutrina de Monroe e do Nativismo», incluído no volume das *Cartas*

Familiares, de Eça de Queiroz, e onde o ironista magistral analisa, tritura e pulveriza a reivindicação nativista, reduzindo os seus apóstolos e sectários às minúsculas proporções mentais e morais que lhes são adequadas. Demonstrando o absurdo e a iniquidade de nações descobertas, povoadas e civilizadas pelos povos europeus, que nelas implantaram uma civilização resultante de dezenas de séculos de actividade laboriosa e de incalculáveis sacrifícios, pretenderem sequestrar do seu convívio o europeu (de quem continuam, não obstante, a absorver e a assimilar o progresso e a cultura) Eça de Queiroz concluía que «entre povos de civilizações idênticas, e dos quais um, o nativista, tudo recebeu do outro, desde os dogmas às ferramentas, o nativismo é simplesmente o mêdo egoista da concorrência».

Ora, foi precisamente quando o individualismo do norte-americano estava sendo tão abalado pelo generoso internacionalismo da Europa e pelo espiritualismo político — ou melhor a política jurídica e altruista — do presidente Wilson, tão imbuída de messianismo, que o artigo do escritor inglês apareceu nas páginas de uma das mais qualificadas revistas dos Estados Unidos.

O antigo reitor do colégio de Buckingham

escreveu o seu artigo pelos processos sumários e directos com que um cirurgião pratica uma operação. Caminhou sem desvio, sem circunlóquio, para as vísceras atacadas de enfermidade no robusto organismo americano. No mútuo desdêm entre americanos e ingleses êle descobre «um campo propício à investigação e análise da fugitiva alma comum às nações», e reconhece que, embora se exagerem a miúdo as proporções dêsse antagonismo, êle infelizmente existe em grande escala na república norte-americana. O arguto psicólogo circumscreve a sua análise ao conflito de sentimentos e de ideas entre os anglo-saxões da Europa e os da América. Teria sido para nós redobradamente interessante que houvesse apreendido, embora de relance, fenómeno inverso que está succedendo na Argentina, onde há um presidente que se tornou o apóstolo o mais veemente e inquebrantável da tradição e da raça e que está decisivamente colocando a politica, o sentimento e a intelligência argentinas no caminho do perseverante fortalecimento da consciência da nacionalidade pelo culto da tradição ancestral, substituindo à mesquinha e nihilista concepção de nativismo a concepção fecunda e ampla de um nacionalismo fortalecido pela unidade hegemónica da raça,

alimentando-se nas fontes maternas da História e que mutuamente prestigie e desenvolva na Europa e na América a acção civilizadora da família espanhola: qualquer coisa de parecido com o que, em horas de devaneio e recreio intelectual, se entretem a delinear o oculto idealismo criador e lucidíssimo do sr. Lauro Müller, visionando uma confederação ou aliança de nações autónomas, de raça lusa, exercendo na Europa, na América, na África e na Ásia uma influência proporcional à área formidável que ocupariam no globo, e auxiliando-se mutuamente na manutenção do seu vasto poder, ligadas por uma mesma política económica, com um programa comum de acção internacional, leis e instituições idênticas, e que, desde logo, representariam uma população de 70 a 80 milhões, repartida desde o gigantesco território brasileiro, através das ilhas e arquipélagos atlânticos da Trindade; de Fernando de Noronha, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, de S. Vicente, dos Açores e da Madeira, pela Europa, pelas duas Áfricas ocidental e oriental, pela Índia e Macau no continente asiático, até aos domínios de Timor, na Oceania. . .

Mas o publicista britânico cinge-se ao estudo do antagonismo anglo-saxão e do individualismo americano, deixando a cada qual

a aplicação em causa própria da sua penetrante visão do egoísmo social que caracteriza a civilização utilitária dos povos europeus da América em confronto com a prodigalidade civilizadora do internacionalismo europeu. O modo como êle instrue o processo submetido a julgamento oferece-nos freqüentemente pontos de referência e de partida para generalizações do mais palpitante interesse, como quando declara que «vários escritores americanos o informaram profusamente de que nenhum cidadão dos Estados Unidos se preocupa com as pretensões de superioridade alegadas pelos ingleses» — pretensão que êle, cidadão inglês e intelectual inglês, ignora por completo! . . .

É para esta falta de simpatia (sobrevivência dos tempos coloniais) que o jornalista chama a atenção, não só dos educadores e estadistas como dos psicólogos de nações, inquirindo até aos mais insignificantes detalhes as causas dessa idiosyncrasia social, entre as quais chega a incluir as diferenciações de pronúncia. Segundo o professor britânico, a intonação nasal, tão comum nos Estados Unidos, irrita o ouvido inglês, como a pronúncia de Oxford exaspera os norte-americanos e lhes provoca o riso a forte inflexão dos britânicos da Escócia. Se cito êste facto, absolutamente secundário, para

outra cousa não é senão para demonstrar a minúcia escrupulosa dèste inquérito, que se eleva até à análise rigorosa dos mais transcendentos problemas que constituem os recíprocos equívocos criados e aglomerados pelo antagonismo irracional das duas civilizações: uma tradicionalmente expansiva a despeito da sua compostura fleugmática, a outra desconfiadamente retraída sob a máscara de uma exuberância comunicativa. Não é difícil ao publicista inglês provar, por exemplo, que a Inglaterra é, actualmemente, mais democrática em política (não nos costumes e nas maneiras) do que os Estados Unidos, pois que sendo a monarquia apenas uma fórmula, não possuindo os *lords* fôrças e direitos para legislarem contra a vontade nacional, e podendo o primeiro ministro ser deposto em vinte e quatro horas, tôdas as personalidades políticas do Estado são muito mais fácilmente substituíveis e manejáveis na Inglaterra que nos Estados Unidos.

O analista conclue considerando o individualismo americano — que preparou a grandeza imponente dos Estados Unidos — pouco apropriado para afrontar com êxito as novas condições da vida moral da humanidade, quando com a metade do «espírito público» da antiga Atenas, os Estados Unidos poderiam

realizar maravilhosos empreendimentos, saindo da estreita e arcaica fórmula de Monroe, instituída contra a política da Santa Aliança, e fazendo circular fortes correntes espiritualistas através das suas áridas concepções individualistas. Isso naturalmente sucederá, porque os Estados Unidos irão descobrir nos campos de batalha da Europa os problemas que surgiram no mundo enquanto êles descuidadamente se divertiam na orgulhosa confiança da sua prosperidade material.

Constança e Inês

D. Constança poderia banhar o branco corpo no sangue que por ela correu.

Nunca esponsais mais agourados se haviam celebrado em Portugal. Quatro anos de peleja, esquadras a pique, mortandades, vilas carbonizadas, para conquistar o corpo frágil de uma princesa que ia viver menos tempo do que durára a guerra!

Mas, finalmente, a suspirada D. Constança entrava em Portugal, onde a esperava, em vez de um trono, um catafalco; em vez de um manto de rainha, uma mortalha. É pela segunda vez que, entre suas donas airosas e suas cuvilheiras garrulas, reclinada em andas de veludo de Génova, envolvida de cavaleiros como um estandarte no seio da hoste, ela caminha ao clangor das trombetas de prata, para um sólio real.

Da primeira, noiva de Afonso XI, de Castela, em lugar da corôa, em Valhadolide, dão-lhe o cárcere em Toro. Desta segunda vez, noiva de D. Pedro, de Portugal, ela vem, atra-

vés de morticínios e de calamidades, pisando ruínas, e traz em sua companhia, sob o disfarce de dama de honor, a própria Morte, na pessoa gentilissima da rival de amanhã, da loura Inês de Castro, que vai enlouquecer de amor o seu marido.

Por ora, ainda tudo são festas. Ao encontro do cortejo saem os povos para contemplarem a nobre princesa por quem se atolou o reino em sangue. Repicam os sinos dos campanários. Ela soergue-se nos almadragues de veludo genovês das andas e sorri, pálida da jornada, alquebrada pelas emoções e pela canícula de Agosto. Enfim, os cavaleiros que vão na testeira do préstito avistam as muralhas denticuladas de Lisboa, erguem-se nos estribos de ferro, agitam os pendões e as lanças. Soam as trombetas bastardas. Uma nuvem de poeira ondeia no horizonte. Ouve-se o tropel ecoante dos cavalos. Desmontam os nobres para receber o Infante. Ajoelham os bêsteiros. Genuflectem as donas. A princesa apeia das andas. D. Pedro avança o corcel. Ela olha-o. Pobre D. Constança! Como pode ela, a neta de Afonso, o Sábio, tão fina, tão letrada, tão amiga de poesias e de romances, amar aquele degenerado tôsko, bárbaro, tartamudo, de barbas ruivas, que só sabe montar ursos e javardos?

Casaram, dias passados, na Sé de Lisboa, até onde desceram da Alcáçova, precedidos pelo bramido das trombetas, montando palafreiros brancos, sob um pálio de púrpura com franjas de ouro.

Depois, terminadas as bodas, cumprido todo o programa de torneios, banquetes e saraus, quando se calaram os cantos nupciais acompanhados a clavicórdio e já no seio de D. Constança germinava o fruto recôndito do himeneu, D. Pedro volta aos folguedos agrestes da caça, aos seus aços e aos seus alãos.

Até aqui, o prólogo da tragédia. Vai, agora, entrar em scena a protagonista.

Com D. Constança Manuel, na qualidade de sua dama, vive uma dona espanhola, sua amiga de infância, que a acompanhou de Castela. É a confidente dos seus segredos, talvez do seu desengano. Filha natural de D. Pedro Fernando de Castro, chamado nos nobiliários «o da guerra», bisneta de Sancho IV, de Castela, provinda de real linhagem em bastardia, Inês de Castro, que algum menestrel da côrte literária de D. João Manuel intitulára «o colo de garça», era loura e bela. O sr. Antero de Figueiredo, o último grande escritor português que a descreveu — e que a idealizou -- pinta-a, extasiadamente, como

o tipo da beleza gótica, delgada, os hombros de ave, o busto curto, as pernas altas, o andar de alvéola, os olhos verdes, a pele da côr das pérolas. Êsse retrato hierático, de um Fra Angélico das letras, não vem nòs cronistas assim composto em finas tintas góticas. É o resumo pictural da lenda, o que se ajusta à versão camoneana da sua candidez, da sua inocência de flor, da sua modéstia virginal.

Quão pouco, porêem, êste retrato formoso, *boticelliano*, tão apropriado ao prestígio poético da lenda, condiz com o retrato moral que pode deduzir-se das suas acções de mulher! Essa Inês, deve dizer-se, não é a dos historiadores, não é a de Fernão Lopes, mas sim a Inês dos poetas, adoptada, depois, por todos os *narradores* de história.

Inês de Castro veio para a côrte portuguesa como companheira dilecta de D. Constança. Desde meninas que as duas são amigas. Não quisera a princesa separar-se dela. Tem-a a seu lado no paço, habitando em seus aposentos, quási como uma irmã.

A côrte é soturna e enfadonha. Não há em Lisboa, como nos paços de D. João Manuel, o culto primoroso do espírito, da galanteria e das letras, que desfaleceu com D. Denis. D. Constança é filha de um dos dois príncipes que mais contribuíram para o lustre da

língua castelhana. D. João Manuel foi, na sociedade semi-bárbara da sua época, um requintado, espécie de Medicis espanhol da Idade Média, protector de poetas e amigo de letrados. Os paços castelhanos do Senescal de Múrcia ofereciam absoluto contraste com os silentes paços de D. Afonso IV: o monarca bisonho e tórvo, que enxotára do reino os irmãos bastardos: os condes de Albuquerque e de Barcelos, ambos poetas. Nos paços da Alcáçova não há menestréis, nem saraus. D. Constança vive saudosa e entristecida. O espôso passa os dias na casa. Quando regressa e desmonta do cavalo escumante no terreiro feudal da cidadela, só tem para contar-lhe as proezas venatórias. Sente êle que a sua ignorância grosseira não pode cativar aquela alma fina? que não foi criada para a sua rude singeleza aquela princesa letrada? O único talento que lhe conhecem é a perícia com que amestra falcões. Mas é pouco para ela!... D. Constança passa os dias entre as suas cuvilheiras. A sogra, a rainha dona Beatriz, vive recolhida na capela, entre frades, macerada de jejuns e penitências. Nos eirados da Alcáçova, que dominam o rio e de onde se enxerga o mar, podemos evocar a princesa real, sentada no éscano, com o fuso de ébano pendente dos dedos compridos e pálidos, a

roca debaixo do braço, fiando segundo o costume senhoril da feudalidade, emquanto os seus galgos brancos, com coleiras de ouro, dormem ao sol, mostrando, de vez em quando, as guelas rubras, num bocejo. Se os paços são feios e tristes como fortalezas, os panoramas que das suas janelas ogivais e dos seus terraços se descortinam são formosos. Em Lisboa, é o Tejo, as montanhas violáceas da Arrábida, o castelo de Palmela, pequeno ao longe como um punho fechado, de onde se ergue para o céu, como um dedo que aponta, a torre de menagem; as águas do estuário que caminham para o mar com as galés; e descendo a encosta, constricta num amplexo de muralhas, até às grossas tôrres mouriscas da Sé, a cidade. Em Santarêm, os mesmos panoramas coloridos de águas espelhantes, veigas, olivais. Em Coimbra, o Mondego com os seus areais fulvos, as însuas onde, às tardes, recolhem as orquestras dos rouxinóis, a cidade subindo a colina. E pousando os olhos garços, que os íntimos preparativos da maternidade adoçam e alquebram, nos horizontes que o sol metaliza, ela recorda, talvez, suspirando, os esplendores de Valhadolide, onde fôra noiva de um rei, e as alegrias da côrte paterna, onde era musa de saraus. Quando D. Pedro aparecia, enorme, ruivo e gago,

deparava com aquela princesa lírica e scismadora.

Ao pé de D. Constança havia Inês, genuflectida; e Inês, tão ignorante como êle, e porque era uma simples aia, não o intimidava. Pouco a pouco, um desejo sensual foi despertando na sua natureza rude, de uma animabilidade impetuosa. Já a beleza de D. Constança estava tocada pela deformação da gravidez: êsse cruel imposto que a mulher paga ao amor. Ao lado da princesa grávida, Inês tinha o viço de uma flor inebriante. Era já impossível dissimular os desejos que o devoravam. Elucidada pelo instinto infalível de tôda a mulher, Inês sentiu-se cobiçada pela contemplação dos olhares ardentes que caminhavam pelo seu corpo. D. Constança, já próxima de ser mãe, começava também a compreender. Mas o que ela não suspeita, pois a tanto não se atreve a sua imaginação lial, é que Inês, a confidente, a amiga, quási irmã, alimente ou consinta aquele desvario, que às duas, do mesmo modo, afronta: a D. Constança como espôsa, a Inês como donzela. Sem fazer à amiga de infância a injúria de a suspeitar complacente, a pobre princesa real, neta de reis, futura mãe de reis, pensa em desviar o marido daquele funesto e criminoso enleio, pondo entre ambos o filho que vai dar à luz.

O parentesco espiritual de compadrio, tão respeitado naquela época de crença, constituirá um obstáculo aos desejos pecadores de D. Pedro. Porque é evidente que ela sabe, que ela sente rebates de medo, que ela tem zelos, que a martiriza o ciúme. Ainda a ampara a cega confiança na lialdade de Inês. Se a escolhe para madrinha não é, apenas, porque ela seja a querida amiga de infância, mas também porque D. Constança quer oferecer à sua lialdade mais aquele escudo de resistência, vestir a sua virgindade de uma armadura. É porque ela quer multiplicar as defesas daquela tórre de castidade. É porque ela quer obstar ao horror de ver convertida em uma rival traidora a sua querida Inês. Emfim, é a hora da dor; é o parto. Nasce o infante D. Luís. Inês de Castro conduz à pia baptismal, como madrinha, o filho da sua ana e do seu futuro amante. No leito, a princesa sorri, tranqüila e aliviada. Mas, ai dela! Oito dias depois de nascido, o pequenino e débil infante morre. D. Constança chora o seu primogénito como só as mães sabem chorar a morte do seu fruto. Seus olhos já não lhe consentem ilusões. A paixão fatal segue o curso de cataclismo, e já não pode detê-la...

Que cegueira é essa dos poetas por Inês, que não os deixa ver a nobre e desventurada

princesa, tão amiga de poetas, que sofre o suplício atroz de assistir aos amores do marido pela aia, e que lentamente definha de contemplar essa dupla traição, que não a ofende só na dignidade de espôsa e na altivez de infanta, mas também nas intimidades mais sensíveis do coração, onde aguardava, desde a infância, o affecto de Inês?

O escândalo é notório. Já tôda a côrte murmura do desvario do infante. É necessário que o rei intervenha e autoritariamente expulse do paço a inocente Inês, cuidando assim restaurar o sossêgo matrimonial da nora. Mas com todo o seu real poder, o herói do Salado não consegue fazer capitular aquele amor. É mais fácil vencer reis mouros do que a hidra do desejo. Afastando Inês, o monarca não obtem senão lançar à fogueira amorosa o combustível do desespêro e da saudade. E agora, ajuizai da donzela. Ides ver, em sua patente deslialdade de amiga, a Inês cantada por Camões, cantada por legiões de poetas. Imaginais que, expulsa da côrte, ela requer o regresso a Castela e se resolve a reparar a sua culpa — admitamos que inconsciente — negando-se a alimentar com a sua presença a alucinação amorosa de D. Pedro? Nada disso! Inês lança fora a máscara virginal. A occultas do rei austero e da espôsa

traída, acompanha nas consecutivas deslocacões a cõrte deambulatória de Afonso IV. Diga-se que ela é a vítima de uma paixão imperiosa, desvairadora, cujas lavaredas devoram todos os seus escrúpulos e a reduzem a uma escrava passiva dos sentidos, paralizzando-lhe o ânimo para o cumprimento do dever. Encarada, assim, ela pode parecer-nos grande no seu pecado. Mas não nos apresentem como donzela inocente essa mulher, que já não é, sequer, uma criança, e que segue o amante, complacente e voluntariamente, enlevada no prazer orgulhoso de ser a favorita de um príncipe. Para onde vai a cõrte: Coimbra, Leiria, Almeirim, Santarêm, segue em segrêdo a pérfida Inês. Caminha, radiosa, inebriada, atrás do rastro doloroso da amiga de infância, da nobre e confiada princesa que ela atraioou. Quem o houvera de dizer, quando, ainda não há dois anos, entrava em Portugal, cavalgando ao lado de D. Constança? Hoje também a segue: sombra fiel. Mas é na sombra que essa sombra formosa se move. E já não é para servir a sua ama, mas para a trair. O dia chega em que o rei descobre e surpreende os amantes. Entra em fúria D. Afonso IV. Pai e filho dizem-se, cara a cara, violências inauditas. O rei, intransigente, inflexível, invoca a letra jurada do

contrato ante-nupcial, em que está inscrita a obrigação da fidelidade conjugal, e Inês de Castro, a aia infiel de D. Constança, é expulsa do reino.

Faço de todos os que me lêem juízes desta causa. Certo, a morte horrenda que a precipitou do seu sonho, lhe concilia tôdas as compaixões. A sua conduta não absolve a dos seus assassinos. Mas o que nós vemos, através das discretas narrações de Fernão Lopes, nas suas reticências, e, sobretudo, na lógica dos sucessos, aplicando na sua interpretação os modernos processos de crítica histórica, é o empenho da Circe em cativar o infante enamorado, é o seu repúdio do dever, é a insensibilidade do seu coração perante a pungente desventura da sua ama. Para que Inês assim tenha procedido e se tenha despenhado nos braços de D. Pedro, é preciso que a ambição lhe haja aberto o caminho do amor. D. Pedro não tem o físico de um sedutor de corações. Basta reparar na qualidade plebeia das suas futuras ligações para se reconhecer que o estímulo da sua paixão é todo sexual, que as suas necessidades amorosas são essencialmente grosseiras. O homem que substituiu Inês de Castro pelas servas Beatriz Dias e Inês Afonso não era de natureza a lisonjear a vaidade amorosa de uma mulher de eleva-

dos sentimentos. A cólera de Afonso IV, nos seus irados excessos, claramente deixa transparecer a mesma opinião severa sôbre Inês. Até ao desenlace trágico dêsses amores, êle há de considerá-la uma aventureira. É, ainda, como uma aventureira, que êle a condenará, assustado pelas funestas consequências políticas da paixão desvairada do filho. Fôra para ver a filha de D. João Manuel trocada no coração do infante por uma aia, que êle declarára guerra a Castella, que o reino se enso pára em sangue, que os exércitos castelhanos haviam assolado as fronteiras, que se tinham perdido em batalha as galés portuguezas? Todos os seus cálculos políticos haviam de sossobrar perante as fascinações amorosas de uma simples aia? A sua indignação compreende-se. E como podia êle fechar os olhos sôbre o escândalo que desonrava o seu lar, se tão severamente repreendera o genro, o rei de Castella, por preferir à rainha D. Maria, sua filha, a concubina Leonor de Gusmão? Êsses amores afrontavam-no. Não eram apenas um insulto às suas barbas brancas, um desacato à sua autoridade. Eram também um golpe na sua política, um atentado de lesa-pátria. Detestava-os! Amaldiçoava-os!

Privado da adorada Inês, D. Pedro recalca

a ira e volta ao tálamo da espôsa. D. Constança, que já deu à luz o infante D. Fernando — o futuro rei — está de novo grávida. Mas para a desventurada escrava do dever matrimonial tôdas as esperanças findaram. Que importa que um ser pequenino palpite e estremeça nas suas entranhas? Junto dessa vida que se cria, há um coração que morre. A sua nobre e altiva alma não resiste ao ultraje que lhe infligiram. De facto, ela entrou na agonia, e definha, e sucumbe, assistindo à agitação saudosa do marido pela *outra*, pela *ausente*, que êle evoca perfeita e bela, com tôdas as graças acrescidas pela saudade, enquanto a contempla, pejada, desfigurada, vítima do dever de espôsa... Chega o dia do parto, e como se esperasse, para morrer, a deitar ao mundo aquela nova vida, D. Constança morreu. Enterrada a princesa, D. Pedro, ainda com o luto de viúvo, precipita-se fremente, sequioso, sôfrego, para a amante idolatrada.

.....

Depois dêste holocausto à verdade, não se pode negar a Inês de Castro a enternecida admiração devida a quem, como ela, interpretou o poder do terrível amor. A sua sonhada coroa de rainha converteu-se, sôbre os dourados cabelos ensopados em sangue, numa

coroa de martírio; e, enquanto os homens venerarem no amor a grande ventura e a grande desgraça humana, Inês será, na dinastia imortal das grandes amorosas, uma das mais trágicas rainhas.

À margem do último livro de Anatole France

A aura gloriosa e nos nossos tempos incomparável de Anatole France servirá grandemente aos historiadores futuros para comporem uma opinião judiciosa sôbre o bom gôsto das *élites* sociais nossas contemporâneas; e digo «sociais», porque seria prova de inépcia imaginar que as centenas de milhares de volumes das suas obras foram exclusivamente adquiridas pelos literatos aprendizes, militantes e honorários.

Quando o escritor ateniense de *Baltazar* e de *Thais* já cinzelava com ática sobriedade os seus períodos harmoniosos e adornava com uma requintada cultura humanista a sua ironia e a sua filosofia, ainda vigorava o realismo, herdeiro de tôdas as truculências do romantismo, e campeava nas literaturas o mau gôsto de uma retórica só diferenciável da romântica por se aplicar a mostrar o homem nas suas mais grosseiras misérias. Essa sistemática difamação do homem pelo homem, seu

biógrafo, deixára indiferentes, senão escandalizadas, as *élites*, que não encontravam qualquer deleite intelectual na extensa e minuciosa narração da vida calamitosa de um operário ou nas vicissitudes tristes de uma família semi-animal de camponeses.

A democracia, como outrora a religião, invadindo os domínios da arte, desviára-a das nobres preocupações estéticas, associára-a a causas de interêsse transitório e escravisára-a a paixões vulgares e, algumas vezes, degradantes. Os artistas, chamados a intervir em assuntos por sua natureza inestéticos, perderam o culto da forma, e a arte de escrever com elegância, regosijo e proveito, entrou na decadência. O jornalismo, por sua vez, contribuiu para desnaturar uma nobre tradição, mantida desde a antiguidade clássica por uma dinastia de grandes artistas das letras, substituindo às coroas de louro laboriosamente conquistadas as falsas, efémeras, mas estrondosas vitórias da publicidade e do escândalo.

Foi contra a invasão dêsse plebeísmo nas esferas aristocráticas da arte que reagiam e protestavam o parnasianismo de Lecomte de Lisle, o requinte mórbido de Barbey d'Aurevilly, a perfeição sem jaça do Flaubert dos *Trois Contes*. Mas essa reacção produzia-se essencialmente no culto externo da forma.

Foram só as gerações seguintes que a encaminharam para os domínios superiores das ideas, educando os espíritos elevados no tédio e no horror da demagogia intelectual, agressiva, inculta, rebarbativa e grosseira.

Sem dúvida, a arte de Anatole France levou o helenismo ao extremo de não encontrar beleza intangível ao ridículo fora da dúvida e da ironia, e exagerou o horror pela ênfase, pelo gongorismo e pela retórica ao ponto de condenar o entusiasmo. Os seus livros marmóreamente esplêndidos, onde as ideas e os ritmos obedecem à única autoridade e regência da beleza, onde tudo é maravilhosamente equilibrado e convencional, não são livros de ensino e de estímulo para almas ainda capazes de reacção sentimental e muito menos para o romantismo sexual da imensa maioria das mulheres, empenhadas em alimentar estonteadoras quimeras em volta do acto do amor. A filosofia cruel e elegante de Anatole France é um veneno delicioso que só não faz mal aos já lentamente intoxicados pelo scepticismo oriundo da experiência, áqueles que procuram vingar ou curar as suas decepções e as suas amarguras por um orgulho altivo ou por um desdém sorridente. Anatole é o escritor da idade crepuscular, como Musset continua a ser o poeta

da aurora da vida. Companheiro inexcedível do homem super-civilizado do século xx, nenhum artista mais do que Anatole France ensinou o desprêzo pela vulgaridade e melhor soube consolar as almas finas e nobres, educando-as na virtude antiga, irmã do estoicismo, e naquela elegante coragem que já permitia ao epicurista Petrónio suicidar-se coroado de rosas, compondo um epigrama contra Nero.

Não é, nem poderia ser, um escritor popular, inteligível às maiorias, êste esteta irredutível que sorri para todos os excessos, mesmo os do amor, com uma piedade sardónica. Aqueles que prolongam na literatura as concepções vulgares de uma illusória e contingente liberdade e erguem a bandeira contra as tradições, não podem simpatizar com êste cultor meticuloso dos primores e decência da linguagem, com êste humanista alimentado de classissismo, tão seduzido pela harmonia dos períodos e pela elegância do pensamento, e que vestiu a prosa francesa com a túnica e o manto gregos. O escritor que disse: *on ne raisonne justement qu'avec une syntaxe rigoureuse et un vocabulaire exact* não pode ser entendido nem estimado pelos iconoclastas da língua.

A língua em que trabalha Anatole France

é da mais pura liga. Admirêmo-la e invejêmo-la! A nenhum povo concedeu a caprichosa Providência uma dinastia de lapidários da linguagem como a que teve a França do século de Corneille, de Racine, de Boileau, de Fenélon e de La Fontaine. Pelo que diz respeito à língua portuguesa, foi só desde Bocage, com Garrett, Castilho e Latino, que se tornou possível ajustar gradualmente a linguagem da Renascença camoneana, tão bela mas tão antiga na sua imponência hierática, às necessidades de expressão da época actual. São ingratos os que desdenham a contribuição de equilíbrio com que nessa delicada operação evolutiva entram o austero escrúpulo de Herculano, o copioso vocabulário de Camilo, as audácias irreverentes de Fialho e a aplicação que Eça de Queiroz fêz da fluente, translúcida, polida sintaxe francesa à língua literária ainda demasiado compacta, complicada, eriçada de conjunções, que o autor do *Eusébio Macário* — a quem só faltou o bom gôsto — levára cincoenta anos a acomodar às exigências do romance e da sátira. De tôda essa laboriosa contribuição de artífices, a verdade é que, ainda hoje, não possuem as duas literaturas de língua portuguesa uma sintaxe de perfeição impecável e de sóbria precisão semelhante à da prosa

lapidar do autor do *Lys Rouge* e que é ainda preciso recorrer com frequênça aos modelos antigos para usar com digna compostura o vocabulário copioso, opulentíssimo, reúnido em alguns séculos por um tão pequenino e agitado povo. A tendência de muitos dos modernos escritores é, infelizmente, para a complicação: o que os divorcia da helénica lição anatoliana. Há um retrocesso para o bizantinismo e a ênfase, embora artistas como Bilac, Vicente de Carvalho, Alberto de Oliveira (o português), Antero de Figueiredo, Teixeira Gomes e outros ainda, permaneceram fiéis à tradição garretiana, de que Machado de Assis e Eça de Queiroz foram — sem sacrifício da sua altiva individualidade — os continuadores.

Cada vez mais o bom gôsto é condição suprema da arte literária. Uma civilização que ressuscitou os gozos estéticos das atitudes clássicas nos bailados, que devolveu à beleza física o seu prestígio antigo e lançou outra vez aos estádios dos jogos a juventude, não poderia deixar de exigir nas formas superiores da arte, na música como na literatura, essa proporcionada harmonia e essa dignidade estética a que os requintados helenos prestavam reverente culto. Mas, *ce n'est pas en faisant du grec qu'on ressemble le plus*

aux Grecs. La familiarité noble, la liberté décente, la beauté facile, furent si bien choses grecques qu'on ne peut les rencontrer dans un autre climat sans leur trouver un air de Grèce. Incontestavelmente, à incultura humanista da grande maioria dos actuais escritores portugueses e brasileiros e ao carácter de improvisação da quási totalidade da sua obra é devida essa ausência de bom gosto que tanto a banaliza. A influência dessa cultura no estilo e nas ideas é, por exemplo, sensibilíssima na arte de Celso Vieira: um dos mais admiráveis escritores brasileiros contemporâneos.

Mas não é pelo facto exclusivo de se haver aprendido latim no liceu ou no seminário e poder ler a *Eneida* no texto original, que se adquire a medida, o instinto harmonioso das proporções, a elegância de uma verdadeira cultura literária, fina de sentimentos e de ideas, subtil, judiciosa e penetrante, e essa suprema faculdade de *compreender*, inacessível às naturezas grosseiras, aos atropeladores de palavras, aos demagogos da literatura. Melhor do que a sapiência é a inteligência. Pode-se ter talento aos vinte anos, mas a inteligência das coisas só acorda no declive da vida ou sob a acção reveladora do infortúnio. Escrevendo sôbre Sainte-Beuve

poeta, Anatole France de vez em quando lhe aplica uma análise que singularmente se parece com uma autobiografia intelectual. Êle é também aquela *inteligência de pé e reinando sobre as ruínas das paixões*. Ê nessa atitude que nós o vemos através da sua obra impecável e serena e lhe endereçamos as nossas orações jaculatórias, como ao mestre que tão admiravelmente conseguiu reanimar a alma da Grécia nas letras de França. Se há perigo de que, na convivência do seu scepticismo, os corações esfriem, certo é, também, que não há beleza sem perigo, e que é preferível ser scéptico com a sua indulgência do que ser veemente com intolerância. A bondade é talvez mais acessível aos scépticos do que aos arrebatados e nunca maiores crueldades se cometeram no mundo comparáveis às desencadeadas pelas fúrias das paixões.

Opiniões de Simão Barata

A IMPARCIALIDADE

Simão Barata mora num quarto alugado à rua da Real Grandeza, que lhe serve simultaneamente de biblioteca, refeitório e dormitório e onde, dêste modo elementar e pouco dispendioso, se concentram para um homem da sua rara espécie as necessidades mais imperiosas da alma e da matéria. Na própria mesa de notário de província em que êle, actualmente, traduz e comenta Emerson com a meticolosa probidade de análise e propriedade de interpretação com que traduziu Macauley e Carlyle, Simão Barata satisfaz em frugais refeições as exigências reparadoras do organismo. Também as suas vigílias de humanista encontram no mesmo e breve perimetro da lâmpada estudiosa o leito de ferro em que repousam juntos o seu formoso espírito e o seu feio invólucro terreno.

Com duas janelas de varanda, que recebem luz de um quintal sombrio e mal tratado, onde não desabrocham aos raios do sol nenhuma flores, e a que êle chama com superior filosofia e a resignação de um Epicteto o seu «Jardim de Epicuro», o quarto de Simão Barata, se não extasiaria o malicioso abade Jérôme Coignard como a biblioteca cabalística de Monsieur d'Astarac, pelo menos lhe teria proporcionado o confôrto espiritual do melhor da cultura clássica, representada em seus máximos poetas, historiadores e filósofos, com alguns volumes de Restif, Bocácio e Casanova extraviados na constelação dos Homero, Sofocles, Pindaro, Platão, Vergílio, Horácio, Plauto e Cícero.

Foi neste tabernáculo espiritual que ontem tive o regosijo de ouvir discorrer Simão Barata sôbre um assunto em que não ouvira ainda a sua autorizada opinião.

Sentado em cima da mesa, em pijama, com o cigarro de palha a arder sôbre um monte de jornaïs (de cuja incineração penso não resultaria nenhum prejuizo para o nosso sistema planetário), Simão Barata interrompera com a minha aparição a leitura de uma qualquer cousa impressa, parecida com uma revista, e vestida com uma transparente capa verde.

Depois que me sentei sôbre a sua estreita cama de filósofo, Simão Barata, desdobrando a revista como uma verónica, explicou-me :

— Você veio perturbar-me no prazer com que eu saboreava e aprendia, na leitura dêste periódico, a divina noção da imparcialidade. Chegára a imaginar, quando o vi anunciado e ávidamente o adquirir, que êle seria impresso num papel especialmente fabricado, refractário às nódoas, em máquinas virgens de todo o contacto com a falsidade, e escrito em outra linguagem diversa da dos mortais. Não há limites para a credulidade humana e está ainda por nascer o homem prudente que saiba venerar na desconfiança a suprema sabedoria. Bem analisadas as coisas, um escrito imparcial é, exactamente, como todos os outros. Tem idêntico cheiro de tinta, é composto com iguais caracteres de chumbo, e vendido pelo mesmo preço. A imparcialidade custa tanto como a calúnia. É de graça. Não me admirarei que êste jornalista magnânimo se arruíne. Tôdas as religiões teem os seus mártires. O martiriolôgio da imparcialidade inscreverá mais uma vítima. Não exageremos, porêm, o valor da imparcialidade. Geralmente, a imparcialidade não passa da hipocrisia ou da covardia do sectarismo. O crítico im-

parcial, invocando a imparcialidade, adquire o direito de ser imperturbavelmente inverídico. Não seria difícil demonstrar que as maiores iniquidades teem sido cometidas em nome da imparcialidade. O punhal de Brutus era imparcial. Haveria um tratado a fazer, se o papel não estivesse tão corrompido e tão caro, sôbre esta importante matéria, analisando documentalmente os erros tenebrosos e as injustiças atrozes de que é culpada a imparcialidade.

Aqui, Barata acendeu de novo o cigarro de palha, ficou contemplando a ténue espiral de fumo, que se desenvolvia em arabescos no ar como uma idea complicada, e prosseguiu :

— Aliás, meu amigo, a noção de imparcialidade é das mais metafísicas, pois implica a existência de um espírito liberto de tôdas as sugestões e ligações mentais com a comunidade e ainda porque pressupõe a possibilidade de um critério absoluto, contrário à razão. Um materialista imparcial julgará sempre severamente os transportes de um idealista. Há tantas imparcialidades quantos os autores e jamais foi possível pôr de acôrdo dois críticos imparciais sôbre um mesmo assunto, quer êle seja a virtude de Lucrecia Bórgia ou o génio de Napoleão. Nenhum tratante, em

nossos dias, foi martirizado como os santos e não há memória de um néscio que tenha sido tão ultrajado como os homens de mérito. A imparcialidade não passa de uma abstracção especulativa. Não há nada de mais illusório e contingente do que a verdade e cousa alguma mais ajuizada do que a dúvida. *Doutons même du doute*, ensina mestre Anatole, o novo Salomão, que tão subtilmente vem desenvolvendo e comentando em trinta livros esplêndidos a filosofia do Ecclesiastes. Só a ignorância pode tomar a sério a imparcialidade. Afirmar é sempre temerário, mas afirmar em nome da imparcialidade é um embuste. A noção da justiça não pode ser tirada da imparcialidade, pois que a opinião do homem é sempre precária e resulta de convicções ou hipóteses fundamentais que podem ser erróneas e são sempre arbitrárias. Para se defender contra os equívocos innumeráveis que a ameaçam, veja você de quantas precauções se cerca a aplicação da justiça. O mais ignóbil scelerado, apanhado em flagrante de um crime de morte, com as mãos ainda molhadas no sangue da vítima é conduzido ao tribunal só depois de lhe instruírem o processo, e ainda amparado por um defensor, cuja missão consiste em diminuir-lhe o crime às mínimas proporções. E como se fôsem poucas

tantas cautelas, a sociedade não atribue ao juiz as qualidades de imparcialidade exigidas para a apreciação da culpa e transfere-a ao júri, aceitando em princípio que da opinião de muitos pode resultar uma noção mais conforme à equidade que da opinião de um só. Assim se verifica a própria condenação pela justiça do critério de imparcialidade individual, e nem assim, rodeada de tantas garantias, a justiça humana pode considerar-se infalível e conseguiu apagar a luz com que o apóstolo São Paulo iluminou a consciência dos oprimidos pela injustiça, quando disse: «De nada importa ser julgado no tribunal dos homens.»

Simão Barata dobrou, nesta altura, o periódico imparcial, deitou pela janela aberta, ao «Jardim de Epicuro», o cigarro apagado, e despediu-me com o pretexto de uma entrevista amorosa que lhe havia marcado uma mulher, tão formosa como a Sulamita, que sentia por êle uma paixão sublime e fatal. *

Eu, porêm, acredito que Simão Barata leva o seu horror de filósofo pela imparcialidade ao exagêro de não applicá-la em causa própria nas suas aventuras de amor, pois imparcialmente suponho que a paixão sublime e a formosura de Sulamita são puras abstracções

daquele espírito dominado pela ironia e que sôbre os seus semelhantes adoptou a opinião sarcástica do grande scéptico: «*Qu'il puisse être, en quelque monde inconnu, des êtres plus méchants encore que les hommes, c'est possible, bien que presque inconcevable.*»

ÍNDICE

À Verdade Nua.....	5
Crónica elegante	15
O antepassado do môço bonito	27
Para os raros apenas	37
Epidemia da dança	45
Experimentemos as mulheres	57
Em companhia do Diabo	69
Sua Alteza Sereníssima a Princesa de Donners- marck	77
Colóquio com um monstro	87
No entêrro do General Buonaparte.....	99
A avó da Brasileira	111
O milionário e o aventureiro	125
O lar de um vice-rei do Brasil.....	129
Recomeçando o passado	141
A escalada.....	155
À opinião de Machiavelo	167
Tirania da imprensa	179
Profanadores da imprensa.....	191
Opiniões de Simão Barata.....	199
História maravilhosa de cinco cartas de amor..	209
Americanismo	237
Constança e Inês	245
À margem do último livro de Anatole France...	259
Opiniões de Simão Barata — A Imparcialidade.	267



PORTUGAL-BRASIL L.^{DA}

SOCIEDADE EDITORA

58, Rua Garrett, 60 — LISBOA

ALBERTO DE OLIVEIRA <i>Na Outra Banda de Portugal</i>	1\$50	MANUEL DA SILVA GAIO <i>De Roma e suas conquistas</i>	1\$00
ALBERTO TELLES <i>Camilo na Cadeia da Relação do Porto</i>	1\$20	MARIA AMALIA VAZ DE CARVALHO <i>Paginas escolhidas</i>	1\$50
AMELIA CARDIA <i>Episodios da guerra</i>	\$70	MATHEUS DE ALBUQUERQUE <i>Da Arte e do Patriotismo</i>	1\$00
AUGUSTO DE CASTRO <i>Conversar...</i> (Sobre Amores, Ironias, Viagens)..	1\$20	MAYER GARÇÃO <i>Os Cem Sonetos</i> (prefacio)	1\$50
CAMARA LIMA <i>Beco do Fala-Só</i>	1\$00	OSCAR LOPES <i>Seres e sombras</i>	1\$50
CARLOS MALHEIRO DIAS <i>A verdade Nua</i> , (2. ^a ed.)	2\$00	PAULO DE GARDENIA <i>Lect:cia</i>	1\$00
<i>A Esperança e a Morte</i> ..	1\$00	SAMUEL MAIA <i>Sexo Forte</i>	1\$50
CELSO VIEIRA <i>O Semeador</i>	1\$00	SOUSA COSTA <i>Paginas de Sangue</i>	1\$20
COELHO DE CARVALHÓ <i>A Encida de Virgilio</i>	2\$00	URBANO RODRIGUES <i>A Duqueza da Baêta</i> ...	1\$50
CONDE DE SABUGOSA <i>Embrechados</i> , cart.	1\$50	<i>Coração</i>	\$70
EDUARDO DE AGUILAR <i>Tragédias de Roma</i>	1\$50	Theatro:	
EDUARDO SCHWALBACH <i>A Historia da Carochir nha</i>	\$60	H. LOPES DE MENDONÇA <i>Nó Cégo</i> , 3 actos.....	\$80
EGAS MONIZ <i>A Vida Sexual</i> , broch....	3\$00	JULIO DANTAS <i>Carlota Joaquina</i> , 1 acto.	\$50
<i>Um ano de politica</i>	2\$00	<i>Um serão nas Larangeiras</i>	2\$00
EMMANUEL LASSERRE <i>Os Delinquentes Passionaes e o Criminalista Impallomeni</i>	1\$20	MARCELINO MESQUITA <i>Almas doentes</i> , 2 actos..	\$60
IRACEMA <i>Cartas de mulher</i>	1\$00	URBANO RODRIGUES <i>A Posse — Ultima Aventura — Maria da Graça</i>	\$80
JOÃO DE CASTRO <i>Jornadas pêz Minho</i>	1\$00	VASCO MENDONÇA ALVES <i>Promessa</i> , 4 actos.....	\$60
<i>A Comédia de Lisboa</i> ...	2\$00	No Prélo:	
JOÃO DO RIO <i>A Mulher e os Espelhos</i> , (2. ^a edição).....	1\$50	ALFREDO APPEL <i>Contos Populares Russos. — Tradições do povo portuguez e brasileiro comparadas com o folclore estrangeiro.</i>	
<i>Correspondencia de uma estação de cura</i> (2. ^a ed.)	1\$50	ANTONIO CABRAL <i>Eça de Queirós.</i>	
JOAQUIM RIBEIRO <i>Na Guerra</i>	\$80	CONDE DE SABUGOSA <i>Gente de Algo.</i>	
JULIO DANTAS <i>Como elas amam</i>	1\$50	JOÃO DO RIO <i>Rosario da Ilusão.</i>	
<i>Espadas e Rosas</i> , (3. ^a ed.)	1\$50	JULIO DANTAS <i>D. João Tenorio</i>	
<i>Mulheres</i> , (4. ^a edição)...	2\$00	SOUSA COSTA <i>Fructo Prohibido.</i>	
<i>Son-tos</i>	\$80		
JULIO DE CASTILHO <i>Fastos Portuguezes</i>	1\$00		
L. XAVIER BARBOSA <i>Cem Cartas de Camillo</i> ..	2\$50		